



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 23

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 18 de maio de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Bruno Belo e Tiago Branco (substituídos do decorrer da sessão pelos Deputados Marco Costa e José Gabriel Eduardo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** foram apresentados diversos votos.

- **[Voto de Congratulação por todas as formas de comemoração do dia 25 de Abril](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Alexandra Manes, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*), José Contente (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), tendo-se seguido a aprovação por unanimidade.

- **[Voto de Congratulação pela comemoração dos 75 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Marta Matos e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação por toda a atividade desenvolvida pela Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense ao longo dos seus 75 anos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Carlos Freitas, tendo posteriormente usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela vitória na Taça de Portugal pelo Grupo Desportivo dos Toledos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usou da palavra o Sr. Deputado Marco Costa para fazer a apresentação do voto, seguindo-se uma intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela entrada em funcionamento do Centro de Controlo de Operações (Network Operations Center - NOC), no TERINOV, em Angra do Heroísmo, e pela instalação do Atlantic Centre na Base das Lajes, Praia da Vitória**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por maioria, após a apresentação da Sra. Deputada Andreia Costa e das intervenções dos Srs. Deputados Rui Espínola (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

- **Voto de Congratulação pelos 125 anos da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Vânia Ferreira, à qual seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Andreia Costa (*PS*), tendo-se seguido a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelas vitórias dos Atletas do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, alcançadas no Torneio Regional de Atletismo adaptado e no Campeonato Regional do Atleta Completo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Marco Costa e da intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do distinto cidadão João Ângelo Vieira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Luís Soares, à qual seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Nuno Barata (*IL*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Isabel de Melo Azevedo Neto**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Pedro Neves, usou da palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Jorge Manuel Mota Amaral Borges**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e Chega.

Usou da palavra sobre o voto o Sr. Deputado Carlos Furtado, para fazer a leitura do mesmo.

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Jorge João de Medeiros Borges**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e Chega.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, usaram da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), tendo de seguida o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do distinto cidadão Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Paulo Silveira, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do homem, autarca, artista e músico, Duarte Silveira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A apresentação do voto foi feita pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tendo recebido a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Duarte Manuel Bettencourt da Silveira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, usou da palavra para uma [Declaração Política](#) o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

Proferiram declarações sobre a mesma as/os Sras./Srs. Deputadas/os Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

No decorrer do debate e no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Na **Agenda da Reunião** foram apresentadas e debatidas as seguintes iniciativas legislativas:

- [Reapreciação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/2021 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que “Altera os períodos transitórios previstos na Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, e determina a aprovação de medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem.](#)

Apresentada pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*CH*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Pedro Neves (*PAN*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

- [Anteproposta de Lei n.º 1/XII - “Inclusão das novas substâncias psicoativas no regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas”](#), apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, participaram no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Alexandra Manes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Célia Pereira (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Valdemira Gouveia (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Sobre esta iniciativa, proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII - “Regime jurídico relativo à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Tiago Branco, usaram da palavra para participar no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Sabrina Furtado (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*CH*), Joaquim Machado (*PSD*), Ana Luís (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Sérgio Ávila (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Após a votação, usou da palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII - “Cria o “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, tendo de seguida usado da palavra as/os Sras./Srs. Deputadas/os Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Ana Quental (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Carlos Furtado (*CH*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Após ter sido aprovado por unanimidade, o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) proferiu uma declaração de voto.

Os trabalhos terminaram às 19 horas 33 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Desejo a todos um bom plenário e vamos iniciar com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faça favor.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade Carvalho

Marta Ávila de **Matos**

Miguel António Moniz da **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**
Rui Miguel Mendes **Espínola**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**
José Eduardo Cunha **Pacheco**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, conforme deliberado na Conferência de Líderes este Período de Tratamento de Assuntos Políticos é reservado à emissão de votos, declarações políticas. Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para esta manhã são os seguintes: o Governo dispõe de 20 minutos; o Partido Socialista de 48 minutos; o Partido Social Democrata de 40 minutos; o CDS-PP de 16 minutos; o Chega, o Bloco de Esquerda e o PPM, cada, dispõem de 12 minutos; a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem de 10 minutos.

Vamos iniciar pela apresentação de votos.

O primeiro voto é de congratulação por todas as formas de comemoração do dia 25 de Abril. É apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Congratulação

Por todas as formas de comemoração do dia 25 de Abril

É tempo de celebrarmos o “25 de Abril”. Saudarmos o 47.º aniversário da Revolução de Abril, que através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, fez ruir a ditadura fascista do Estado Novo, pôs fim à PIDE/DGS, acabou com a censura, libertou os presos políticos e terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, através da criação do Serviço Nacional de Saúde e posteriormente do Serviço Regional de Saúde, na educação, através da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.

Continuaremos a defender a Constituição da República como um dos maiores legados do 25 de Abril, em que estão consagradas muitas destas conquistas. Numa altura em que são colocados em causa os direitos adquiridos com o 25 de Abril, devemos relembrar os princípios constitucionais pelos quais lutámos: que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Devemos defender o Estado Social e com ele o funcionamento dos serviços públicos como algo imprescindível para uma resposta eficaz à situação criada pela pandemia SARS-Cov-2.

Defender Abril é garantir o reconhecimento e valorização dos salários e carreiras de todos os trabalhadores e estar na primeira linha da luta contra a precariedade, na defesa do emprego.

Defender Abril é vencer a crise pandémica e as crises económica e social, recusando políticas de austeridade que tantas vidas destruíram num passado recente.

Para recuperar a economia, o país e a região são necessárias transformações estruturais, relançar o investimento regional, criando assim emprego que se quer de qualidade, bem como estimular o consumo interno. Para tudo isto sabemos que são necessárias políticas que não defraudem os eleitores, combatendo assim os populismos.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação por todas as formas de comemoração do dia 25 de Abril.

Horta, 18 de maio de 2021

O Grupo Parlamentar do BE/Açores, António Lima e Alexandra Manes

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores associa-se naturalmente a este voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda, relembrando e reiterando que festejar abril é festejar a democracia, festejar abril

é festejar a libertação de um povo que esteve subjugado a uma ditadura política e festejar, acima de tudo, a implementação constitucional e o reconhecimento constitucional das autonomias regionais dos Açores e da Madeira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nesta medida associamo-nos a este voto, associamo-nos também à congratulação de um regime democrático que permitiu que os Açores e a Madeira tivessem órgãos de governo próprio para determinar a sua administração própria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Chega obviamente associa-se também a este voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda, no entanto, alerta para o seguinte: os valores de abril ou as intenções de abril só foram concretizadas efetivamente em novembro de 1975. Por isso também é da maior e elementar justiça que ao lembrar-se abril de 74 se lembre também novembro de 75.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente do Partido Socialista. Faça favor.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto a este voto pelo significado que esta mais do que efeméride, grande conquista do povo português, teve em 25 de Abril de 1974.

Vem aqui relatado no voto um conjunto de situações que eram típicas da falta de liberdade, o clima intimidatório desde essa altura ainda que essas coisas às vezes quando são maus exemplos perduram, mas é sobretudo a liberdade que os governos entretantos, as pessoas e os cidadãos tiveram para exercitar como um bem inalienável na sociedade portuguesa.

Sou do tempo em que os meus pais sendo professores, um deles tinha de demonstrar que tinha capacidade financeira para poder contrair o matrimónio com o outro.

Sou desse tempo também em que não se podia usar isqueiros, tinha-se que usar fósforos. Era preciso uma licença.

Mas sou do tempo de conhecer também as intimidações que lá em casa se falavam por simples escritos na então *União* e em outros jornais por se defender algumas ideias distintas desse Estado Novo.

Sou do tempo do ensino liceal que terminei com as então alíneas em que de facto a democracia era uma coisa inexistente no meio educativo, mas também em todos os outros meios laborais, sindicais ou símbolos de liberdade e expressão.

É verdade também que é com o 25 de Abril que se estabelecem os fundamentos e a possibilidade das regiões autónomas poderem ter tido um estatuto que lhe deu a possibilidade de grande desenvolvimento da nossa Região Autónoma dos Açores, na exercitação deste poder próprio.

É por isso e por todas essas razões, e já não são poucas, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que abril é de facto um marco

importante que se atualiza todos os anos e que nós precisamos estar permanentemente vigilantes, porque, como disse o nosso grande Antero, “a tolerância não é permissividade, nem o rigor é intransigência.”

É por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que vale a pena sempre lembrar abril.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS obviamente que se associa a uma celebração de 25 de Abril não como uma data em si, mas como o princípio de um caminho que hoje aqui também damos continuidade: o caminho da democracia.

Efetivamente foi em 25 de Abril que se começou a pôr fim a um regime totalitário, mas o processo de abril terminou em 25 de novembro, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: ... porque a dada altura correu-se o risco de sair de uma ditadura para entrar noutra. Portanto, só podemos falar de 25 de Abril se também falarmos de 25 de novembro.

Portanto, obviamente que sendo democratas, prezando a liberdade, nos associamos às comemorações do 25 de Abril, porque foi o início de um caminho que nós hoje em dia aqui, em 2021, damos continuidade, que é o da liberdade e o da democracia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se integralmente a este voto de congratulação do Bloco de Esquerda. Todas as conquistas que aqui são referenciadas nós partilhamos e nós consideramos que são momentos importantes no âmbito da fundação da democracia portuguesa.

Também é preciso dizer que foi graças ao 25 de Abril que foi possível restaurar uma autonomia nos Açores, a nossa autonomia também é filha de abril.

Devo dizer também que estou muito grato pela presença nas cerimónias do 25 de Abril deste ano, mesmo numa situação de pandemia, do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nessas comemorações na Assembleia da República, e também muito grato pela presença do Sr. Presidente do Governo Regional nessas comemorações. É um sinal muito importante que a Região Autónoma dos Açores privilegia e considera, o atual Governo dos Açores e também o Parlamento dos Açores, está nesta matéria num patamar de elogio a abril, de assinalar abril e de considerar que é um momento importante do ponto de vista da democracia e também da autonomia dos Açores.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação também. É apresentado pelo Partido Socialista pela comemoração dos 75 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense. Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pela comemoração dos 75 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense

A 13 de maio de 1946, na freguesia de Santo Amaro, ilha do Pico, era fundada a Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense.

A história desta banda filarmónica não é diferente de tantas outras pelos Açores. Nasce da paixão pela música e da relação intrínseca e embrionária que vivem com ela as nossas comunidades.

Em 1946, Santo Amaro era uma freguesia isolada, devastada pela emigração para as Américas, e surge do impulso dos seus trinta e três sócios fundadores a

vontade e a determinação de fazer nascer a Recreio Santamarense. A cada um foi determinado o pagamento de uma quota no valor de 500 escudos, o equivalente nessa época a uma cabeça de gado, e muitos foram os que tiveram de vender os seus gados a fim de assegurarem o pagamento dessa quota. Para alguns dos seus músicos, os sapatos que calçaram quando envergaram as novas fardas de cotim branco foram os primeiros das suas vidas, substituindo as alparcas e os pés descalços do dia-a-dia. Os primeiros estatutos na altura lavrados, firmam, no seu artigo segundo, que “a Recreio Santamarense tem por fim principal a cultura da música”. E assim tem sido, de facto, ao longo dos tempos e de forma ininterrupta.

Na prossecução dos seus fins, a Filarmónica de Santo Amaro desenvolve a sua ação cultural e recreativa, contando no seu currículo com atuações no Pico e nas restantes ilhas do arquipélago, no Continente, em França, em Espanha e nos Estados Unidos. Desde o seu início, dá formação musical aos seus próprios músicos, tendo, em 2007, procedido ao lançamento do seu primeiro CD.

Desenvolve cursos Masterclass para Diretores Musicais de Bandas Filarmónicas e promove uma escola de música, formando jovens para o ingresso na filarmónica e funcionando também como escola de pedagogia e de cidadania.

Em Santo Amaro, o edifício sede desta filarmónica é referenciado por todos como a “Casa da Música”. Porque é disso que se trata, efetivamente. Uma Casa. Uma grande casa onde, à volta da música, se encontra e se reúne uma grande família. Os seus músicos, os seus dirigentes, a comunidade que se envolve e colabora. Uma casa onde se aprende solfejo e instrumentos e onde se aprendem também os valores da união e da partilha. Uma casa onde se faz música ao mesmo tempo que interagem gerações e se preserva a nossa identidade.

Hoje, esta freguesia já nem trezentos habitantes tem. Manter abertas as portas da “Casa da Música” é um desafio diário. Faltam recursos, faltam pessoas. Mas

sobra o esforço e a dedicação dos que permanecem. E em cada concerto da banda, em cada nota soltada pelos instrumentos dos músicos, transcende o orgulho pela farda envergada, sente-se a emoção de quem toca e de quem ouve, prevalece a memória dos que partiram e a fizeram sua até ao último momento das suas vidas. Fica sempre a música e a paixão pela arte.

Estendo, neste voto, o meu reconhecimento e gratidão à Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense e a todos os músicos e filarmónicas açorianas. Porque assim se faz Música e Cultura. Assim se fazem comunidades. Assim são os Açores.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela comemoração dos 75 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense, do qual deve ser dado conhecimento formal à Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense, à junta de Freguesia de Santo Amaro e Câmara Municipal de São Roque do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Marta Matos e Miguel Costa

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto e tem, inclusivamente, também um voto de congratulação para apresentar à Filarmónica de Santo Amaro do Pico.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor, para o anúncio da votação.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto de congratulação é do Partido Social Democrata também pelos 75 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Carlos Freitas. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Exmo. Presidente da Assembleia, Exmo. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75 Anos da Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense

A 13 de maio de 1946 é fundada a Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense, constituída por 33 sócios fundadores, com sede na Capela do Divino Espírito Santo (Casa da Copeira). Desde então, a sua colaboração e participação em eventos culturais e religiosos têm sido inúmeros sempre com o intuito de promover e divulgar a freguesia de Santo Amaro, o concelho de São Roque, a ilha do Pico, bem como o Arquipélago dos Açores.

A música, a par da cultura, está profundamente enraizada na Ilha do Pico e, não existindo ainda uma instituição que se dedique ao ensino especializado da

música, são as filarmónicas e instituições congéneres que assumem o papel da formação musical dos nossos jovens.

A Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense, mantendo-se em atividade ininterrupta desde a sua fundação, contém no seu currículo atuações na ilha do Pico, como nas restantes ilhas dos Açores, Portugal Continental, França, Espanha e Estados Unidos da América.

Esta filarmónica, que já forneceu 9 músicos à Lira Açoriana, tem tido um papel cada vez mais revelante no seio social e cultural em que se insere, a freguesia de Santo Amaro, quer na vertente de escola de pedagogia e cidadania, como na vertente do enriquecimento dos nossos jovens.

No seu vasto historial, esta banda filarmónica conta com mais de 20 atuações públicas por ano, na Ilha do Pico, assim como promove e realiza a Festa da sua padroeira, dinamiza a escola de música e organiza formações e workshops para instrumento, banda e maestro.

Os seus músicos, todos amadores, abdicam muitas vezes de passarem mais tempo com as suas famílias e amigos, a bem do gosto que têm pela música e pela manutenção da cultura da sua terra, ou pelo sentimento de responsabilidade que representam perante um grupo na sociedade onde estão inseridos.

A Associação em causa tem como objeto principal a promoção da cultura da música em instrumentos de sopro e de percussão, desenvolvendo igualmente a sua ação cultural e recreativa, adotando outras modalidades musicais nas quais se incluem o orfeão, a tuna ou a orquestra, bem como fomentando a cultura intelectual dos seus associados com a fundação de um clube de leitura servido por uma biblioteca.

Um dos pontos mais altos da sua história ocorreu a 16 de janeiro de 2009, quando foi declarada instituição de utilidade pública pelo Governo Regional da altura, e que é motivo de orgulho para a freguesia e para a Ilha do Pico.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emite o presente Voto de Congratulação por toda a atividade desenvolvida pela Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense ao longo dos seus 75 anos, e determina que se dê conhecimento aos órgãos sociais da instituição e à Assembleia Geral do Município de São Roque do Pico.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Carlos Freitas e Luís Soares

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À Santamarense o Chega também associa-se às felicitações, no anterior voto e neste agora, e nunca é demais relembrar o papel fundamental que as nossas filarmónicas têm a nível social, a nível da prevenção na saúde, das toxicodependências, na educação, na disciplina que a música traz aos nossos jovens e também à nossa cultura, sendo também as nossas filarmónicas o grande postal vivo do nosso turismo, da nossa alegria, das nossas festas, que muita falta nos estão a fazer durante estes, infelizmente, dois anos que já vamos de ausência total daquilo que são as nossas tradições. Não há procissão, não há festa de Espírito Santo, não há tourada, que não haja um pouco de música e que haja uma filarmónica.

Os parabéns a todos e que se mantenham firmes, que nós cá estaremos para os receber de braços abertos novamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto é também de congratulação. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e é sobre o Grupo Desportivo dos Toledos, vencedor da Taça de Portugal de Ténis de Mesa. Para a sua apresentação, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa. Faça favor.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Grupo Desportivo dos Toledos vence a Taça de Portugal de Ténis de Mesa

A equipa masculina do Grupo Desportivo dos Toledos venceu no passado dia 4 de abril a Taça de Portugal de Ténis de Mesa, referente à época desportiva 2020/2021, realizada no centro de Alto Rendimento de Vila Nova de Gaia.

Fundado em 2001, no seio do Salão Recreativo dos Toledos, o Grupo Desportivo tem conseguido afirmar localmente as modalidades a que se dedica, inculcando a prática desportiva na comunidade mais jovem e levando o nome do Toledos por todo o país.

Esta é a quinta vitória do Grupo Desportivo dos Toledos na Taça de Portugal, a par de inúmeros títulos de outros escalões e outras competições.

No ano em que nos aproximamos do seu vigésimo aniversário é importante elevar o esforço e o carinho que todos os sócios e simpatizantes têm depositado

na sua instituição, com uma origem humilde, mas sempre muito dedicada, e que a partir do lugar dos Toledos, na freguesia da Madalena, conseguiram erguer uma instituição que se afirmou muito para além do desporto, desempenhando nomeadamente um importante papel social junto dos idosos e de toda a comunidade.

É importante relembrar o projeto MadalenaAbraça, Projeto LEADER +, que, na qualidade de parceira do Município da Madalena, elevou as responsabilidades da instituição perante as obrigações sociais, assim como garantiu a criação de infraestruturas que ainda hoje estão ao dispor de todos, inclusive do desporto.

Todos sabemos que os tempos são difíceis, mas o clube continua a ter mais de 100 atletas federados e luta diariamente para melhorar e agregar mais jovens no gosto pela prática desportiva, honrando e prestigiando o nome do concelho da Madalena e da ilha do Pico por todos os palcos desportivos em que se apresenta.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove o presente Voto de Congratulação pela vitória na Taça de Portugal pelo Grupo Desportivo dos Toledos, e determine que se dê conhecimento do mesmo à Direção do Grupo Desportivo dos Toledos, ao Serviço de Desporto do Pico e à Câmara Municipal da Madalena.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Carlos Freitas e Marco Costa

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa, faça favor.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Socialista se associa a este voto de congratulação ao Grupo Desportivo dos Toledos por mais uma vitória nacional, desta feita da Taça de Portugal de Ténis de Mesa.

Este é mais um título a somar a muitos outros que o Grupo Desportivo dos Toledos tem nas competições regionais e nacionais e até com participação em competições internacionais.

É notável o percurso desportivo, como é também notável o percurso na área social e que se calhar também merecia outra atenção das autoridades locais, ou melhor e mais atenção das autoridades locais, mas acima de tudo a forma como desenvolvem a sua atividade, alguma participação ou muita participação daquela comunidade, que é uma comunidade muito pequena do concelho da Madalena, é por demais assinalável e notável e quero aqui manifestar a congratulação por mais este feito desportivo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Partido Socialista pela inauguração das instalações do Centro de Controlo de Operações e Instalação da Sede do Centro do Atlântico na ilha Terceira. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pela inauguração das instalações do Centro de Controlo de Operações
(Network Operations Center - NOC) do Programa “Space Surveillance
and Tracking” e instalação da sede do “Centro do Atlântico” na Ilha
Terceira

A passada sexta-feira, dia 14 de maio de 2021, foi um dia histórico para Ilha Terceira.

Neste dia foi inaugurado, no TERINOV Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, o Centro de Controlo de Operações (*Network Operations Center - NOC*), infraestrutura enquadrada no Programa “*Space Surveillance and Tracking*”.

Foi também decidido o investimento de três milhões de euros para a constituição da sede do Centro do Atlântico, ou *Atlantic Centre*, na Base das Lajes.

Sobre o Centro de Controlo de Operações, o Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, presente na cerimónia de inauguração, afirmou ser “fundamental termos mecanismos de monitorização como os mecanismos deste centro, para se poder evitar que as funções vitais desempenhadas pelos satélites sejam afetadas por colisões, que são mais do que prováveis, atendendo ao imenso número de objetos que orbitam no espaço”.

De facto, os satélites artificiais são essenciais na sociedade atual em áreas como a meteorologia, as comunicações móveis, o *Global Positioning System (GPS)* ou as operações militares.

Todavia, estes satélites artificiais tornam-se em detritos espaciais quando terminam o seu tempo de vida útil e é da maior importância monitorizá-los em

permanência, para que não colidam com os satélites ativos, essenciais para a vida moderna.

O facto de haver quase um milhão de objetos presentes na órbita terrestre, reforça a importância deste Centro, geoestrategicamente instalado na Região Autónoma dos Açores.

O Space Surveillance and Tracking (SST) é um programa operacional europeu que visa garantir à Europa a independência e a soberania relativamente à monitorização, caracterização e seguimento de objetos que, em órbitas próximas à Terra, possam constituir um perigo real para as infraestruturas espaciais, para as missões de acesso e deslocamento no espaço e para a segurança dos cidadãos por via da entrada na atmosfera desses mesmos objetos. Em Portugal, a entidade gestora do programa é a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional/Ministério da Defesa Nacional, contribuindo a Região Autónoma dos Açores diretamente para a edificação da capacidade SST Portuguesa, através da disponibilização de espaços e condições adequadas para a instalação no TERINOV do Centro de Controlo de Operações (Network Operations Center - NOC).

A Região disponibilizou ainda condições, para a instalação de sensores óticos nas ilhas Terceira, Santa Maria e Graciosa.

A participação da Região Autónoma dos Açores, através da EMA-Espaço, no Consórcio Europeu de Space Surveillance and Tracking, potenciou a assinatura do protocolo de cooperação entre a Região Autónoma dos Açores e o Ministério da Defesa Nacional, através do qual a Região assumiu o compromisso de financiar a adequação das salas 23 e 24 do Corpo A do TERINOV para instalação do Centro Nacional de Operações (NOC) da Rede Portuguesa de SST, cuja cedência de utilização foi formalizada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 139/2018 de 20 de dezembro.

A empreitada de conceção-construção de adaptação de espaço para instalação do Centro Nacional de Operações (NOC) da Rede Portuguesa de SST, adjudicada à empresa Tecniprisma Engenharia, Lda., pelo valor de 374.572,98 €, com IVA incluído, ficou concluída no dia 19 de outubro do ano 2020.

Em paralelo, decorreu a instalação dos sistemas operacionais do NOC por parte do consórcio liderado pela empresa Deimos Engenharia, S.A. contratada para o efeito pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional/Ministério da Defesa Nacional.

A 11 de outubro de 2020 ficou concluída a instalação e foi realizada a primeira observação do sensor instalado na ilha Terceira, que integrará a Rede Portuguesa de SST e conseqüentemente a lista de sensores e telescópios do consórcio EUSST.

Assim, de forma a fortalecer a participação da Região Autónoma dos Açores no consórcio europeu do Programa de Space Surveillance and Tracking, tirando partido da posição geoestratégica do arquipélago, para além do Centro de Controlo de Operações e dos sistemas de sensores já instalados nas ilhas Terceira e de Santa Maria, prevê-se a instalação na ilha Graciosa de um outro sistema de monitorização, caracterização e acompanhamento de objetos de órbita próxima da Terra.

Os Açores trilham, deste modo, um interessante caminho de afirmação no cluster espacial, um trabalho afincado, realizado ao longo das últimas duas décadas, que deverá continuar a bom ritmo, para afirmação da Região, mas também para o reforço da projeção espacial do nosso país, na Europa e no Mundo.

No mesmo dia em que foi inaugurado o Centro de Controlo de Operações, o Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, anunciou um investimento de três milhões de euros para constituir a Sede do Centro do Atlântico.

Esta é a consequência prática e um dos resultados visíveis do trabalho de estreita relação que vinha a ser desenvolvido nesta área entre o então Governo Regional dos Açores e o Governo da República, no âmbito do reforço de valências da Base das Lajes, na Praia da Vitória. Uma ação que vem dar alguma resposta ao downsizing das forças norte-americanas na Base das Lajes.

Este projeto, agora anunciado, consistirá na requalificação do edifício da antiga unidade de saúde da Base das Lajes, que será transformado de forma significativa para corresponder aos fins do 'Atlantic Centre', ou Centro do Atlântico.

O Centro do Atlântico prevê a cooperação em matérias de segurança, conhecimento e formação sobre esta área geográfica, contando já com a adesão de 16 países.

Para além de Portugal, assinaram a declaração conjunta que cria o Centro Atlântico a Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Estados Unidos da América, França, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Marrocos, Reino Unido, São Tomé e Príncipe, Senegal e Uruguai.

O Partido Socialista dos Açores congratula-se pelo Governo da República, através do Ministério da Defesa Nacional, reconhecer os Açores como a “localização natural” para a instalação deste centro, que enfatiza a importância geoestratégica do Atlântico.

Este é mais um passo no sentido de reforçar a geocentralidade dos Açores, que projeta Portugal enquanto país dominante nesta posição junto da União Europeia e do mundo.

O Centro do Atlântico, justamente localizado na nossa Região, representa uma nova frente de apoio à paz e à estabilidade no oceano Atlântico.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pela entrada em funcionamento

do Centro de Controlo de Operações (Network Operations Center - NOC), no TERINOV, em Angra do Heroísmo, e pela instalação do Atlantic Centre na Base das Lajes, Praia da Vitória.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Ministério da Defesa Nacional e à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Sala de Sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Andreia Cardoso, Sandra Faria, Berto Messias, Rodolfo Franca, Sérgio Ávila e Tiago Lopes

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS: Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Viva a autonomia!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Rui Espínola, do PSD, faça favor.

(*) **Deputado Rui Espínola** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se associa ao voto apresentado pela bancada do Partido Socialista pela instalação do Centro de Controlo de Operações e pela instalação da sede do Centro do Atlântico. São investimentos importantes para os Açores na área da ciência, na área da segurança e que são áreas chave de futuro, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Tenho dúvidas sobre isto!

O Orador: ... que conferem e assumem a importância geoestratégica dos Açores, neste caso aqui na ilha Terceira, mais concretamente a Base das Lajes, no contexto nacional e internacional.

Esperemos que no caso do Centro do Atlântico o investimento anunciado seja efetivamente concretizado ou executado e não siga o caminho de outros anunciados e que nunca tiveram realização.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, efetivamente traz-nos aqui um voto onde se materializa a posição geoestratégica dos Açores no Atlântico Norte, entre as duas margens do Atlântico, entre a Europa e os Estados Unidos, mas importa perceber o que é que os Açores, e em particular a ilha Terceira, participam ou retiram, que benefícios retiram de concreto ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... dessas instalações agora inauguradas, o que é que fica cá?

Porque é que a sede do Centro do Atlântico fica dentro de instalações militares?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Porque é que não fica em instalações civis?

Portanto, efetivamente, temos geograficamente uma posição geoestratégica, é nosso dever enquanto políticos materializá-la com investimentos, no entanto, o retorno material desses investimentos deve ficar ou deve significativamente ficar nos Açores ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... e estando estas instalações na ilha Terceira deverá ficar também na ilha Terceira.

Portanto, deixo aqui esta pergunta: o que é que fica cá?

Não podemos acompanhar na totalidade o voto que apresentou, porque temos sérias dúvidas quanto àquilo que vai reverter a favor da ilha Terceira e dos Açores em termos materiais.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por maioria com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 2 votos a favor do Chega, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passamos ao próximo voto de congratulação. É apresentado pelo Partido Social Democrata pelos 125 anos da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Vânia Ferreira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto 125 anos Caixa Económica da Misericórdia
de Angra do Heroísmo**

Fundada em 1896, a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo completou, a 26 de abril, 125 anos de existência.

A ideia da sua criação surgiu em 1883, pelo então Governador Civil, Afonso de Castro.

Segundo Pedro de Merelim, essa ideia "dormiu" dez anos, tendo renascido em 1893, com a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo a decidir criar uma Caixa Económica anexa à Santa Casa.

Em fevereiro de 1894 foram aprovados os respetivos estatutos, com a fundação a acontecer então a 26 de abril de 1896, tornando-a na Caixa Económica mais antiga dos Açores.

Com o passar dos anos, o crescimento progressivo do expediente obrigou também ao seu crescimento físico, com a primeira sede na Rua Direita a ser insuficiente, pelo que em 18 de outubro de 1915 a instituição mudou-se para o atual edifício, também na Rua Direita, e que viria a ser adquirido em agosto de 1920.

O mesmo sofreu obras de remodelação e adaptação até ao dia 20 de abril de 1925, data da sua abertura ao público.

A sua expansão só seria iniciada mais de meio século depois, em 1979, com a criação do primeiro balcão no concelho da Calheta, na ilha de São Jorge, inaugurado a 8 de novembro.

A 14 de dezembro de 1990 deu-se a integração da Caixa Económica da Sociedade Cooperativa Operária da Horta, atualmente o balcão da cidade da Horta.

A 26 de janeiro de 1991, foi integrada a Caixa Económica de Angra, que tinha agências na Praia da Vitória e nas Velas de São Jorge.

O desenvolvimento da instituição continuou abrindo ao público o balcão de Santa Cruz da Graciosa a 6 de agosto de 1991.

Posteriormente, a 2 de dezembro de 1998, foi inaugurado mais um balcão, este na Freguesia de São Mateus da Calheta, na ilha Terceira.

Em 2000, foi inaugurado o balcão da Madalena do Pico, e em 2002 abriu o balcão dos Biscoitos, na ilha Terceira.

Em 2008 foi inaugurado o Centro de Clientes na Rua da Sé n.º 13, em Angra do Heroísmo, tendo sido inauguradas as novas instalações da agência da Praia da Vitória no mês de dezembro do mesmo ano.

Em linha com o objetivo de crescimento traçado, em 28 de julho de 2011, a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo inaugurou o seu primeiro balcão no Grupo Oriental, concretamente na cidade de Ponta Delgada.

Em 2012, a “Caixa expandiu a sua rede comercial com a abertura de dois novos balcões, um em São Roque do Pico e outro no novo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

No segundo trimestre de 2017, visando melhorar e modernizar a sua rede de balcões, e para manter a proximidade na relação com os clientes, foi encerrado o balcão do Hospital, dando este lugar a um novo balcão na Guarita.

Procedeu-se ainda à alteração de instalações do balcão dos Biscoitos, para um espaço mais moderno, amplo e de fácil acesso, na mesma freguesia.

A 5 de junho, Dia da Região, os órgãos de governo próprio atribuíram à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo a Insígnia Autónoma de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola.

A 3 de outubro do mesmo ano seria inaugurado um novo balcão. na cidade da Ribeira Grande.

A 6 de novembro de 2018, a CEMAH concluiu o processo de transformação em Sociedade Anónima. Uma alteração estatutária decorrente do novo regime jurídico das Caixas Económicas, passando a Caixa Económica Bancária, equiparada a Banco e, como tal, adotando idêntica configuração jurídico-societária.

O mote com que a instituição comemora estes 125 anos de existência é “Uma história de sucesso e resiliência”.

Serão de destacar a capacidade de adaptação e evolução da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, que tem agora nova imagem institucional, que a revitalizou e tornou mais atual, mais moderna e com os olhos postos no futuro.

Essa mudança da imagem vai expandir-se pela rede comercial de 13 balcões distribuídos por 6 das 9 ilhas dos Açores – São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial.

Motivada para superar os desafios da atual conjuntura, a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo assenta a sua ação na dedicação, empenho e experiência dos seus recursos humanos, consolidando-se como importante agente económico na Região Autónoma dos Açores, e tendo os açorianos como foco da sua atuação.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no dia 18 de maio de 2021 aprove um Voto de Congratulação pelos 125 anos da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Desse voto deve ser dado conhecimento à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, ao seu Conselho de Administração e restantes órgãos sociais.

Horta, Sala das Sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Vânia Ferreira, Paulo Gomes e Luís Soares

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e felicita a administração da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo por este aniversário especial e que representa sobretudo um percurso de resiliência de todos aqueles que conceberam e construíram esta instituição ao longo de mais de 100 anos.

Aproveitar também, naturalmente, para felicitar a mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia que, de entre as suas obras, tem exatamente a construção desta instituição e a afirmação desta instituição no sistema financeiro regional.

Importa também dizer e que é importante que se releve este aspeto: esta instituição financeira é um ativo importante da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e deve afirmar-se também como um parceiro especial desta instituição naquilo que é a sua função social e estrutural daquela instituição. De uma instituição que se vem afirmando ao longo dos anos na Terceira e nos Açores como parceira dos sucessivos Governos Regionais, na implementação das políticas sociais e também na formação profissional de tantos jovens daquela ilha e da Região.

Associamo-nos, por isso, ao voto apresentado desejando as maiores felicidades neste percurso de expansão que esta instituição prevê para os próximos tempos.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos ao próximo voto de congratulação aos atletas do CAO da Santa Casa da Misericórdia da Madalena por se terem sagrado campeões regionais.

O voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa. Faça favor.

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação “atletas do CAO da Santa Casa da Misericórdia da Madalena sagram-se campeões regionais”

Realizou-se nos dias 8 e 9 de maio na ilha Terceira o Torneio Regional de Atletismo adaptado e o Campeonato Regional do Atleta Completo.

A equipa de atletismo do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena participou com seis atletas, arrecadando os títulos de campeões regionais no escalão de Desenvolvimento através dos atletas André Dutra, Renata Rocha, Pedro Feliciano e Gonçalo Silva.

No escalão de Síndrome de Down, Bruno Medeiros sagrou-se campeão regional.

Este é mais um momento de satisfação para o clube que deverá merecer o reconhecimento de todo o trabalho que tem sido desenvolvido pela Santa casa da Misericórdia da Madalena, através do seu Centro de Atividades Ocupacionais, que acolhe utentes de toda a ilha.

Quebrando tabus e elevando a responsabilidade social, tanto os técnicos como os funcionários empenham-se diariamente para fazer melhor e para fazer diferente.

O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), uma das valências da Santa Casa tem como missão principal receber, apoiar e garantir os direitos e necessidades das crianças, jovens e pessoas com deficiência, pessoas idosas e comunidade

envolvente, de forma integral e personalizada, através de serviços estabelecidos com base nos princípios da qualidade, da equidade e responsabilidade social.

É uma instituição bastante ativa, que nos últimos anos tem vindo a crescer, contando com 12 valências: Creche, Jardim de Infância, ATL, CAO, Lar Residencial, Transporte Adaptado, Lar de Idosos, Centro de Dia, Serviços de Apoio ao Domicílio, Centro de Fisioterapia e Universidade Sénior.

Mas a sua ambição não se fica por aqui, pretendendo, a curto prazo, criar o Centro de Acolhimento Temporário, num universo atual de 383 utentes e 150 colaboradores.

Os títulos alcançados pelos atletas do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), que todos saudamos, devem obrigar-nos a revisitar a sua criação. A determinação dos seus técnicos tem uma importância fundamental para uma sociedade em crescente evolução na sua responsabilidade social.

Assim, abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe a aprovação de um voto de congratulação pelas vitórias dos Atletas do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, alcançadas no Torneio Regional de Atletismo adaptado e o Campeonato Regional do Atleta Completo.

Do mesmo deverá ser dado conhecimento à direção técnica do CAO, à Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Madalena e à Câmara Municipal da Madalena.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Carlos Freitas e Marco Costa

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa pelo Partido Socialista. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é mais um exemplo de sucesso picaroto e açoriano, no caso muito particular do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, instituição que também é um exemplo e uma referência para a ilha e para os Açores por todas as suas valências que até estão aqui descritas no voto de congratulação, que teve sempre uma atenção especial dos Governos Regionais, mas neste caso muito em particular eu gostaria de sinalizar também a importância de duas pessoas neste projeto do CAO: a Dra. Carla Tomás, como coordenadora; e o Dr. Luís Matos, também como treinador e acompanhante destes jovens que têm acima de tudo dado a motivação, o treino e a sensibilidade necessária para jovens com necessidades especiais.

Neste sentido, congratular por mais estes feitos desportivos e acima de tudo que continue o CAO a fazer campeões do desporto e da vida.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Encerrámos os votos de congratulação. Passamos aos votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. É referente ao falecimento do Sr. João Ângelo Vieira. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
João Ângelo Vieira

Era o Mestre das Cantorias, o Ti João das Velhas.

Filho de José Vieira Ângelo e de Zulmira Oliveira Ângelo, João Ângelo Vieira nasceu a 24 de junho de 1935, na freguesia de São Bartolomeu dos Regatos, em Angra do Heroísmo, onde sempre viveu.

Na Escola Primária, estudou apenas até à terceira classe, e logo começou a trabalhar na lavoura da família.

A primeira vez que cantou foi em 1952, para uma gravação, com versos da sua autoria, na Rádio Clube de Angra, que se destinava a familiares emigrados.

Com 18 anos de idade, improvisou em estreia num rancho de matança. E em 1955 participou, pela primeira vez, num Pezinho. Numa cantoria improvisada em 1960, na varanda de uma casa particular em Santa Bárbara, foi insultado pelo Vigairinho, de uma forma que considerou inaceitável. E durante cerca de sete anos ninguém lhe ouviu uma cantiga.

Regressou em 1967, nas Festas dos Regatos, com cantadores conceituados como Barbeiro, Vital, Charrua e Caneta. Em 1973, foi pela primeira vez aos Estados Unidos, onde acabou por cantar e ficar cerca de nove meses.

Durante as décadas seguintes, foi mais de 20 vezes cantar aos Estados Unidos, cinco ao Canadá, uma ao Brasil, uma a França, quatro ao continente português, cantando ainda em todas as ilhas dos Açores.

Deslocou-se aos Estados Unidos pela última vez em 2012, para participar nas Festas de Gustine, tendo sido homenageado na Casa dos Açores de Hilmar.

A última vez que cantou Velhas foi em 2018 nas Festas dos Rosais, em São Jorge. A 26 de setembro de 2019, João Ângelo fez a sua última aparição como cantor popular no Pezinho das Festas de São Carlos.

“Foi, durante toda a sua vida, um homem genuíno e autêntico”, assim o recordou o cantador José Eliseu Costa, que atuou pela primeira vez há quase 40 anos, ao lado de João Ângelo.

O Mestre das Cantorias, o Ti João das Velhas, deixou-nos no passado dia 18 de abril, aos 85 anos de idade.

A grande herança deixada por João Ângelo “recai na sua simplicidade e inteligência”, numa forma de ser e de agir que caiu nas graças de todos, também do público cidadão, que até não dava grande importância às Cantigas ao Desafio.

Foi igualmente essencial na recuperação das “Velhas”, uma ação a meias com António Plácido. Pode mesmo dizer-se que há uma separação entre as “Velhas” antes e depois de João Ângelo, referiu também José Eliseu Costa, seu conterrâneo em São Bartolomeu dos Regatos, onde João Ângelo foi dirigente da Casa do Povo entre 1969 e 1973.

Logo após o 25 de Abril de 1974, integrou a comissão administrativa da Junta de Freguesia até às eleições de 1976, exercendo as funções de autarca local de 1979 até 1982.

João Ângelo foi agraciado com a Medalha de Mérito da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, com a Medalha de Mérito Cultural da Região Autónoma dos Açores, e com a Medalha da Ordem de Mérito da República Portuguesa.

A Terceira e os Açores perderam, há cerca de um mês, um grande vulto da sua cultura popular.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emite o presente Voto de Pesar pelo falecimento do distinto cidadão João Ângelo Vieira, determinando que o mesmo seja dado conhecimento à sua Família, à Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Regatos e à Associação de Cantadores e Tocadores ao Desafio dos Açores.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa e Marco Costa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este voto de pesar apresentado pelo PSD, subscrevendo e apoiando tudo aquilo que foi proferido daquela tribuna pelo Sr. Deputado Luís Soares que, no fundo, representa, e aqui expressa tudo aquilo que era, que é e que continuará a ser certamente o Ti João Ângelo para a cultura popular terceirense e para a cultura popular nos Açores.

No dia 18 de abril deixou-nos um dos maiores vultos da cultura popular açoriana, da cultura popular terceirense e provavelmente aquele que é o nome maior das cantigas ao desafio da segunda metade do século XX, sendo e afirmando-se como uma referência nesse período depois de outro grande vulto conhecido por Charrua.

É, por isso, que o Partido Socialista se associa a este voto.

Dizer também algo que nos parece importante, ficando desde já aqui também o apelo e a sugestão à Secretaria Regional da Cultura, também à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, da importância também do trabalho de se preservar e proteger todo o espólio do Ti João Ângelo para que possamos também perpetuar a sua memória e tudo aquilo que ele representa para o futuro. O Ti João Ângelo faz parte da nossa história, faz parte da nossa vivência. O Ti João das Velhas, como referiu o Sr. Deputado Luís Soares. Eu e centenas de crianças e de adolescentes terceirenses íamos aos arraias nas festas e todos queríamos esperar para o fim da cantoria dita tradicional para ouvirmos “as

velhas” e para ouvirmos o Ti João Ângelo, que se destacou aliás por esse estilo das “velhas”.

A última vez que eu estive com o Ti João Ângelo foi na campanha eleitoral de 2016, no dia em que nós dedicámos a campanha ao dia de São Bartolomeu. Encontrámos o Ti João Ângelo na campanha de rua, no centro da freguesia, com alguns amigos, já ligeiramente condicionado fisicamente e o Ti João Ângelo quis, no meio do seu humor, da sua generosidade, da sua bonomia, também partilhar connosco um momento de improviso relembrando e recriando uma cantiga no âmbito de umas “velhas” que tinha tido anos antes, também na antecâmara de um ato eleitoral. O Ti João Ângelo era isto, era humor, era também intervenção cívica e política através das cantorias e partilhou connosco um momento que eu tomei em devida nota e permitam-me o momento também partilho aqui, porque o Ti João Ângelo era isso e é isso e não quer naturalmente que ninguém chore ou fique triste. O Ti João Ângelo se nos estiver a ver estará certamente a sorrir e quererá sempre que todos nós possamos estar a rir e a sorrir.

O Ti João Ângelo recriando umas “velhas” que tinha feito uns anos antes partilhou connosco repentinamente a seguinte cantiga:

“Há velhas que são fascistas e outras socialistas,
Inda há a velha monarca,
E se a gente vir bem nas listas ainda temos as comunistas,
Que são todas da mesma marca.
E há senhoras casadas que têm lá os seus partidos,
Põem as forças armadas nas cabeças dos maridos.”

(Risos da câmara)

O Ti João Ângelo era isto, era generosidade, era bonomia, era bom humor, era crítica corrosiva, mas era genuinamente um homem bom.

No dia 18 de abril deixou-nos um dos maiores vultos da cultura popular terceirense e açoriana, mas deixou-nos também e verdadeiramente um homem bom.

Os pêsames à família.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A melhor homenagem que se pode fazer a Ti João Ângelo é precisamente citá-lo desta Casa. Foi o que fiz daquela tribuna no discurso de encerramento do Plano e Orçamento para este ano e fi-lo por impulso natural de quem não sendo terceirense, é açoriano e reconhece nas “velhas” o grande património da cultura popular das nossas ilhas. Portanto, a Iniciativa Liberal vai obviamente associar-se a este voto de pesar apresentado pelo Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Deputado Luís Soares, mas não poderia deixar de aqui dizer que de facto, sendo as “velhas” um importante património cultural das nossas ilhas, património cultural popular das nossas ilhas, tiveram em Ti João Ângelo um dos seus expoentes máximos e que muita saudade nos deixará certamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto de pesar é pelo falecimento da Professora Dra. Ana Isabel de Melo Azevedo Neto. É apresentado pela Representação Parlamentar do PAN. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar - Falecimento da Professora Doutora Ana Isabel de Melo Azevedo Neto (1963-2021)

Este voto de pesar foi, a meu pedido, realizado pelo Sr. Prof. José Azevedo, marido da homenageada e de quem sou humildemente e honradamente um mensageiro.

No dia 1 de maio de 2021 faleceu em Azeitão, com 57 anos de idade, Ana Isabel de Melo Azevedo Neto, natural de Lajes do Pico. Era casada e deixa dois filhos maiores.

Começou a sua vida escolar na Silveira e nas Lajes do Pico tendo, com 14 anos de idade, passado a frequentar o Liceu da Horta. Terminou o 12.º ano em Ponta Delgada.

Licenciou-se em Biologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 1987, com uma tese sobre ictioplâncton da costa continental portuguesa, desenvolvida no Instituto Nacional de Investigação das Pescas. Ainda como

estudante as suas qualidades científicas foram reconhecidas com um convite à participação no cruzeiro aos Açores do navio de investigação Noruega.

Tendo trabalhado durante o curso para ajudar a suportar as despesas, ainda como estudante começou a lecionar Biologia no ensino secundário, com horário completo.

No entanto, o seu sonho de fazer investigação na área de Biologia Marinha levou-a a concorrer à vaga aberta para Botânica Marinha no Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, tendo ali sido colocada em novembro de 1987. Fez toda a carreira subsequente na Universidade dos Açores: provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em 1990, doutoramento em Biologia Marinha em 1997 e agregação (o mais alto grau académico) em Botânica Marinha em 2007.

Era Professora Associada com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores.

Como docente, foi regente das unidades curriculares de Biologia das Algas e dos Fungos, de Biodiversidade Marinha, de Recursos Marinhos e de Aquacultura. Colaborava também em várias outras unidades curriculares dos níveis de licenciatura, mestrado e doutoramento.

A Professora Ana Neto, como era conhecida, foi uma pedagoga extraordinária, aliando o rigor académico a uma invulgar empatia e a uma alegria de ensinar que motivavam os estudantes a dar o seu melhor. Após a primeira semana de aulas conhecia já os nomes de todos os estudantes; no final do semestre tinha estabelecido com todos uma relação quase familiar. Era vulgar vê-la integrada em grupos de estudantes, rindo e conversando descontraidamente. Tinha um orgulho especial em que a Tuna Masculina da UAc, os Tunídeos, tivesse chegado a considerá-la sua madrinha, tendo estendido as capas à sua passagem após as provas de doutoramento. O carinho que lhe dedicavam os seus estudantes pode ser sentido neste excerto do poema que lhe foi dedicado por um

ex-aluno, Paulo Luís:

“A Ana era a maior Embaixadora do seu Pico e dos seus Açores...e deixou-nos...

A Ana era um Furacão Humano...e deixou-nos...

A Ana era uma Amante das suas Algas...e deixou-nos...

A Ana era Corajosa e Carinhosa...e deixou-nos...

A Ana deixou-nos...

Deixou-nos...mais felizes...

Deixou-nos...mais conhecedores...

Deixou-nos...mais gratos...

Deixou-nos...mais privilegiados...

Deixou-nos...mais dedicados...

Deixou-nos...mais crentes...

Deixou-nos...mais apaixonados...

Deixou-nos...mais envolvidos...

Deixou-nos...mais deslumbrados...

Deixou-nos...mais humildes...

Deixou-nos...mais Açorianos...

Deixou-nos...mais Humanos...”

Exercia a sua atividade de investigação no Grupo de Biodiversidade dos Açores, onde coordenava o subgrupo de Ecologia Aquática Insular. Foi a principal especialista em taxonomia de macroalgas marinhas em Portugal, com uma reputação internacional bem estabelecida em múltiplos projetos de colaboração que começaram logo no início da sua carreira, quando reviu a coleção de macroalgas dos Açores no *Natural History Museum*, em Londres. Em colaboração com colegas e estudantes (orientou 15 teses de doutoramento e 20 teses de mestrado), publicou mais de 160 artigos científicos, três capítulos de

livros e oito livros de divulgação. Já lutando contra a doença conseguiu deixar publicada a base de dados da distribuição das espécies de macroalgas marinhas nos Açores, a qual constituirá um importante recurso para investigadores futuros.

Em publicação num número especial da *Arquipélago-Life and Marine Sciences* deixa ainda a atualização da lista taxonómica dessas mesmas espécies. Quando começou a sua carreira científica, estavam registadas apenas 204 espécies de macroalgas marinhas nos Açores, sendo esta relativa pobreza considerada o resultado do isolamento do arquipélago. Graças em grande parte aos seus esforços, sabe-se hoje que existem na Região pelo menos 493 espécies (uma das quais ela ajudou a descrever como nova para a ciência), e os Açores passaram a ser vistos como uma região situada na encruzilhada de várias regiões biogeográficas, e uma peça essencial na compreensão dos mecanismos de dispersão e colonização das macroalgas.

Outras das suas áreas de investigação incluem a Ecologia Marinha e a Aquacultura. Na primeira fez importantes contribuições para a definição dos biótopos litorais dos Açores, para a compreensão do papel das lapas nas biocenoses costeiras, para a mitigação do impacto da urbanização costeira e para o conhecimento da qualidade das massas de água oceânica do arquipélago. Em Aquacultura demonstrou ser possível completar na Região o ciclo de vida das amêijoas da Lagoa do Santo Cristo, tendo libertado nessa lagoa um lote de amêijoas criadas no seu laboratório. Ainda nesta área coordenou os projetos científicos que consolidaram o conhecimento científico na base da ALGICEL, uma empresa especializada no cultivo de microalgas, e AQUAZOR, que se dedica à aquacultura de macroalgas e de peixes.

O fulgor de Ana Isabel Neto como cientista e como pedagoga não a fez esquecer as suas raízes. Filha dos professores Inês e José Azevedo, passou a sua infância entre a vila das Lajes do Pico e o lugar da Silveira, onde é recordada

com saudade por várias gerações, das pessoas idosas que se lembram de uma menina feliz e traquina, falando com toda a gente, aos inúmeros amigos de estudo, de folgedos ou de simples vizinhança, e chegando aos mais novos, que não se coíbia de parar na rua para perguntar: “Tu de quem és?”

Exímia e graciosa bailadora de chamarrita (à moda antiga), tinha um sorriso quando rodopiava que iluminava os longos serões das folgas por todo o Pico, ou os desfiles etnográficos da Semana dos Baleeiros.

Por tudo isto, o PAN propõe a aprovação do seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa Regional manifesta o seu pesar pelo falecimento de Ana Isabel de Melo Azevedo Neto, orgulhosa açoriana, mulher do Pico e das suas gentes, mãe presente e exemplar, pedagoga que enriqueceu gerações de estudantes, e investigadora incontornável no panorama da Biologia Marinha regional.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família e à Universidade dos Açores.

Horta, 18 de maio de 2021

O Deputado, Pedro Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral faça favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Caríssimo Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se a este voto de pesar apresentado pelo Partido dos Animais e Natureza, não podendo deixar de salientar a enorme e profunda perda para não só a Universidade dos Açores, mas para todos nós pelo falecimento da Professora Ana Neto, cujo brilhante percurso académico de professora na Universidade dos Açores ficará para

sempre associado a esta instituição superior de ensino público. Nesta medida, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de pesar e endereça igualmente os seus sentidos pêsames à família e a todos aqueles que tiveram o privilégio de com ela privar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto de pesar é apresentado pelo PSD e pelo Chega. Refere-se ao falecimento do Sr. Jorge Manuel Mota Amaral Borges. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Jorge Manuel Mota Amaral Borges

A 20 de outubro de 1928 nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Lagoa, na ilha de S. Miguel, Jorge Manuel Mota Amaral Borges.

Entre 1950 e 1951 frequentou o curso de milicianos na ilha Terceira.

Em 1956 passou a residir em Lisboa, mas regressa aos Açores 5 anos mais tarde, vindo a casar-se em 1962 na ilha do Faial, terra onde residia àquela data Florinda Manuela Soares que passou a ser a sua esposa, com quem viria a ter um filho, Paulo Jorge Soares de Amaral Borges.

A sua carreira académica iniciou-se com o ensino primário na Lagoa, sendo que entre 1942 e 1992 fez inúmeras formações, iniciando-as na Escola Antero de Quental, com passagens pelo INEF, Liceu Gil Vicente, IDAF no Porto, DGEBS de Lisboa e Universidade dos Açores.

No seu percurso de vida curricular, participou em inúmeros cursos no nosso país e fora dele, tendo feito formação na Alemanha, Áustria, França, Dinamarca, Finlândia e Espanha.

Durante a sua atividade profissional nunca descurou a sua formação pontual, tendo por isso participado em muitos congressos, seminários, Workshops, Simpósios e Conferências no âmbito da Educação Física, em Portugal e em vários países da Europa, tais como Bélgica, Espanha e França.

A nível profissional ainda, foi o primeiro professor dos Açores, formado em Educação Física pelo INEF, hoje Faculdade de Motricidade Humana, tendo estagiado no Liceu Gil Vicente e lecionado no Colégio Moderno em Lisboa e nos Centros de Recreio da FNAT, também em Lisboa.

Em São Miguel, para além de ter lecionado no Externato a Colmeia, no Externato da Ribeira Grande, no Externato do Infante, na Telescola da R.A.A. e ministrado aulas de ginástica de recuperação, corretiva e fisioterapia, foi também professor efetivo da Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada e da Escola Secundária Domingos Rebelo, da qual foi Presidente do Conselho Diretivo.

Foi ainda Subinspetor do Desporto Escolar e do Desporto da FNAT e do INATEL.

A nível associativo foi membro fundador e Presidente da Cooperativa Profrutos, membro da Associação Cultural Sextante, Delegado Regional da Mocidade Portuguesa, membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, membro da Comissão Local de Acompanhamento RMG de Lagoa e membro fundador da Santa Casa da Misericórdia de Lagoa.

Foi atleta nas modalidades de Voleibol, Andebol e Futebol com passagens por campeonatos escolares, regionais e a nível continental, foi ainda treinador de futebol federado da equipa de juniores do “Club Operário Desportivo” (Campeão de São Miguel em 1966/67).

Durante mais de três décadas foi presidente do Asilo da Infância Desvalida (Lagoa) que, durante a sua presidência, foi transformado em Centro Social Nossa Senhora do Rosário com três valências, Lar para Jovens, Creche e Jardim-de-infância o Pardal.

Foi também durante mais de três décadas Presidente da Conferência Vicentina da Lagoa onde teve uma ação ativa através de visitas a doentes, a solitários, a reclusos, a carenciados, ou através da recolha de bens alimentares, de roupas e de medicamentos para posterior distribuição, na procura da resolução de problemas de emprego, habitacionais e sociais, na organização de encontros de juventude durante os tempos de férias e ainda procurando a promoção das pessoas através da formação social, cívica e educacional.

Foi membro fundador e Secretário-Geral da associação sociocultural Círculo de Amigos da Lagoa, associação esta que promoveu entre 1965-1975 os Ciclos de Palestras-Colóquios sobre temas como religião, política, economia e cultura em geral.

Através de artigos de opinião que, de forma interventiva, escreveu para os jornais da ilha, manifestou sempre de forma convicta as suas preocupações com os problemas sociais, educacionais, de fé, religiosos e políticos da sua Terra. Fez parte da Comissão que no âmbito do Triénio da Palavra promoveu na Lagoa, entre 2001 e 2002, um Ciclo de Palestras-colóquio cujo tema foi Repensar o Cristianismo.

Na sua participação na vida política, assumiu o cargo de vereador na Câmara Municipal de Lagoa e integrou uma lista de Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Durante o seu percurso de vida foi várias vezes homenageado, destacando-se a homenagem sentida, singular e de elevado significado por dezenas de antigos alunos da Escola Secundária Domingos Rebelo, recebendo outras distinções e homenagens entre as quais da Câmara Municipal de Lagoa, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Junta de Freguesia de Rosário e Junta de Freguesia da Maia. Consequência da sua atividade de Educador, foi agraciado do dia 10 de Junho de 2010, por sua Excelência o Presidente da República, com o grau Grande-Oficial da ordem da Instrução Pública.

A 7 de maio passado, Jorge Manuel Mota Amaral Borges, faleceu no Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada, deixando um invejável legado de cidadania que os Lagoenses em particular e os Açorianos em geral jamais esquecerão tão ilustre cidadão.

Assim, os Grupos Parlamentares do Chega e do Partido Social Democrata propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jorge Manuel Mota Amaral Borges, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral e Carlos Furtado

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Há efetivamente um lapso no voto que tem de ser corrigido na parte deliberativa. Peço depois aos seus autores que façam essa correção.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto de pesar é apresentado também pelo PSD e pelo Chega e refere-se ao falecimento do Sr. Jorge João de Medeiros Borges. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Jorge João de Medeiros Borges

Jorge João de Medeiros Borges nasceu em Vila do Porto em 23 de outubro de 1930 e faleceu em Ponta Delgada a 2 de abril último, aos 90 anos de idade, vivendo, porém, maioritariamente na cidade da Lagoa.

Completo o ensino secundário no “Liceu Nacional Antero de Quental” e um curso técnico, que lhe deu acesso à carreira de Quadro Superior dos CTT.

Na sua longa carreira profissional, entre 1950 e 1997, exerceu diversas funções, designadamente Tesoureiro da Fazenda Pública, Chefe da Contabilidade das Obras Públicas da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, mas foi nos Correios de Portugal que mais anos exerceu a sua atividade, chefiando várias estações e, como quadro superior da empresa, foi responsável pela área Comercial, Finanças e Planeamento e Serviços Operacionais, terminando a carreira como Diretor Regional dos Correios dos Açores.

Foi membro ativo e impulsionador de diversos movimentos no campo religioso, dos quais, poderão destacar-se, entre outros, as Conferências Vicentinas e os Cursos de Cristandade.

Presidiu ao Centro de Assistência Social - Obra de Vimes, que funcionava no Convento dos Franciscanos, apoiando pessoas carenciadas, que se dedicavam ao artesanato, em vimes, para venda local e exportação para os EUA.

Durante os últimos 4 anos da década de sessenta, participou na vereação da Câmara Municipal de Lagoa, então presidida pelo Sr. Eng.º João da Mota Amaral.

Foi co-fundador do Círculo de Amigos da Lagoa, Organização que foi responsável, entre 1970 e 1975, pela realização de cerca de 100 palestras, que visavam abrir o espírito dos lagoenses, despertando-os para a participação cívica.

Em 1970, na Vila de Água de Pau, ajudou a dinamizar a juventude, promovendo algumas palestras relacionadas com a importância do desporto e de uma vida saudável, organizando um Grupo de Judo.

Também em Água de Pau, organizou uma fábrica de bordados de exportação para a Madeira, com a participação de 40 jovens, do sexo feminino.

Com a sua passagem à aposentação, foi irmão co-fundador da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa (criada em 2001), instituição onde assumiu o lugar de Provedor, tendo criado o Lar para Jovens em Risco, o Centro de Convívio de Idosos de Santa Cruz e Água de Pau, o ATL de Santa Cruz, promovendo a construção do Lar de Idosos de Santo António e, assumindo a responsabilidade pela distribuição de alimentos do Banco Alimentar contra a Fome no concelho.

Foi homenageado pela Câmara Municipal de Lagoa com a medalha de Mérito Social, por deliberação de 19 de outubro de 2004.

Foi distinguido com a Insígnia autonómica de mérito cívico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pela Resolução n.º 10/2011/A, de 7 de junho.

Jorge João de Medeiros Borges foi um cidadão exemplar, tanto na sua vida profissional como de serviço público.

Assim, os Grupos Parlamentares do Chega e do Partido Social Democrata propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos

termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jorge João de Medeiros Borges, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral e Carlos Furtado

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de pesar apresentado, reconhecendo aqui o percurso profissional do Sr. Jorge Borges como Diretor Geral dos CTT nos Açores, assim como, e sobretudo, relativamente à sua atividade social e cívica que ao longo da sua vida exerceu com todo o empenho e com toda a dedicação.

Nascido na ilha de Santa Maria, viveu praticamente toda a sua vida no concelho da Lagoa, na ilha de São Miguel.

Permitam-me aqui que realce e relembre que o trabalho do Sr. Jorge Borges no desenvolvimento das atividades no Círculo de Amigos da Lagoa, que contribuíram para aquilo que hoje também é a Lagoa.

Assim como, todo o trabalho que exerceu na Santa Casa da Misericórdia, instituição que fundou, ou que participou na sua fundação e registre-se que todas as valências atualmente existentes se devem às mesas administrativas, das quais o Sr. Jorge Borges foi provedor.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista endereça as mais sentidas condolências à família, alargando este pesar à cidade da Lagoa, aos lagoenses e a todos aqueles que com ele privaram.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os seus lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 02 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à apresentação e votação de votos. Estamos nos votos de pesar.

Para a apresentação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira

Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira nasceu a 25 de junho de 1962, na Praia da Vitória, ilha Terceira, filho de Ernesto Jacinto da Silveira e de Rosa Augusta Bettencourt da Silveira.

A sua família fixou-se na vila da Calheta, em São Jorge, e foi aí que viveu toda a sua infância.

Regressou à ilha Terceira para prosseguir os seus estudos, iniciando aí a sua atividade profissional nos CTT, em Angra do Heroísmo, até ser chamado para o Serviço Militar Obrigatório, em São Gonçalo, ilha de São Miguel, e posteriormente no continente português.

Em 1984 fixa-se na ilha de São Jorge, onde se manteve definitivamente. Durante alguns anos, integrou os quadros da empresa Domingos de Oliveira até ser convidado para adjunto do Presidente da Câmara Municipal da Calheta, José Leovigildo Sousa Azevedo, em 1990. Exerceu, ainda, funções profissionais no Centro de Saúde da Calheta por um curto período de tempo.

Em 1993 foi eleito Vereador, assumindo as funções de Vice-Presidente, cargo que ocupou até 2001. Neste ano, assume a Presidência da Câmara por dois mandatos.

Em 2013 volta a dar o seu contributo como Deputado Municipal, terminando então as suas funções de autarca em 2017.

Durante o seu mandato como Presidente, destacaram-se, entre várias obras importantes para o concelho da Calheta, a construção do Campo de Futebol Municipal, assim como o investimento na pavimentação de estradas municipais em todas as freguesias.

Com esta experiência, na Câmara Municipal, Duarte Silveira inicia, assim, um percurso de 20 anos de autarca.

Duarte Silveira destacou-se pela sua forma de ser e estar na sociedade jorgense, e fica lembrado, e muito justamente, pelo importante contributo que dedicou à

música nesta ilha, fruto do seu talento, de uma permanente disponibilidade e ainda de uma extraordinária sensibilidade artística. Assim, salienta-se a sua participação em diversos grupos musicais na ilha de São Jorge, desde o Grupo Etnográfico da Calheta, grupos de baile, bandas de concerto, agrupamentos improvisados de cantorias, bailes regionais, grupos corais, entre outros.

O grupo de música popular açoriana “Tributo”, que pela sua dimensão artística e cultural, e também pelo patamar atingido na música portuguesa, foi seguramente o maior projeto musical que integrou em toda a sua vida, ao qual dedicou largos anos do seu conhecimento e todo o seu talento como músico.

O seu contributo foi imenso, como músico, como artista, como agente cultural e ainda como autarca.

A sua partida deveu-se a doença oncológica, que, por ironia do destino, ocorreu na ilha que o viu nascer, no Hospital de Santo Espírito, em Angra do Heroísmo, notícia que deixou a ilha de São Jorge mais pobre.

No seu funeral, à saída da Igreja, num momento de grande emoção, ouviu-se a gravação da voz de Duarte Silveira a interpretar o tema “Notas de Infância”, como se do seu último desejo se tratasse:

**“Quando um dia eu morrer
e peço por caridade
O que de mim tu guardares
guarda também a Saudade”**

Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira faleceu no passado dia 15 de abril de 2021 aos 58 anos de idade. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação do seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu pesar pelo falecimento do autarca, homem de cultura e distinto músico jorgense,

Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira, distinguindo-o, pelo relevante e inestimável contributo de participação pública e social e política, na cultura, na música e numa vida inteira de dedicação ao concelho da Calheta e à ilha de São Jorge.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emite o presente Voto de Pesar pelo falecimento do distinto cidadão Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira, determinando que o mesmo seja dado conhecimento à sua Família e à Assembleia e Câmara Municipal da Calheta.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2021,

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Paulo Silveira e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também pelo falecimento de Duarte Silveira, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta um voto de pesar. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
Falecimento de Duarte Silveira

Poucas pessoas terão contribuído tanto e tão bem para a música nos Açores e em São Jorge, como Duarte Silveira.

Homem apaixonado pela música de uma presença de espírito e boa disposição contagiante, músico dos mil instrumentos, tocava vários instrumentos com uma mestria reconhecida por todos.

Duarte Silveira nasceu dia 25 de junho de 1962, na Praia da Vitória, ilha Terceira, mas, com apenas 1 ano de idade foi viver para São Jorge, terra natal dos seus pais, Ernesto Jacinto da Silveira e Rosa Augusta Bettencourt da Silveira.

Viveu toda a sua infância na Vila da Calheta. Só mais tarde, ao completar o 9.º ano, como era natural acontecer aos Jorgenses que queriam prosseguir os estudos, regressou à Ilha Terceira.

Em 1984, rumou novamente à Ilha de São Jorge onde se fixa definitivamente.

Anos mais tarde, em 1990, é convidado pelo Presidente da Câmara Municipal da Calheta para seu adjunto, dando assim o pontapé de saída para o seu percurso como autarca.

Sendo posteriormente Vice-presidente e mais tarde Presidente da Câmara Municipal da Calheta, entre 2000 e 2009.

Abrçou durante toda a sua vida “mil e um” projetos musicais, participou em dezenas de grupos musicais na Ilha de São Jorge, integrou grupos de folclore, grupos de baile, bandas de concerto e participou inúmeras vezes em grupos improvisados para acompanhar cantorias, bailes regionais, grupos corais e bandas jovens.

Brainstorm, Trevo, Conexão, Quinta Tribu, Fado, *Pieter Adrianns & friends*, *Conexão*, e “TopoTopBand” foram algumas das bandas onde participou.

Duarte Silveira levou o nome de São Jorge e chegou a um patamar mais elevado da música com o grande e estimado grupo de música popular açoriana “Tributo”, banda onde integrou o maior projeto musical da sua vida.

No dia 15 de abril, a Ilha de São Jorge ficou mais pobre com a notícia da sua partida.

Homem de um taletto musical extraordinário, deixa à Ilha de São Jorge um legado importantíssimo na área musical. Muitos foram aqueles que Duarte Silveira incentivou e marcou e onde será certamente sempre lembrado.

Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira deixou-nos assim um contributo imensamente rico, como agente da cultura açoriana, como artista e como músico, tendo desempenhado um papel importante na vida política, social e cultural no Concelho da Calheta e da Ilha de São Jorge.

Como ele tantas vezes dizia e cantava...

“Até à vista e não Adeus”

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do homem, autarca, artista e músico, Duarte Silveira.

Deste voto deve ser dado conhecimento à sua família.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Também pelo falecimento do Sr. Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira é um voto apresentado pelo Partido Socialista. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo Falecimento de Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira

Faleceu, no passado dia 15 de abril, o ex-Presidente da Câmara Municipal da Calheta, Duarte Manuel de Bettencourt da Silveira, tinha 58 anos de idade, foi pai de dois filhos o André e o João Miguel.

Nasceu na Praia da Vitória, ilha Terceira e, com apenas um ano de idade, juntamente com os seus pais voltam para São Jorge, sua terra natal, radicando-se na vila da Calheta, onde Duarte Silveira viveu toda a sua infância, volta a sair de São Jorge para completar estudos, como a maioria dos jovens jorgenses e mais tarde para cumprir o serviço militar.

Em 1984 ruma à ilha de São Jorge onde se fixa definitivamente. Em 1990 assume funções de adjunto do Presidente da Câmara Municipal da Calheta, José Leovigildo Sousa Azevedo.

Com esta experiência na Câmara Municipal, Duarte Silveira inicia então um percurso de 20 anos de autarca.

Em 1993 é eleito Vereador (Vice-Presidente) cargo que ocupa até 2001. Neste ano, assume a Presidência da Câmara, que prolonga por dois mandatos.

Posteriormente, em 2013 volta a dar o seu contributo como Deputado Municipal, terminando então as suas funções de autarca em 2017.

Duarte Silveira destacava-se pela sua inteligência, pela sua permanente boa disposição e por uma invulgar e curiosa presença de espírito.

Fica também lembrado – e muito justamente – pelo importante contributo que ofereceu à música nesta ilha, fruto do seu talento, de uma permanente disponibilidade e ainda de uma extraordinária sensibilidade musical, herança de muitos dos seus antepassados, com especial destaque do seu pai, Ernesto Silveira. A paixão pela música.

Durante a sua vida, participou em dezenas de grupos musicais na ilha de São Jorge. Não podemos esquecer a sua participação no Grupo Etnográfico da Calheta – que tanto respeito merecia da sua parte – bem como do antigo grupo de baile “Sena”, uma das suas primeiras e mais marcantes experiências musicais na sua juventude, mas também do conhecido grupo Gente Nova, que integrou durante largos anos.

No entanto, mas numa outra dimensão, a “menina dos seus olhos”, foi naturalmente o seu amado grupo de música popular açoriana “Tributo” que, pela sua dimensão artística e cultural, e também pelo patamar atingido na música portuguesa, terá representado para Duarte Silveira o maior projeto musical que integrou em toda a sua vida.

Muitos foram também os grupos, principalmente de jovens, que a ele recorreram quando pretendiam formar grupos de baile ou de concerto, ao que o Duarte sempre respondia com a sua pronta e dedicada colaboração, oferecendo-lhes o seu conhecimento e uma importante palavra de incentivo.

Os seus colegas do “Tributo” prestaram-lhe uma última homenagem, com dois temas do recente álbum discográfico intitulado “Tributo em Nós”. A “Canção da Despedida” e ainda a gravação da voz de Duarte Silveira a interpretar o tema “Notas de Infância”, como se do seu último desejo se tratasse:

“Quando um dia eu morrer

e peço por caridade

O que de mim tu guardares
guarda também a Saudade”

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Duarte Manuel Bettencourt da Silveira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, ao Conselho de Ilha, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Calheta.

São Jorge, 18 de maio de 2021

Os Deputados, Vasco Cordeiro e Maria Isabel Teixeira

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Secretário.

Encerramos assim a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa para esta reunião.

Seguem-se as declarações políticas e neste período legislativo estão inscritos para declarações políticas o Partido Socialista, o PSD, o CDS-PP, o Chega, o Bloco de Esquerda, o PMM e a Iniciativa Liberal.

Cabe ao Partido Socialista iniciar estas declarações políticas e para tal dou a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 16 de maio completaram-se 14 meses desde a data em que foi confirmada de forma definitiva a existência do primeiro caso positivo de Covid-19 na Região Autónoma dos Açores.

Essa confirmação foi feita pelo Instituto Ricardo Jorge na sequência de um caso detetado aqui, nos Açores.

Ao longo destes 14 meses as vidas de todos os Açorianos foram viradas do avesso: trabalhadores, empresas, Serviço Regional de Saúde, bombeiros, cidadãos, professores, encarregados de educação ... Julgo que é legítimo dizer-se que não houve um único setor da nossa sociedade que não tenha passado este tempo sem, de uma forma ou outra, ter sido afetado por esta pandemia.

Enfrentamos esta situação como povo e como Região colocando o melhor do esforço dos Governos que a tiveram de enfrentar e têm que a enfrentar, mas sobretudo com a determinação, a capacidade de resistência e o empenho generalizado do Povo Açoriano.

O destaque aqui vai – natural, e espero eu, compreensivelmente – para todos os profissionais que, de uma forma ou de outra, tiveram de lidar mais diretamente, quer com a pandemia, quer com os seus efeitos económicos e sociais. Mais uma vez aqui profissionais de saúde, bombeiros, professores, trabalhadores, empresários, tantos e tantos de entre nós que de forma mais direta e mais imediata responderam presente ao apelo de todos para darem o melhor de si na luta contra uma ameaça que pairava e paira ainda sobre todos.

Quatorze meses depois a situação que vivemos é, no entender, do Partido Socialista, crítica por estes motivos: por um lado, e como elemento positivo, o surgimento de vacinas e o início do processo de vacinação na nossa Região; mas também o surgimento de novas estirpes do vírus, que constituem ameaças e

fatores a requererem uma atenção particular e especial na sua prevenção, na monitorização e no controlo da sua disseminação.

Em segundo lugar, a situação quanto a nós é crítica também naquilo que tem a ver com o cansaço compreensível e exaustão também compreensível da sociedade açoriana em geral e de todos aqueles que tiveram e têm que lidar com esta situação.

Em terceiro lugar, a situação é crítica pelos impactos económicos e sociais que se agravam, apesar de todas as medidas que têm sido tomadas para lhes fazer face e, por último, a situação é crítica, na nossa opinião, no sentido em que a pouco e pouco com um conjunto de medidas, algumas das quais não dependem sequer da Região, medidas de desconfinamento, está a fechar-se a janela de oportunidade para um controlo efetivo e mais rigoroso desta situação.

Pela importância deste assunto, o Partido Socialista entende deixar hoje, neste espaço, neste tempo, cinco propostas que nos parecem essenciais para podermos enfrentar esta situação no sentido da melhoria que, julgo eu, todos almejamos.

A primeira destas propostas tem a ver com a área do rastreio e monitorização de casos positivos. Foi tomada uma decisão no final do ano passado de se considerar que, sobretudo no caso da ilha de São Miguel, mas não só, havia transmissão comunitária, o que implica, na definição da transmissão comunitária, estar inerente a circunstância de se considerar que não é possível definir cadeias de contágio e cadeias de transmissão. Portanto, o esforço centra-se noutra componente. No entender do Partido Socialista entendemos que é tempo de retomar um rastreio ao nível das cadeias de transmissão e de inquéritos epidemiológicos.

O efeito que julgamos poder alcançar-se desta forma é a definição de medidas muito mais focadas, cirúrgicas, dirigidas especialmente às situações em que

existem cadeias de transmissão e não já em termos abrangentes como, porventura, terá sido necessário.

A segunda proposta tem a ver com a vacinação. Julgamos que resulta claro que o esforço acrescido que neste momento a Região deve encetar se centra ao nível da nossa capacidade de operacionalização da vacinação e é por isso que entendemos que deveria ser avaliada a possibilidade de as farmácias dos Açores poderem administrar vacinas. O efeito que pretendemos alcançar com esta proposta, a ser concretizada, é de um aumento exponencial da capacidade de vacinação.

A terceira proposta, ainda sobre a componente da vacinação, tem a ver com a situação específica da Vila de Rabo de Peixe. Entendemos que era útil atalhar esta situação numa dupla perspetiva: por um lado, e na sequência das notícias que dão conta de alguma resistência ao processo de vacinação, um reforço de campanhas de informação e de sensibilização especificamente dirigidas à população da Vila de Rabo de Peixe, no sentido de demonstrar a importância e a imprescindibilidade do processo de vacinação; por outro, a definição também de um plano sectorialmente ou territorialmente delimitado à Vila de Rabo de Peixe para um processo de vacinação em massa.

Porquê e que efeito se procura alcançar com esta proposta?

O facto deste ser um território da nossa Região no qual se tem revelado mais persistente a incidência do vírus Covid-19.

Em quarto lugar e quarta proposta, a questão relativa à retoma assistencial, naquilo que tem a ver com, sobretudo, uma prioridade clara às doenças do foro oncológico, mas também às doenças do foro mental, para além de todas as outras em que o tempo é definitivo, é definitivo do ponto de vista daquilo que pode significar para a sua evolução.

Por último, uma quinta proposta, relativa à economia com a definição de um planeamento específico para a retoma económica na nossa Região e, em

especial, naquilo que tem a ver com o setor turístico: a definição de procedimentos, de calendários, de alertas, que nos parecem essenciais nesta fase para que a Região possa - num momento em que cada vez mais a evolução a nível nacional e internacional liberta outros mercados concorrenciais com os Açores do flagelo da pandemia, ou pelo menos permite a abertura dos seus mercados – posicionar-se neste setor e nesta retoma essencial.

Há, neste plano da retoma económica na nossa Região três ou quatro aspetos que em particular eu gostaria de salientar neste momento.

Em primeiro lugar, julgo que é necessário ter o cuidado de evitar a canibalização de iniciativas já existentes. Por exemplo, ao nível de rotas turísticas que tendo sido dirigidas para uma ilha, naturalmente que se compreende que possam existir ilhas que, fruto da sua dimensão e da importância do setor nessas ilhas necessitam de um esforço acrescido, mas devemos no fundo evitar essa canibalização de iniciativas já existentes, porque isso não resolve o problema, apenas transfere o problema de uma ilha para a outra.

Em segundo lugar, uma preocupação clara e concreta com o emprego. Os últimos dados apontam para mais de quatro mil açorianos que não têm emprego, ou seja, e dito de outra forma, menos quatro mil açorianos que têm emprego neste momento e só no primeiro trimestre deste ano.

É muito mais difícil, na nossa análise, na nossa opinião a possibilidade de recuperar de uma situação de desemprego, do que se criarem as medidas que possam, mesmo com o apoio das entidades públicas, criar as medidas que possam sustentar a destruição de emprego que tem ocorrido.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço eu termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Por último, julgamos que também é tempo de se começar a preparar aqui, na nossa Região, o dia a seguir ao fim das moratórias. Na verdade, este é um

processo por definição temporário, que poderá levar muitas famílias e empresas dos Açores a uma situação particularmente angustiante e difícil e julgamos que o tempo de iniciar este processo de preparação é agora.

São estas as propostas que deixamos à consideração de forma a podermos, também como povo e como Região, continuar a trilhar um caminho, que nos liberte o mais possível do flagelo sanitário da pandemia de Covid-19, mas sobretudo que nos liberte também dos flagelos económicos e sociais que ela traz.

Disse.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de saudar a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e, sobretudo, do tom construtivo com que surgiu nesta Assembleia, de alguma forma contraditório com alguma postura que tem sido desenvolvida por alguns políticos nos Açores, em que fazem parecer que a luta contra a pandemia é como que uma disputa entre partidos e Governo para saber quem ganha o que quer que seja.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não! Este processo é uma luta? É!

É uma disputa? Sim!

Mas tem de ser sempre e cada vez mais uma disputa dos açorinos contra a doença.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que nos parece que deve ser a marca e o registo. E vejo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro recupera um tom que já tinha anunciado aqui há dois ou três meses atrás, quando dizia que as contas fazem-se no fim e assinalava uma postura de respeito, de colaboração, de cooperação, unidos na vontade coletiva de fazer face a este desafio. É este o caminho. Não há outro, não vejo outro.

Infelizmente, há terça, quarta, quinta, sexta e sábado vemos os jornais cheios de uma postura completamente diferente desta e percebo que o Sr. Deputado está de certa forma isolado ...

Deputado Miguel Costa (PS): Corre-lhe nas veias!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... neste caminho construtivo, mas é esse o caminho que devemos seguir e é esse caminho no qual este Governo se revê.

De facto, percebemos de uma forma intensa, percebo o sofrimento e lamento a preocupação, até a perturbação que os pais têm de ver os filhos em algumas semanas não ir para a escola, dos empresários verem o seu estabelecimento fechado, das pessoas quererem circular, ter uma atividade social normal, percebo e lamento profundamente tudo isto. Mas também percebo que o caminho trilhado por este Governo até agora fez com que tivéssemos resultados dos quais nos devemos orgulhar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos nove ilhas e quando ouço dizer que este Governo (ouço e leio) tem lidado muito mal, é o desastre da pandemia, sobretudo em São

Miguel. Não é sobretudo em São Miguel. Há oito ilhas onde não tem havido casos. Este Governo tomou posse havia cerca de 300 casos. Tivemos um pico com cerca de mil casos em janeiro. Temos agora cerca de 240 casos. Há uma luta que foi feita diariamente com todos os profissionais de saúde e com todos os açorianos de uma forma responsável e construtiva. Infelizmente, há sempre casos que não correm como nós desejamos e infelizmente há resultados, sobretudo numa localidade. Senão fossem os casos, por exemplo, de Rabo de Peixe, neste momento teríamos 87 casos nos Açores, em que oito ilhas não têm praticamente casos. O que resulta que temos tido resultados positivos e desde logo pelos números. Não é pela vontade do secretário da tutela, nem do Governo Regional. São pelos números oficiais. A taxa de mortalidade nos Açores é de 0.1 por mil habitantes; a nível nacional é de 1.7 por mil. A taxa de infecciosidade nos Açores é de 2 por 100; a nível nacional é de 8.1 por 100, quando temos realizado nos Açores cerca do dobro dos testes realizados a nível nacional. Isto é, temos resultados felizmente positivos.

Quando vi ontem nas televisões do país a iniciarem-se com grande aparato turistas, restaurantes abertos, esplanadas abertas, quando temos tudo isso, nos Açores temos tido isso em oito ilhas sempre e numa ilha quase sempre, na maior parte do tempo. Na maior parte do tempo, em 18 semanas, Ponta Delgada, ...

Deputado Francisco César (PS): São Miguel não conta!

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

... a cidade mais populosa do arquipélago, apenas teve seis semanas, menos de metade, com medidas restritivas.

Deputado Carlos Silva (PS): E a Ribeira Grande?

O Orador: A Ribeira Grande derivada à situação de Rabo de Peixe, infelizmente como referi, assumi Rabo de Peixe como um problema de facto

que existe e já vou adiante falar na sequência das propostas que foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Temos de facto tido estes resultados positivos, com escolas abertas, com restaurantes abertos, com estabelecimentos abertos, pessoas a circular, com turistas, em nove ilhas dos Açores temos tido oito ilhas sempre assim e numa ilha quase sempre assim. Isto é um resultado que nos deve orgulhar.

O que eu apelava aos açorianos é para termos o bairrismo de açorianos,...

Deputado Carlos Silva (PS): É isso que o senhor está fazendo!

O Orador: ... para orgulharmo-nos das conquistas que os Açores têm e da diferença que temos em relação a outros territórios nacionais. É este o apelo que faço para que tenhamos este orgulho de açorianos nos resultados positivos que temos tido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Gostaria relativamente às propostas em concreto que foram apresentadas e louvo, nunca é tarde elas chegarem. Tive a oportunidade de me dirigir diretamente aos Deputados deste Parlamento, aos vários grupos parlamentares, solicitando contributos, alguns deram contributos, outros não deram contributos. De facto, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tivemos esse contributo, mas ele chega agora e é importante ...

Deputada Andreia Costa (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... e gostaria de fazer uma abordagem a cada uma das propostas daquelas que dizem respeito à tutela do setor sobre o qual tenho a responsabilidade.

No que diz respeito à avaliação epidemiológica devo comunicar ao Parlamento e aos açorianos que, apesar de não ser comunicada cada uma das cadeias, está a

ser feita avaliação epidemiológica de uma forma ainda mais intensa do que foi feita anteriormente, o que quer dizer que estamos a fazer avaliação epidemiológica a todos os contatos de alto risco, de baixo risco, de primeira e de segunda linha. Estamos a intensificar esta avaliação epidemiológica em todos os casos sem exceção, estão a ser sujeitos a acompanhamento e a avaliação da respetiva cadeia de comunicação. Temos isto perfeito e percebo que não tendo sido comunicado que esteja a ser feito, já por várias vezes tive oportunidade de o referir, mas mais uma vez reitero que estamos a fazer exatamente isso que o Sr. Deputado propôs.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Quanto à vacinação, o que quero dizer é que atingimos nesta semana as 100 mil doses de vacinas aplicadas, atingimos o record de duas mil doses no passado sábado. Estamos a entrar em velocidade intensa na vacinação dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

É um processo complexo. São nove ilhas, são nove processos de concretização do plano. Infelizmente, quando a 25 de novembro entrei pela primeira vez na Secretaria da Saúde não tinha nem plano de vacinação, nem nenhuma linha, nem nenhuma palavra sobre nada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não havia vacina!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Foi construído à pressa, é verdade, com a pressa das circunstâncias. Foi isto que aconteceu! Não havia plano de vacinação, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Nem sequer havia secretaria!

O Orador: ... não tínhamos nada previsto e em menos de um mês tivemos que implementar e produzir um plano de vacinação, mas felizmente e com a intervenção no novo coordenador logístico do processo e também com todos aqueles que têm trabalhado até agora, incluindo todos aqueles que têm trabalhado até agora, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Sabe quando apareceu a vacina? É preciso ter lata!

O Orador: ... incluindo os profissionais de saúde de uma forma particular, vamos incrementar este processo, mas devo dizer que se tivessem sido contratados os 80 enfermeiros que foram formados no ano passado teríamos mais facilidade em vacinar. Temos essa dificuldade, dificuldade em ter enfermeiros para vacinar.

Também temos a dificuldade de não ter o orçamento ainda publicado que nos permite contratar mais enfermeiros.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está há 8 meses, pelo amor de Deus!

O Orador: Isto é mais uma dificuldade que temos, mas apesar das dificuldades, mas sobretudo com o enorme contributo dos enfermeiros dos Açores, os profissionais de saúde dos Açores, com o enorme contributo de todos, temos superado as dificuldades e estamos a criar condições para ultrapassar este problema de uma forma com o maior sucesso possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, no que diz respeito à retoma, e para finalizar, já foi anunciado por diversas vezes nesta Assembleia que conseguimos em cinco meses diminuir as listas de espera, conseguimos em cinco meses contratar e com autorização de contratação mais cerca de 100 enfermeiros, conseguimos em cinco meses pagar 7.5 milhões de euros de dívidas em contencioso, conseguimos pagar cerca de 2.2 milhões de euros de dívidas das casas de saúde

que estavam desde um ano inteiro por receber, conseguimos pagar 5.3 milhões de euros de dívidas, isto é, em cinco meses conseguimos fazer muito, mas não conseguimos fazer só pandemia. Estamos a fazer tudo pela saúde dos açorianos e com o contributo de todos, com este bom exemplo que foi aqui dado pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que apreciamos e manifestamos que é este o caminho, com este bom exemplo, estou certo que seguramente vamos ultrapassar juntos este desafio que é de todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não precisa da aprovação o orçamento para fazer a contratação!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Há um artigo, uma norma!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e ...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras faça a sua intervenção. Faça favor, Sra. Deputada.

A Oradora: ... Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente dizer que passado este tempo, em que temos vivido um tempo de pandemia, é natural e acho que temos todos de reconhecer o esforço que é feito, que é transversal a todas as áreas, a todos os setores ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... e é um esforço feito por todos os açorianos, porque a verdade é que todos nós estamos a sentir o impacto, de alguma forma, que a pandemia nos tem trazido dentro das nossas famílias. Portanto, é algo que é transversal e a verdade é que tem sido feito um esforço enorme por todos para tentar mitigar esta nossa realidade e este inimigo invisível que veio sem avisar e que nos apanhou a todos de surpresa.

O Grupo Parlamentar do CDS tem tido sempre uma postura na defesa da saúde pública, tem sido sempre esse o nosso entendimento. Foi no início da pandemia e tem sido agora, sempre uma postura construtiva para que todos juntos consigamos atingir melhores resultados e proteger a nossa população ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-P) e Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... e mitigar tudo aquilo que são os impactos desta pandemia.

Foi assim quando apresentámos a iniciativa para a aquisição dos testes de antigénico para também testar massivamente a nossa população, foi assim quando apresentámos também o reforço do CIRURGE ainda recentemente neste Plano e Orçamento por forma a existir a retoma assistencial no nosso Serviço Regional de Saúde ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... e tem sido este o nosso espírito e a nossa propositura perante esta pandemia com a qual nos deparamos.

É verdade que insistimos e o Grupo Parlamentar do CDS tem defendido - e acho que também é transversal a todos - que tem de existir um esforço para o aumento da vacinação. É indispensável e crucial que isso aconteça, até porque a vacinação (e sabemos que tem existido alguma resistência de alguma população perante a vacinação) é fundamental porque na maior dos casos transmite algum sentimento também de tranquilidade - a verdade é essa - perante a nossa sociedade e tem de existir efetivamente um esforço para o aumento desta

vacinação. Processo de vacinação que, no nosso entender, o Governo Regional esteve bem na medida em que em primeira instância defendeu aqueles que são os mais vulneráveis, que são os mais frágeis, como foi o caso dos idosos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... dos dependentes e que, portanto, foi, no nosso entender, bem feito defender aqueles que eram mais vulneráveis à situação pandémica que vivíamos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que tudo aquilo que tem sido implementado sabemos que são sempre situações (e para quem está a governar, seja na anterior legislatura, seja agora), decisões difíceis, porque é claro que é sempre mais fácil depois do acontecimento dizer o que é que íamos fazer, mas tomar decisões todos os dias para que tenhamos os resultados que temos tido, a verdade é que sabemos que não é tarefa fácil.

Mas também é certo que os Açores têm se destacado pela positiva, pela situação pandémica que temos tido. Somos a Região com menos mortos, menos casos, temos várias ilhas a funcionar, várias ilhas em que já há alguns meses não temos tido casos e isto é tudo fruto do trabalho que tem sido desenvolvido e do esforço que as pessoas têm feito. Portanto, é um trabalho de equipa, é um trabalho conjunto e é assim que deve ser.

Também reconhecemos e queremos aqui dizer que a questão da sinalização através do sistema de semáforos tem sido muito útil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Acho que tem sido útil na medida das pessoas poderem estar elucidadas, poderem também perceber qual é a situação epidemiológica da sua ilha e acho que este sistema que foi implementado foi muito positivo também no âmbito do controlo da pandemia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: E para terminar, queria também abordar outra questão que acho que é fundamental, que é a questão das campanhas de sensibilização, de tentar sensibilizar o máximo de pessoas que conseguirmos e claro que devem existir estas campanhas junto da população. São campanhas importantes para continuarmos a debater e a informar sobre todos os cuidados que são necessários ter, quer no distanciamento, quer na lavagem e na desinfeção da mãos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... todos os cuidados que devemos ter perante esta nova realidade, porque esta, independentemente de estarmos vacinados todos ou não, é a realidade dos dias de hoje e isto é algo que vamos ter para já e se calhar por muito tempo nas nossas vidas, nas vidas de todos nós.

Aqui nesta campanha de sensibilização acho que há um trabalho das entidades e das instituições, como é natural, e há um trabalho também de toda a sociedade e de todos nós que devemos incentivar, que devemos informar, quer destas questões do uso da máscara, porque a verdade é que usamos já há tanto tempo, mas ainda é tão necessário fazer o reforço e sensibilizar as pessoas para o correto uso, quer também para a questão da vacinação, para que consigamos diminuir estas resistências que têm existido, que muitas vezes têm existido exatamente por uma desinformação perante a sociedade e perante as pessoas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... e é claro que perante um inimigo novo as pessoas têm receio ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já, Sr. Presidente.

... relativamente à vacinação. Portanto, todos nós temos aqui um papel fundamental para esta sensibilização que é muito importante para o bem de todos e para continuarmos com uma boa situação e melhorar a situação epidemiológica da nossa Região.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do deputado José Pacheco e Membros do Governo*)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista fez uma declaração política, onde não só apresenta um conjunto de preocupações sobre o momento atual, mas também faz um conjunto de propostas também elas sobre o momento atual no que diz respeito à gestão da pandemia, mas também olhando de certa forma para o futuro.

Também procurarei nesta intervenção, naturalmente, olhar para algumas das coisas que são ditas e propostas também apresentando aquela que é a nossa visão sobre alguns destes aspetos que nos acompanham nos dias de hoje.

De facto, o tempo atual é um tempo, apesar de ainda em pandemia, substancialmente diferente do que vivemos até aqui por via, infelizmente, do avançar da vacinação que, neste momento e felizmente já começa a atingir números que são mais positivos e que já nos dão uma outra segurança por via da vacinação que já existe, das pessoas com maior risco, dos grupos prioritários. Isso é naturalmente positivo e deve também fazer com que olhemos para o momento atual com outros olhos e que as próprias medidas e que as próprias decisões a serem tomadas neste momento tenham em conta essa proteção que já existe para, pelo menos, uma parte da população.

De facto, o grande problema no que diz respeito à vacinação neste momento (e ele parece-nos evidente!) não é já tanto a falta de vacinas, é efetivamente toda a logística e toda a necessidade de recursos humanos que existe neste momento para a vacinação.

Se é possível ou não utilizar as farmácias para aumentar essa capacidade, algo que pode eventualmente ser analisado e faz sentido se isso for tecnicamente viável e se houver profissionais, porque todos os recursos são obviamente necessários neste momento, mas a falta de recursos que existe e a falta de até eventualmente de capacidade de organização aliás é reconhecida pelo Governo ao ir buscar alguém para coordenar este processo logístico, o que pensaríamos que seria lógico que a atual Comissão de Acompanhamento pudesse fazer esse trabalho, mas pelos vistos não será suficiente.

De qualquer forma, é fundamental haver organização e haver mobilização dos recursos para avançar este processo.

Como temos dito, também este avançar da vacinação e este novo momento que nós vivemos leva a que seja fundamental que todas as crianças voltem à escola, nem que seja de forma faseada, como já dissemos anteriormente, porque já foram penalizadas talvez até demasiado e talvez até algo desnecessariamente, em certos períodos, demasiadas crianças e as famílias devido ao encerramento prolongado de escolas.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Não apoiado!

O Orador: E isso não podemos deixar de dizer, não podemos deixar de alertar para essa preocupação.

Uma palavra também sobre a situação que é mais complicada por via dos números que todos conhecemos em Rabo de Peixe. Devo dizer que não é apenas em Rabo de Peixe e é também em Rabo de Peixe que há efetivamente muitas pessoas a recusar a vacinação. Isso é problemático. É um problema que pode pôr em causa, no geral, o atingir rápido e desejável da imunidade de grupo

e tem que ser uma prioridade de todos os decisores políticos, tem de ser uma prioridade naturalmente e, em primeiro lugar, do Governo que tem essa responsabilidade de executar esse processo de vacinação, porque essa recusa pode efetivamente pôr tudo em causa e nós não podemos só aceitar essas recusas e ficar de braços cruzados. É preciso efetivamente trabalhar para que cada vez mais as pessoas efetivamente compreendam a importância da vacinação, o ato até de solidariedade que é aceitar ser vacinado neste momento, algo que pode efetivamente levar a que a Região entre numa situação de maior normalidade, descompressão, de retoma da nossa vida social, de retoma da economia.

A situação em Rabo de Peixe não é apenas uma questão de saúde, é uma questão socioeconómica, é uma questão de dificuldade na habitação, de habitações sobrelotadas muitas vezes, algo que já é conhecido há muitos anos e que esta pandemia tornou por demais evidente.

O que é facto é que se é certo que o problema não se resolve em três ou quatro meses, o que é certo é que também o trabalho que é preciso fazer, tem de ser feito, aliás, já deveria ter começado a ser feito, tem de ser feito no imediato, seja pelo Governo, seja pela autarquia, porque se ficou por demais evidente o problema que existe, temos que pôr mãos à obra e procurar garantir melhores condições de habitabilidade para aquela população, porque é isso efetivamente, em grande medida, que leva aos números que nós todos vemos.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Essas últimas semanas parece que me foi dedicado o trabalho de estragar a festa.

Não percebo o entusiasmo do Sr. Secretário Regional do Desporto e Saúde ou da Saúde e Desporto com as palavras do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Quatorze meses depois o Partido Socialista insiste em trazer para o debate político parlamentar, político partidário, estritamente partidário, as questões da pandemia.

Isto não é para o Sr. Secretário ficar satisfeito. Isto é para o Sr. Secretário ficar preocupado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Exatamente!

O Orador: Vai ser assim todos os meses! Em todas as sessões legislativas!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Todos os dias!

O Orador: Tranquelize-se, Sr. Secretário, vai continuar a ler nos jornais à segunda, à terça, à quarta, à quinta e à sexta e também ao sábado e ao domingo naqueles que são publicados os artigos do costume.

Vai vir aí o diabo! Vai vir aí o fim do mundo que nunca chega, Sr. Deputado Vasco Cordeiro! E até parece que o senhor deseja que venha o diabo e o fim do mundo.

Eu não desejo que venha nem o diabo, nem o fim do mundo e gostava também que o PS, o Partido Socialista que tanto deu à democracia portuguesa e que já deu bastante à autonomia dos Açores, conseguisse fazer aqui bem mais do que aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez naquela tribuna que foi uma tentativa de nos fazer pedagogia sobre o que devemos fazer ou não fazer no combate à pandemia. Temos pena, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Nem só de Covid vive o regime, mas parece que esse regime, e principalmente esse regime a partir de 25 de outubro passado e que começou com a própria campanha eleitoral, quer viver de Covid, de Covid e do medo sobre a Covid. Suspendeu-se a democracia! Suspendeu-se a democracia umas vezes por

necessidade, outras, se calhar, como instrumento de manipular a população e era bom que pelo medo não se suspendesse a democracia e ainda hoje aqui aprovámos por unanimidade um voto ao 25 de Abril e era bom que daqui, desta Casa, também saísse a mensagem de que a democracia não deve ser suspensa a não ser naqueles casos em que está estritamente previsto na Constituição da República Portuguesa e não é por acaso que está na Constituição da República Portuguesa a letra que está. Está porque é preciso uma conjugação de fatores fortes e uma conjugação inclusivamente de legitimidades democráticas para suspender a própria democracia.

Vou gastar os meus últimos minutos com uma palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

Mais uma vez, Sr. Secretário Regional, infelizmente, lá estão os selvagens de São Miguel. Isso custa-me a ouvir.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Eu não disse isso!

O Orador: Custa-me ouvir da sua boca principalmente. Sim senhor, Sr. Secretário, foi o que o senhor disse, por outras palavras. Não fora Rabo de Peixe, isto estava tudo resolvido; não fora São Miguel e tínhamos muitos menos casos. Sr. Secretário, custa-me muito ouvir da sua boca aquilo que ouvi, porque é preciso sempre ter bem a noção que é naquelas freguesias onde existem esses problemas, aquelas onde se é mais resiliente, aquelas onde é preciso trabalhar mais, aquelas onde as pessoas sabem que só podem contar com elas próprias, Sr. Secretário. E este é que é o problema; é olhar para essas comunidades com esta visão, a visão de que é gente que sabe que se não resolver a sua vida ninguém vai lá depois no dia a seguir resolver. O que estão à espera é que aquela gente resolva o vosso problema e eles já sabem que no dia a seguir não vão ter Governo para resolver o problema deles.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Protesto!

Puseram na minha boca a palavra selvagem e eu não disse nada disso!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário Regional. Três minutos.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que este é um assunto demasiado sério e demasiado importante para pormos na boca dos outros coisas que os outros não disseram. Isto é de uma enorme gravidade ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... e com todo o respeito, Sr. Deputado, repudio liminarmente a sua declaração.

Eu em nenhuma intervenção minha... Já por muitas vezes fui suscitado a fazer avaliações sociológicas ou do que quer que seja sobre esta ou aquela localidade. Nunca o fiz e nunca o vou fazer. A minha única preocupação é a saúde pública, salvaguardar a saúde e a vida dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se é um facto que há uma localidade que tem em termos de números um problema, tem. Foi isso que eu disse. Em nenhum momento, antes pelo contrário, o que eu mais quero é que a situação se resolva nos Açores todos, incluindo todas as suas parcelas. O que estamos a fazer diariamente é para combater este problema, com as equipas multidisciplinares, que é uma solução positiva, construtiva, promotora das pessoas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que até agora já realizaram cerca de 200 visitas domiciliárias para acompanhar as pessoas, para estar ao lado delas e para construir um novo futuro e uma nova saúde das pessoas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

É isso que estamos a fazer!

E repudio, Sr. Deputado! Se alguém quer fazer disto uma luta partidária eu já disse que isto é uma luta dos açorianos contra a doença, mas mais lamento, isto não é uma luta de ilhas. Isto não é uma luta de ilhas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Quem está a fazer disto uma luta de ilhas ou de localidades está a prestar um péssimo serviço à democracia ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... e um péssimo serviço à saúde dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Nuno Barata, querendo, para um contraprotesto ...

Deputado Nuno Barata (IL): Não é preciso! Está tudo esclarecido!

Presidente: Muito bem.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, fazer uma referência pessoal ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro. É evidente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que valorizamos a sua experiência. Teve responsabilidade de dirigir o Governo dos Açores durante oito anos e teve também ao longo de muitos anos responsabilidades em várias secretarias regionais, por isso, a sua experiência é bem-vinda, serve a autonomia dos Açores e da parte do PPM é muito valorizada.

É evidente que a experiência que acumulou ao longo de todos estes anos, nas diversas matérias, significa uma mais-valia para o Governo dos Açores e significa uma mais-valia para a autonomia dos Açores. Por isso, da parte do PPM pode V. Exa. esperar a valorização da sua experiência, a valorização daquele que foi o seu percurso político e cívico. E, sim, V. Exa. faz falta à autonomia dos Açores e, sim, as suas intervenções são ouvidas, são consideradas e são devidamente valorizadas no âmbito do Governo Regional. Tenho a certeza. Especificamente no Grupo Parlamentar do PPM.

Dito isto, quero dizer também que concordo com aquelas que foram as suas preocupações. Eu quero centrar duas.

Em relação à questão sanitária. É evidente que estamos numa fase crucial, estamos numa fase em que já começamos a ver que temos uma boa perspetiva de finalmente termos, se formos eficazes, se formos nesta fase decisiva muito eficazes, tenho a certeza que em julho, em agosto temos a questão resolvida e o essencial da questão resolvida também já no final do mês de junho e esta questão é muito, muito importante. É muito importante do ponto de vista da

saúde pública, é muito importante também para a retoma económica. A retoma económica é fundamental.

V. Exa. fez referência a um conjunto de iniciativas, de cuidados que é preciso ter e de estratégia que é preciso desenvolver para promover a recuperação económica. Essa recuperação económica é fundamental. É fundamental para que a Região volte a crescer do ponto de vista económico, para que possa gerar emprego, para que possa combater os problemas sociais gravíssimos que a Região enfrenta.

A melhor forma de resolver os problemas sociais é gerando emprego, criando atividade económica, gerando emprego. É, por isso, muito importante que exista uma estratégia bem definida.

V. Exa. está disponível para colaborar naquela que é a definição de uma estratégia económica para a Região no futuro?

Pois eu estou em absoluto acordo com V. Exa.. O seu contributo, a sua experiência é muito bem-vinda nesta questão tão importante, porque é importante referir também o seguinte: na história dos Açores muito poucas vezes enfrentámos circunstâncias tão difíceis. É preciso que as pessoas tenham memória. Em muitas situações já tivemos que enfrentar situações provocadas por sismos, por outro tipo de catástrofes. Foram situações muito difíceis em que a autonomia soube responder de uma forma muito positiva.

Nesta questão é talvez a questão que do ponto de vista económico e do ponto de vista social a mais difícil de todas que a Região Autónoma dos Açores já enfrentou no âmbito da sua autonomia. Por isso, é muito importante que se possa fazer um esforço de convergência nestas matérias. Eu valorizo muito o esforço e a disponibilidade do Sr. Deputado Vasco Cordeiro para nesta hora tão decisiva estar ao lado da autonomia dos Açores. Não é ao lado do Governo, porque aqui os Governos mudam e os partidos que têm essas responsabilidades também mudam, mas aquilo que permanece é o povo dos Açores, é a autonomia

dos Açores. Temos uma grande responsabilidade e eu valorizo evidentemente a sua experiência e também o conjunto de preocupações que apresentou.

Depois, fundamentalmente também quero dizer o seguinte. No âmbito deste esforço existem diferenças. Digo-lhe já uma, por exemplo, nós temos a perceção que é possível fazer a recuperação económica e é desejável diminuindo, por exemplo, os impostos.

Nessa matéria o Partido Socialista tem uma ideia diferente, tem uma perspetiva diferente, mas isso não significa que não seja possível convergir em muitas outras áreas. Há diferenças, mas é muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa e o que nos une aqui é o serviço aos Açores, o serviço à nossa Região, o serviço ao povo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo PSD tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** (*PSD*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o PSD regista e congratula-se com a solidariedade manifestada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro no que diz respeito às propostas apresentadas para o combate à pandemia de Covid-19 que enfrentamos atualmente.

Isto, de facto, contrasta com o que tem sido a postura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista espelhada em diversos artigos de opinião pelo Sr. Deputado Berto Messias, pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, pela Sra. Deputada Andreia Cardoso, marcando assim uma diferença, marcando assim um estilo que tem de ser considerado e que tem de ser devidamente apreciado nesta Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: É esta a postura que todos nós queremos efetivamente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sequência daquilo que é dito pelo seu presidente do grupo parlamentar, assuma, uma posição responsável, uma posição a bem dos Açores e dos açorianos, porque (é preciso lembrar) que este combate à pandemia do Covid-19 não é exclusivo e não foi exclusivo deste Governo. Ele vem do Governo anterior e, é importante lembrar, não obstante as circunstâncias em que na altura se viviam, não foi este o Governo que fez escoltas policiais aos passageiros que vieram de Ponta Delgada encaminhados para um hotel; ...

Deputado Berto Messias (*PS*): E ainda bem que assim foi!

O Orador: ... não foi este o Governo que sequestrou durante 14 dias pessoas nos hotéis; não foi este o Governo que encerrou durante vários dias, inclusivamente pôs a Sata no chão sem voar ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): E as cercas em Rabo de Peixe!

O Orador: Foram circunstâncias que mereceram naturalmente a solidariedade, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, dos partidos que então estavam na oposição, foi uma posição que os partidos que estavam na oposição responsabilmente, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): E as cercas?

O Orador: ... através dos canais próprios, manifestaram esta solidariedade, numa posição responsável e de defesa acima de quaisquer interesses partidários, os interesses dos Açores e dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E nesta medida, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, esta solidariedade que os partidos que agora estão no Governo na altura estavam na oposição é uma solidariedade que deve ser recíproca, ou seja, nós queremos efetivamente, desejamos efetivamente que esta solidariedade seja agora manifestada pelo Partido Socialista, através do seu presidente e do seu grupo parlamentar, como acabou de fazer. No que diz respeito às propostas apresentadas naturalmente que elas irão ser tidas em linha de conta, embora algumas já estejam efetivamente em execução.

É importante referir que ao contrário do espetáculo que se assiste atualmente nas televisões nacionais sobre a vinda de turistas para o país, para Portugal continental, como disse e muito bem o Sr. Secretário, nós nas nove ilhas dos Açores temos oito ilhas que estão afastadas deste problema atualmente. O único problema, o único foco que está centrado em São Miguel, está centrado apenas em uma localidade de São Miguel, que tem de ser naturalmente resolvido e atacado.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é? Qual é?

O Orador: Não está aqui em causa naturalmente o bom nome, nem está aqui em causa naturalmente a adjetivação do que quer que seja. A população de Rabo de Peixe merece o nosso maior respeito e é preciso lembrar que é uma boa parte da população de Rabo de Peixe que cumpre com as regras de combate à pandemia ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e estas pessoas também têm que ser aqui enaltecidas e têm que ser aqui também lembradas.

Por isso, na sequência desta posição que é manifestada por grande parte da população de Rabo de Peixe, que merece o nosso respeito e o nosso enaltecimento, é importante fazer e continuar a insistir nas campanhas de sensibilização no que diz respeito ao processo de vacinação contra a Covid-19.

Deputado Berto Messias (PS): Gostava era de ouvir o Sr. Deputado Jaime Vieira!

O Orador: Este é um processo que está permanentemente em curso. Ainda recentemente esta campanha de sensibilização foi feita, continua de uma forma permanente junto da população de Rabo de Peixe e estamos convictos que a população de Rabo de Peixe vai ultrapassar esta questão, como já ultrapassou em tempos recentes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Temos que partir de um princípio que é este: o Governo dos Açores está ao lado de todos os açorianos, está ao lado da população de Rabo de Peixe, como está ao lado da população de Vila Nova do Corvo, sem bairrismos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sem bairrismo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... sem bairrismos, de uma forma uniforme e de uma forma permanentemente de interajuda.

Os Açores não são o Corvo, não são São Miguel, nem só a Terceira, nem só o Faial, nem só o Pico. São todas as nove ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando existe um problema numa localidade que está afetada por Covid-19, não sofrem só os habitantes daquela população, sofremos todos, porque o que nós queremos efetivamente é o bem-estar dos Açores e dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No que diz respeito às medidas importantes, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... relembrando aqui um ponto e uma preocupação manifestada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro no que diz respeito ao emprego, pois a informação oficial que nós temos ainda publicada no dia 12 de maio de 2021 é que efetivamente no primeiro trimestre de 2021 a população ativa estimada no âmbito do inquérito ao emprego da Região Autónoma dos Açores foi de 117.4 mil indivíduos, representando uma diminuição de 1.7 % face ao trimestre homólogo ...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E a empregada?

O Orador: ... e de 2.6% face ao quarto trimestre de 2020.

Portanto, estes são efetivamente números sérios, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E a população ativa?

O Orador: ... que naturalmente não são aqueles que nós mais desejamos, mas que estão a ser efetivamente acompanhados, com as medidas que estão previstas no Plano e Orçamento que foi aprovado nesta câmara para diminuir e mitigar a questão do emprego e também apoiar as empresas e as famílias de forma a que todos nós consigamos ultrapassar esta pandemia de Covid-19.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Chega tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Há uma palavra que não poucas é utilizada na nossa Região: especificidades.

Especificidades serve para argumentar produções em determinadas ilhas, especificidades serve para argumentar outras situações de âmbito cultural e não só, determinados passos. Especificidades também no meu entender, deveria ser utilizado para resolver o problema de São Miguel e de Rabo de Peixe.

Devo dizer que para mim foi um bocado desconfortável, perdoe-me, Sr. Secretário, dizer que não fosse São Miguel, e especificamente Rabo de Peixe, vivíamos aqui em nove ilhas plenas de satisfação ao nível do combate ao vírus Sars-Cov-2.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É a verdade! São factos!

O Orador: O que é certo é que possivelmente temos de arranjar soluções específicas para Rabo de Peixe, embora percebendo que os senhores estão no terreno e que estão fazendo o que podem, mas o que é certo é que ao que parece elas não têm sido suficientes, porque a dita especificidade, ou o controle, ou o combate a essa dita especificidade não tem sido eficaz, porque a verdade é que os números falam por si. Temos que atender que essa falta de rigor no combate a essa dita especificidade, no fundo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Se não houvesse controle isto já estava ...!

O Orador: ...vai custar a vida a todos os micalenses, mas também a todos os açorianos, porque certo é que a principal porta de entrada e de saída nos Açores ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É o desenvolvimento harmónico!

O Orador: ... obviamente é por São Miguel e sendo por São Miguel obviamente que estará condicionado o turismo nos Açores se a notícia que passar para além da nossa fronteira geográfica é que “os Açores até estão mais ou menos, o pior, pior é a ilha de entrada e de saída, é que lá não foi tratada como deve ser a devida especificidade de uma ilha ou de parte de uma ilha.”

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não foi tratada?!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é verdade!

O Orador: Eu acredito que tenha sido tratada, agora o sucesso desse tratamento é que efetivamente não tem sido eficaz e eu como açoriano, mas também como micalense (devo dizer que de bairrista não tenho nada, até nem gosto dos bairrismos), sinceramente desagrada-me um bocado perceber que as especificidades de São Miguel levam a que o nome dos Açores efetivamente para lá da nossa dimensão geográfica não seja o melhor com base precisamente na especificidade de uma determinada zona da nossa ilha. Portanto, digo isso com algum desagrado e espero que no futuro as coisas funcionem melhor, porque o que é certo é que entra semana, sai semana e o problema tem-se mantido, tem-se arrastado e isso pode-nos custar caro, porque se não tivermos uma boa imagem do turismo dos Açores para os próximos meses podemos ter aqui um elemento que vai dissuadir as pessoas de visitar a nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, para encerrar esta declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, em primeiro lugar, de abordar aqui um tema que todas as declarações que me antecederam na sequência da declaração política que tive oportunidade de proferir acabaram por, no fundo, ser claros em relação a esta matéria, pelo menos julgo que é necessário clarificar alguns aspetos.

O primeiro deles tem a ver com a questão que o Sr. Secretário Regional referiu que o PS reuniu com os deputados do PS, o PS não deu contributos e deu contributos agora, aqui.

Bom, Sr. Secretário Regional, eu julgo que a bem da clareza é importante que eu também lhe diga o seguinte. Em todas as situações em que depois de anunciar as medidas o Sr. Secretário entenda reunir com o Grupo Parlamentar do PS, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Foi antes!

Deputado Carlos Silva (PS): Não se exalte!

O Orador: ... o PS não avançará com medidas.

Nós agradecemos sinceramente o facto de ter reunido connosco, o facto de nos ter transmitido em maior detalhe qual era o entendimento relativamente a medidas, mas isso não é diálogo. Isso é informação, o que também é importante neste contexto em que vivemos.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Foi às 10 da manhã e foi anunciado às três da tarde!

O Orador: Em segundo lugar, gostava de dizer o seguinte, acho que é fundamental se a avaliação epidemiológica está a ser feita, que ela seja pública, mas ainda no boletim epidemiológico de hoje o que se refere é que há duas

cadeias de transmissão e não se fala em São Miguel. Portanto, se há um inquérito epidemiológico em relação a São Miguel de cadeias que se diga, porque se é possível dizer que São Miguel não tem transmissão comunitária eu acho que isso é essencial. É essencial!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Isso foi explicado!

O Orador: Não é a questão só da transparência, é a questão de se perceber que a situação está a ser controlada, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Se tivesse tempo explicava!

O Orador: ... evidenciar que de uma situação de transmissão comunitária, passamos para uma situação em que já sabemos de onde é que aparece, quem é que infeta, portanto, eu não ponho em causa que esteja a ser feito. Não tenho evidência nenhuma disso, mas se está a ser feito deve ser tornado público para bem da imagem ao combate à pandemia e para bem, sobretudo, das consequências económicas e sociais deste processo.

Em segundo lugar, o seguinte, Sr. Secretário, o senhor não precisa da entrada em vigor do orçamento para contratar mais enfermeiros,...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Há um artigo para isso! Há uma norma!

O Orador: ... porque como o senhor teve a oportunidade de referir mais adiante na sua intervenção também já contratou mais 100, portanto, não percebo por que razão é que para a contratação desses 100 isso não vale e vale exatamente para este outro processo.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, eu não manifestei solidariedade com propostas, eu apresentei propostas que espero, sinceramente, que possam merecer uma análise e uma avaliação, se assim entender, pelo menos este seria

o caminho que o Partido Socialista seguiria e isso também serviu para tornar claro isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a primeira vez que o fazem!

O Orador: O nosso entendimento é este. Sr. Deputado Pedro do Nascimento, aí também em relação àquela afirmação do Sr. Secretário que quando tomou posse havia ...

Eu não quero entrar nessa contabilidade, eu não quero contar quantos casos positivos é que havia quando o PS deixou de ser Governo e quantos casos positivos é que há hoje e não quero entrar na contabilidade de quantos mortos é que houve na altura em que o PS deixou de ser Governo e quantos mortos há hoje.

Sinceramente esse é um caminho que eu não entro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a primeira vez que o fazem!

O Orador: O senhor pode dizer isso as vezes que quiser, Sr. Secretário, eu acho que não é por aí e sinceramente acho que o senhor não precisa desse argumento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, depois das guerras não faltam generais. Depois das guerras não faltam generais!

O PS e eu próprio como presidente do Governo, certamente terei cometido muitos erros. Muitos erros!

Mas não houve uma única decisão que eu tomasse que na altura em que eu a tomei não estivesse convencido da sua importância, do seu mérito e da sua necessidade.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Nuno Barata.

O Sr. Deputado Nuno Barata efetivamente move-se dentro de uma contradição permanente. A contradição do Sr. Deputado Nuno Barata é dizer: “A

democracia não pode ser suspensa, mas o PS tem que estar calado na avaliação que faz da atuação do Governo.”

Sr. Deputado Nuno Barata, quem é que dirigiu o ataque mais feroz e mais incisivo ao Governo Regional neste debate?

Não fui eu. Foi o senhor!

Então em é que ficamos.

Pior do que toda esta contradição é o senhor querer arrogar-se ao direito de dizer qual é a democracia que fica suspensa e qual é a democracia que não fica suspensa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Isso não é, Sr. Deputado, ... Gostava de concluir?

Presidente: Tem mesmo de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: Isso não é sequer um papel de tirano, isso é um papel de tiranete.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para concluir gostava apenas de dizer o seguinte. Nesta matéria o que move o Partido Socialista é aquilo que a 14 de abril do ano passado os partidos da oposição, da então oposição, foram unânimes em afirmar. E em que é que eles foram unânimes em afirmar: colaboração institucional com o Governo sem abdicar do papel de escrutinadores do executivo socialista. É isso que nós fazemos. É por isso que os senhores continuarão – já termino, Sr. Presidente, - a ter intervenções do Partido Socialista como aquela que foi feita da tribuna, mas como aquela que deputados deste grupo parlamentar, usando da liberdade que lhes é reconhecida, criticam o Governo naquilo que são matérias.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Nos jornais!?

O Orador: Os senhores não me ouviram nesta declaração política levantar questões, por exemplo, relativamente àquilo que hoje é a capa de um jornal, que diz que as declarações da suposta comissão técnica que é que devia mandar, não são seguidas em São Miguel, mas essas questões devem ser esclarecidas, mas não é neste formato, porque o Governo não tem a possibilidade regimental de as esclarecer e deve ter.

Agora, não esperem é que o Partido Socialista fique mudo e quedo em relação àqueles aspetos que devem ser esclarecidos.

Da nossa parte, os senhores podem contar com isto. Nós teremos intervenções dessas e teremos intervenções críticas no cumprimento daquilo que nós ajuizamos ser um mandato que os açorianos nos concederam.

E sabem qual é a diferença entre a situação que nós vivemos hoje nesta dicotomia de não são solidários, criticam partidariamente ou não criticam, a única diferença não está nos partidos da oposição. A diferença não está nos partidos da oposição, porque os senhores também fizeram isso, também criticaram.

Deputada Ana Luís (PS): Tanta vez!

O Orador: A diferença está no Governo.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Nunca o Governo Regional do Partido Socialista disse que essas críticas eram falta de solidariedade ou ataques àquilo que deveria ser o trabalho comum.

Não! A democracia também passa por aí e é importante, na nossa perspetiva, que todos tenhamos consciência dela.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

O Sr. Vice-Presidente do Governo pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, para esclarecimento dos açorianos e na sequência da declaração política que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro aqui fez, e aliás, que saúdo e trouxe o tema a esta Casa, mas eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se não existem outras figuras que os grupos parlamentares se possam socorrer, nomeadamente o debate de urgência e a interpelação, para que este debate pudesse ter sido mais esclarecedor para os açorianos, porque no Governo não haveria nenhum problema em esclarecer na totalidade todo esse problema. Portanto, eu gostaria que o Sr. Presidente me confirmasse que essas figuras existem.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Por isso não levantei os problemas que disse!

Presidente: Obrigado, Sr. Vice- Presidente. Efetivamente existem essas figuras e cada grupo parlamentar e representação parlamentar é livre de as solicitar e de as utilizar quando bem atender.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Srs. Membros do Governo, vamos então retomar os nossos trabalhos com o primeiro ponto da nossa Agenda que é o seguinte: **Reapreciação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/2021 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que “Altera os períodos transitórios previstos na Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, e determina a aprovação de medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”.**

Eram 15 horas e 09 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Marco Costa substituiu o Deputado Bruno Belo na Mesa e o Deputado Tiago Branco foi substituído pelo Deputado José Eduardo)

Esta matéria é regida pelos artigos 142.º e 143.º do nosso Regimento. Em sede de Conferência de Líderes os trabalhos foram organizados da seguinte forma: no debate na generalidade apenas intervêm por uma só vez o autor do projeto e um deputado por cada grupo e representação parlamentar, sendo o tempo atribuído de cinco para os grupos parlamentares e três minutos para as representações parlamentares.

Também foi definida uma ordem para as intervenções, iniciando o autor do diploma, o Partido Socialista, e para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores surpreendida com um veto político, e digo surpreendida uma vez que o diploma alvo de objeção política por parte do Sr. Representante da República, naquele que

pareceu ser um exercício de sinalética da sua presença no panorama político regional, foi aprovado por maioria dos votos das Sras. e Srs. Deputados desta Casa. 54 dos 57 deputados votaram favoravelmente, sendo que as duas abstenções e um voto contra nada tiveram a ver com as objeções agora levantadas, ou seja, nenhum deputado desta Casa levantou qualquer questão relativamente à norma invocada pelo Representante da República.

A centralidade do Parlamento não resulta de uma simples retórica. Resulta da lei e este é também o momento de a defendermos. Resulta do sistema parlamentar puro, em que só a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem o poder de aprovar, pelo que não pode também deixar de ter o poder de emitir comandos programáticos ao Governo, seja através de resoluções ou através de decretos legislativos regionais.

Assim, sendo o sistema de governo, das Regiões Autónomas, de natureza parlamentar (aliás, como reconhece o Representante da República na sua comunicação), há uma questão, desde logo, que se levanta: a possibilidade de um órgão unipessoal não eleito (logo sem legitimação popular e política) vetar por objeções de natureza política diplomas emanados da Assembleia Legislativa.

Mas como se isto não bastasse por si só, importa referir que o argumentário invocado pelo Representante da República acaba por chocar entre si, porque efetivamente não tem natureza política, uma vez que qualquer conflito de competências é uma matéria jurídica, sendo que é entendimento generalizado dos constitucionalistas que não se pode invocar argumentos de natureza jurídica/constitucional para fundamentar um veto político, como aconteceu neste caso.

Mais absurdo poderá ficar, por quanto a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores poderá confirmar, neste momento, o diploma por maioria absoluta, como aconteceu da primeira vez, obrigando o Representante da

República a assinar e mandar publicar o diploma pretensamente ilegal, o que já não poderia acontecer se se tratasse de um veto jurídico.

Finalmente, a forma do ato não altera a natureza da norma, nem faz de um comando programático uma norma rígida e vinculativa, mesmo num sistema parlamentar puro, como o nosso.

Nestes termos, admitir o veto do Representante da República, significa que mesmo estando num sistema parlamentar puro, haverá áreas interditas à Assembleia Legislativa, o que nos parece completamente e claramente incompatível.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: Pior, admiti-lo será dar corpo a esta visão redutora dos poderes da Assembleia, plasmada na comunicação do Representante da República e que penso que nesta Casa ninguém concordará.

Deputado João Vasco Costa (PS): Nem mais!

O Orador: Perante isto, só nos resta, em plena consciência e convicção, confirmar o diploma em causa, quer por razões políticas quer por razões da matéria em causa, por ser esse o caminho que deve ser seguido por esta Assembleia, devolvendo-o ao Representante da República para assinatura e publicação.

Quem defende a importância do sistema parlamentar, como o nosso, e quem defende a centralidade do Parlamento, jamais poderá concordar com este veto do Representante da República.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo PSD o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores reconfirma, como tem de ser, o diploma em apreço e esta situação apenas vem dar razão àquilo que o PSD defende desde há muitos anos: a extinção do cargo do Representante da República.

Esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores foi eleita diretamente pelo povo dos Açores. Nós somos aqui nesta Assembleia os legítimos representantes do povo dos Açores de Santa Maria ao Corvo e por esta medida, por esta forma, este veto que é apresentado neste diploma não pode de forma alguma merecer a mínima concordância deste plenário. Não pode merecer, em primeiro lugar, não só pela substância do que está aqui verdadeiramente em causa, que é um órgão ou um titular de um órgão não eleito democraticamente, mas sim nomeado, por contraposição àqueles que são os legítimos representantes do povo dos Açores. Em segundo lugar, não menos importante, do ponto de vista jurídico/constitucional, o Sr. Representante da República utiliza argumentos jurídicos para vetar politicamente, por manifestar a sua discordância, à substância do diploma que está aqui em causa.

Nesta medida, Sras. e Srs. Deputados, nunca poderíamos aceitar de forma alguma que um argumento jurídico se sobrepusesse, ou se pusesse em causa, a mera discordância do Sr. Representante da República quanto à substância deste diploma. É por isso que na circunstância do Sr. Representante da República que o PSD defende a extinção, mas que não inibe de manter o respeito devido pela função que exerce neste momento o atual titular deste cargo, não poderemos de

forma alguma permitir que um argumento jurídico/constitucional seja submetido a uma apreciação política e o Sr. Representante da República ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... caso manifestasse na sua ideia, na sua metodologia que poderia haver aqui um conflito de competências entre a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e o Governo Regional Açores, tinha à sua disponibilidade outros instrumentos para poder acentuar essa sua discordância no que diz respeito a uma matéria exclusivamente jurídico/constitucional.

Nesta medida, Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD, com toda a sua veemência, manifesta a sua total concordância à confirmação do diploma em análise.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo CDS-PP o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governos:

O CDS não se pronunciará em relação à natureza do veto do Sr. Representante da República nem dos argumentos invocados, apenas reconfirmaremos o diploma pela natureza e pela importância de que se reveste na nossa economia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Chega, o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao assunto em apreço o Chega lamenta que aquela que foi uma iniciativa aprovada nesta Casa por tão ampla maioria volte a esta Casa novamente por razões que ferem aquela que é a centralidade deste Parlamento. Por isso, apenas por isso, mantemos aquela que foi a nossa votação da primeira vez que este diploma veio a esta Casa, lamentando as razões que este assunto voltou a esta Casa e esperamos que outras situações idênticas não venham a acontecer para bem daquilo que é o respeito pelo nosso povo e por esta Assembleia.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Representante da República decidiu vetar o Decreto Legislativo Regional 16/2021, que altera os períodos transitórios previstos na Lei 76/2019, de 2 de setembro.

Começo por dizer que o Bloco de Esquerda absteve-se na votação do Projeto de Decreto Legislativo Regional, da iniciativa do Partido socialista.

Os motivos da abstenção não se prenderam com o artigo que originou o veto do Representante da República, o art.º 2.ª, mas com o disposto no art.º 1.º, que consideramos de introduzir um período de transição demasiado longo para a aplicação da Lei n.º 76/2019.

Iremos, por isso, manter o nosso sentido de voto nesta reapreciação, uma vez que consideramos que o veto do Representante da República não é suportado em argumentos que o justifiquem.

Aliás, os argumentos utilizados para justificar o veto só fariam sentido se quisesse o Representante da República suscitar a fiscalização preventiva da constitucionalidade da norma.

É o próprio Representante da República que invoca argumentos estatutários e constitucionais para fundamentar o veto, nomeadamente a denominada reserva de estatuto e o respeito pela fixação constitucional e estatutária da competência legislativa.

Não rejeitando liminarmente possíveis inconstitucionalidades, a verdade é que apenas o Tribunal Constitucional poderia decidir, não podemos concordar que a forma de aferir possíveis inconstitucionalidades seja o veto político, quando nos termos constitucionais o Representante da República tem outros poderes, nomeadamente o de requerer a fiscalização preventiva da constitucionalidade.

Ainda assim, mesmo que se aceitasse o recurso neste caso ao veto político por motivos jurídicos é muitíssimo duvidoso que o decreto legislativo regional sofra de qualquer inconstitucionalidade.

É fácil verificar em várias leis da Assembleia da República normas programáticas que emitem recomendações ao Governo para que este apresente propostas de lei à própria Assembleia da República. O mesmo se sucede com os orçamentos da Região.

Concluiu-se assim, que o tipo de norma que foi colocada em causa pelo Representante da República é comum na legislação nacional o que reforça a ideia da sua conformidade com a Constituição.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não se irá opor à confirmação do presente decreto legislativo regional, mantendo a sua abstenção pelos motivos, pelos quais se absteve inicialmente.

O Bloco de Esquerda discorda dos argumentos do veto do Sr. Representante da República e das consequências castradoras do poderes da Assembleia Legislativa que ele poderia significar se fosse aceite.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Partido Popular Monárquico tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Nesta questão ressuscitada pelo Representante da República o Grupo Parlamentar do PPM mantém aquela que é a posição que vem assumindo deste que tem assento nesta câmara, desde 2008, ou seja, nós somos desfavoráveis à manutenção do veto político como uma das competências do Representante da República.

Consideramos que fere a legitimidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e consideramos também que a norma, este veto político, tem vindo a ser esquecido e não tem sido utilizado pelo Representante da República, tendo em conta também algumas análises que os sucessivos Representantes da República fazem daquelas que são as competências da Assembleia Legislativa

da Região Autónoma dos Açores e daquele que é o sentir do povo açoriano em relação em relação às competências da Assembleia Legislativa.

Nesse sentido, nós não podemos acompanhar, validar, este veto político, não só em relação à substância que discordamos, que são argumentos essencialmente jurídicos, mas também em relação ao significado político que seria a Assembleia ter em conta e não confirmar o diploma em causa.

Abriria um precedente nesta Assembleia e voltaria a validar esta competência que caiu em desuso, porque o Representante da República, os sucessivos Representantes da República, têm vindo a reconhecer que a sociedade açoriana não aceita a utilização desta prerrogativa e que o Parlamento dos Açores também não o aceita.

Portanto, nesse sentido dar razão e aceitar este veto político seria criar um precedente muito grave para o funcionamento do sistema autonómico açoriano. Nesse sentido, nós o que anunciamos é que na votação que se vai realizar vamos confirmar o diploma em causa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um veto político, absolutamente inusitado. O Sr. Representante da República sentiu a necessidade de dizer aos açorianos eu estou aqui, eu sirvo para alguma coisa. Pena é que tenha utilizado um diploma desta natureza e os argumentos que utilizou.

Deputado João Vasco Costa (PS): Concordo!

O Orador: Na verdade (como aqui já foi dito por alguns dos oradores que me antecederam) não vem mal ao mundo que demos desta Casa orientações ao Governo para legislar seja em que sentido for. Aliás, (penso que foi o Sr. Deputado António Lima que disse) o orçamento da Região Autónoma dos Açores está pejado de situações dessa natureza. O que é que o Sr. Representante da República vai fazer daqui a dias em presença desse orçamento regional?

Podia ter escolhido outra hora, outro diploma para dizer estou aqui. Podia, por exemplo, ter escolhido quando, como eu já aqui de manhã disse, normas constitucionais foram violadas sem estado de emergência declarado. Não fez nada. Demonstrou à sociedade a desnecessidade do seu cargo como já aqui temos defendido várias vezes, não deixando, porém, de nos deixar a preocupação de que temos de substituir as funções por outro alguém, nomeadamente pelo Sr. Presidente da República ou por outra figura que inventamos, porque se por um lado a falta de intervenção demonstrou a

desnecessidade do cargo, por outro também demonstrou a necessidade de haver alguém que fiscalize as ações do Parlamento dos Açores e do Governo dos Açores em matérias de Constituição da República Portuguesa.

De modo que a Iniciativa Liberal vai obviamente confirmar este diploma, não só pela forma como nos foi apresentado que me parece... Se o Sr. Representante da República tinha de facto dúvidas sobre a constitucionalidade da norma que pôs em causa devia ter pedido a fiscalização preventiva da mesma e não um veto político. É, por isso, um veto político desnecessário, inusitado, e que revela a desnecessidade do cargo de Representante da República.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PAN, o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficava muito bem se eu dissesse que o PAN como único partido a votar contra o diploma em si, que nós já estávamos à espera que isto acontecesse, mas não foi o caso.

Nós obviamente votámos contra o objeto do diploma,...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas também sabemos que o senhor não queria votar contra!

O Orador: ... continuaremos contra o objeto do diploma, mas também somos contra o veto do Representante da República obviamente.

Exatamente como o Sr. Deputado Nuno Barata disse foi uma chamada de atenção, “eu estou aqui”.

O mais engraçado é que não gosto de coincidências nem gosto de casualidades e foi logo na semana que o Sr. Presidente da República veio cá a dizer: “Sr. Presidente, eu sou o Representante da República e eu estou aqui e acabei de fazer um veto”, que foi completamente desnecessário relativamente ao diploma, podia-se arranjar outro diploma. Aliás, esperar, até olhar para o futuro, ver

futurologia e agarrar, se calhar, naquele diploma que vai sair esta semana sobre o provedor regional do animal, que toda a gente já está a fazer uma política nos bastidores para que isto seja inconstitucional. Era fácil. Assim, a legislatura já estava arrumada com um veto do Representante da República. Daí obviamente que nós não podemos vincular-nos a esse veto, não verificamos também a legitimidade do veto relativamente a uma submissão desta Assembleia e se houvesse um veto político, esse que fosse extremamente gritante e de uma forma que fosse uma rutura dentro desta Assembleia para todos os açorianos que não foi o caso, acho que foi mesmo uma chamada de atenção e daí obviamente que nós somos totalmente contra o veto em si, totalmente contra o objeto do diploma, mas somos totalmente a favor da democracia e da legitimidade desta Assembleia Regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Terminámos assim as intervenções.

Vamos proceder à votação que no fundo corresponde à confirmação ou não do Decreto Legislativo n.º 16/XII, de acordo com o n.º 3 do art.º 143 do nosso Regimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que vota contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A reapreciação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/2021 colocado à votação levou à aprovação do diploma com 55 votos a favor – 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Não deram entrada propostas de alteração. Portanto, não haverá debate, nem votação na especialidade, portanto, consideramos reconfirmado este diploma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS, PPM, CH, IL)

Avançamos para o ponto n.º 2 da nossa Agenda: **Anteproposta de Lei n.º 1/XII - “Inclusão das novas substâncias psicoativas no regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas”**.

Esta iniciativa foi apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM. Os tempos para o debate foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o nosso artigo 132.º: o PS e o Governo dispõem de 22 minutos; o PSD de 20 minutos; o CDS de 14 minutos; o Chega, o Bloco e o PPM de 12 minutos; o IL e o PAN dispõem cada de 10 minutos.

Esta iniciativa é subscrita por três partidos, o que quer dizer, como também é prática nestes casos, que esses três partidos, os subscritores da iniciativa, têm, neste caso, mais cinco minutos cada para este debate.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O flagelo da toxicodependência é uma das grandes preocupações das famílias portuguesas, em geral, e também das famílias açorianas.

Nas últimas décadas, a monitorização do fenómeno a nível nacional e europeu foi aperfeiçoada, destacando-se neste âmbito o trabalho realizado pelo Observatório Europeu da Droga e das Toxicodependências e pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD).

Os relatórios do SICAD sobre a toxicod dependência em Portugal, para além de revelarem naturalmente a gravidade do fenómeno a nível nacional, à semelhança do que acontece em todo o mundo, têm demonstrado também a gravidade do fenómeno neste arquipélago.

Em paralelo, o Estudo de Caracterização dos Comportamentos Aditivos na Região Autónoma dos Açores, apresentado em 2019, salientou no âmbito da análise qualitativa:

- “Que o aumento do consumo de substâncias psicoativas é referido como uma realidade em todas as ilhas”; e
- Que o início dos consumos se verifica numa idade muito precoce, o que é extremamente preocupante.

Entre as substâncias que têm merecido maior destaque nos relatórios oficiais, pontificam as Novas Substâncias Psicoativas, que apresentam nos Açores índices de consumo recente muito superiores ao resto do país.

As denominadas «drogas legais» estão a assumir-se, *por si só*, como um verdadeiro problema de saúde pública, pois são mais acessíveis aos jovens em termos de preço e beneficiam da perceção social de “legalidade”, decorrente do atual enquadramento como ilícito de mera ordenação social.

A perceção dos diversos intervenientes e os dados constantes dos relatórios oficiais permitem verificar que a legislação produzida para controlar este tipo de drogas não é suficiente para alcançar os efeitos pretendidos.

Continuam a aparecer de forma regular, novas substâncias com efeitos nocivos para a saúde e para toda a sociedade.

No final de 2019, o Observatório Europeu da Droga e das Toxicod dependências havia já monitorizado 790 novas substâncias, entre as quais 53 detetadas pela primeira vez na Europa nesse mesmo ano.

Em relação aos Açores, no decurso das audições em comissão foi ainda frisado o seguinte:

- Tem-se verificado um aumento da criminalidade violenta em que os agentes destes crimes estão sob o efeito de Novas Substâncias Psicoativas;

Em concreto, foram mencionados 1 crime de incêndio, 1 roubo com arma de fogo e 4 tentativas de homicídio, associadas ao efeito destas drogas.

- Há também outros comportamentos de elevado risco, decorrentes de reações alucinantes, motivadas pelo consumo destas substâncias.

Podemos referir ainda que em sede de audição o Sr. Secretário da Saúde lembrou que nesta Região 6,4% dos jovens entre os 15 e 34 anos já consumiram Novas Substâncias Psicoativas; quando a média nacional é de 0,5%.

Um aspeto comum aos vários intervenientes, é a perceção de que o atual enquadramento jurídico não é suficiente.

É urgente definir um enquadramento jurídico mais rigoroso, que permita atuar de forma mais eficaz sobre a produção, distribuição e uso ilícito das Novas Substâncias Psicoativas.

A materialização legislativa desta medida deverá ocorrer no âmbito da chamada *lei da droga*, o que reclama a intervenção da Assembleia da República, por se tratar de uma matéria da reserva de competência daquele órgão de soberania.

Em concreto, com a presente proposta de lei, pretende-se que as tabelas I a III anexas ao regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, na sua redação atual, sejam obrigatoriamente atualizadas de acordo com os relatórios sobre as Novas Substâncias Psicoativas, publicados anualmente pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de criminalização das chamadas “drogas legais” não resolve tudo. É necessário apostar na prevenção, é necessário apostar na intervenção nas escolas; é necessário apostar no tratamento e acompanhamento dos

toxicodependentes; e naturalmente congregar todos os esforços no combate ao tráfico.

Mas a criminalização das chamadas “drogas legais” é um passo importante no combate às dependências.

Nesta guerra contra as drogas não há partidos. Estamos todos do mesmo lado. Estamos ao lado de todos aqueles que travam esta luta diariamente: polícias, magistrados, profissionais de saúde e de ação social, professores, e acima de tudo, centenas, ou milhares, de pais e mães que precisam que façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para os ajudar, na prevenção e no combate ao flagelo da toxicodependência.

Esta é a mensagem que hoje, a partir da tribuna do Parlamento dos Açores, queremos transmitir à nossa população e à Assembleia da República.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do Deputado José Pacheco e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (que estão poucos agora!):

Só quero dizer, e começar pelo final, que o PAN acompanha totalmente esta anteproposta. Obviamente que é um flagelo conhecido nos Açores, também

obviamente no resto do território a nível nacional, seja na Madeira, seja também no continente.

Só que há duas situações que para nós são, sem dúvida, um problema e neste caso em termos de sensibilidade, do que é que são as substâncias psicotrópicas que basta que o princípio ativo químico relativamente a uma substância psicotrópica basta mudar um composto e logo aí, se não estiver no anexo, começa a ser legal, e neste caso obviamente que é um problema. Quem é que vai ser mais rápido?

Se é a lei ou se é o produtor dessas drogas ilícitas e psicotrópicas?

O mesmo também podemos referenciar (eu obviamente já que tenho esta plateia e obviamente o palco) ou para dizer aquelas que também são as drogas lícitas, as drogas legais e das quais também se cria dependência e as quais também têm um princípio ativo químico que são os antidepressivos, ansiolíticos, que são um grave problema da nossa sociedade portuguesa e nos Açores é muito mais grave, porque a incidência é bem maior e continuamos a não ter obviamente um vínculo mais forte da nossa Assembleia ou da Assembleia da República, mas isso sem dúvida que é algo que todos nós, como Deputados, como cidadãos, devíamos pensar sobre isso, porque é um grande flagelo também e de uma forma totalmente legal, dada pelo receituário dos próprios médicos, que está totalmente legal e em termos da sociedade não é uma sensibilidade, é sem dúvida algo que ninguém sequer discute dentro dos nossos cafés. Isso, sem dúvida, faz toda a diferença.

Mais uma vez quero mostrar que somos favoráveis a esta anteproposta, mas acho que ainda poderíamos ir mais longe e também verificar e analisar o que é que poderíamos fazer sobre o anexo que temos em termos do mapa relativamente às substâncias e ter um pensamento em conjunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Chega, o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há sempre umas vozes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vozes do além!

O Orador: Deve ser do sítio onde eu estou parado. Há sempre aqui umas vozes. Uns ecos! Serão efeitos psicotrópicos?!

Não, se calhar não serão!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): São mais efeitos políticos!

O Orador: Senhores, vamos falar de droga. Droga!

Há 30 anos que ouço falar nisto, pelo menos de uma forma mais técnica, mais séria. Droga!

Droga que afeta quem consome, droga que afeta as pessoas que estão à sua volta, a família, os amigos, os professores, os colegas de trabalho. A maldita da droga! Até há a *Maldita Cocaína*, uma peça de teatro.

Nós continuamos – falo por mim – 30 anos depois a falar das consequências. Temos de começar finalmente, Sr. Secretário Regional da Saúde, Sra. Secretária Regional da Educação, todos os Srs. Secretários Regionais, a falar da prevenção. Vamos ouvindo aqui e ali um desafio, mas temos que apostar na prevenção.

Não há drogas boas, não há drogas más. Há droga!

Não drogas leves, não há drogas pesadas. Há drogas!

Não há drogas legais, nem drogas ilegais. Há drogas!

E se nós assumirmos isto e apostarmos junto dos nossos jovens naquilo que é verdadeiramente a prevenção, dando-lhes alternativas de vida, caminhos, se nós fizermos esta aposta cada vez menos vamos falar desta palavra que não nos sai todos os dias debaixo dos pés: a droga!

E é este desafio que nós temos de fazer. Apareceram as novas drogas. Algumas delas fruto até da pandemia.

Ainda há uma semana tive uma pessoa com formação química que explicou-me como é que algumas delas são feitas e eu fiquei boquiaberto. São feitas com coisas que nós temos em casa, ou seja, a minha pergunta é: como é que nós vamos travar as novas drogas?

Como é que nós vamos travar o consumo, o tráfico?

A droga está a sobrecarregar o nosso sistema de saúde, o nosso sistema de justiça, as nossas escolas, os nossos pais, os nossos filhos. Nós temos de travar isto.

Sr. Secretário da Saúde, estou à espera do programa multidisciplinar de prevenção. Que venha rápido! Porque acima de tudo está a nossa saúde, dos nossos filhos e daqueles que nos rodeiam.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Bloco de Esquerda tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta de Lei apresentada por CDS-PP, PSD e PPM pretende que seja feita uma alteração ao artigo 2.º “Regras gerais e tabelas”, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, para que a atualização

das substâncias proibidas seja feita de acordo com os relatórios anuais publicados pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

As tabelas a que se refere esta proposta revêm a legislação de combate à droga, enumeram as plantas, substâncias e preparações cuja produção, tráfico e consumo estão sujeitos a medidas de controlo e à aplicação de sanções, em cumprimento das obrigações decorrentes das Convenções das Nações Unidas sobre os estupefacientes, de 1961 (alterada pelo protocolo de 1972), sobre as Substâncias Psicotrópicas, de 1971 e sobre o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988.

Por sua vez, as listas das referidas substâncias anexas às referidas Convenções são regularmente alteradas pela Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND), com base nas recomendações da Organização Mundial de Saúde, repercutindo-se diretamente sobre o âmbito de aplicação do direito da União no domínio do controlo das drogas para todos os Estados Membros.

Como tal, a inclusão de novas substâncias psicoativas nas tabelas da legislação portuguesa é algo feito regularmente, com base nas recomendações de organizações internacionais.

Para além disso, as propostas para as alterações ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro recebem os pareceres do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, relativamente à inclusão de novas substâncias nas tabelas.

Não nos parece, portanto, que a alteração proposta venha trazer qualquer vantagem ou alteração àquilo que é a prática atual.

É importante realçar que estas atualizações das tabelas de substâncias proibidas, não resolvem os problemas associados ao tráfico de estupefacientes nem aos problemas de saúde pública que advêm do consumo destas substâncias. A atualização destas tabelas anda sempre um passo atrás da criatividade dos traficantes.

O caminho para combater o aumento do tráfico e do consumo destas substâncias psicoativas sintéticas deve passar pela legalização e regulamentação de substâncias que não apresentam perigo para a saúde, por exemplo, a canábis. A produção e a venda controlada e regulada de canábis acabaria com a existência de uma relação dos consumidores com o mundo do tráfico, que acaba por ser a porta de entrada, na maioria dos casos, para o consumo das chamadas drogas duras ou pesadas.

Essa regulamentação permitiria ainda um maior controlo sobre quem vende e quem compra, bem como sobre a qualidade e intensidade da própria canábis combatendo a adulteração destes produtos, tão nociva para a saúde.

Posto isto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá abster-se nesta anteproposta.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra pelo CDS-PP a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, começar por dizer que esta iniciativa surge porque, sem dúvida, que o flagelo da droga, da toxicod dependência, é uma das grandes preocupações das famílias, das famílias que têm estes problemas em casa, das famílias que têm crianças, que têm jovens e que existe sempre o receio que esta problemática lhes venha bater à porta.

A verdade é que a radiografia, digamos assim, da situação na Região e a dimensão e a gravidade desta situação do consumo destas substâncias e de outras tem sido feito através de relatórios quer promovidos pelo Observatório Europeu da Droga e das Toxicod dependências, quer através dos próprios relatórios que são emitidos pelo Serviço de Intervenção dos Comportamentos dos Aditivos e das Dependências, ou ainda também através do estudo da

Caraterização dos Comportamentos Aditivos na Região Autónoma dos Açores, que foi apresentado em 2019.

A verdade, e de uma forma também muito resumida, é que toda esta informação que nos tem sido relatada tem preocupado o Grupo Parlamentar do CDS e de uma forma transversal aqui a Assembleia, porque já de outras vezes se trouxe a debate esta temática, porque a verdade é que nesses dados, temos dados em que o aumento do consumo das substâncias psicoativas em todas as ilhas tem um aumento muito evidente, principalmente nas ilhas da Terceira, São Miguel e São Jorge. Temos também a preocupação com a precocidade no início do consumo, onde, por exemplo, 6,4% dos jovens entre os 15 e os 34 anos já consumiram novas substâncias, enquanto que a nível nacional esta taxa é de 0,5; ainda a questão do ambiente escolar que no estudo da Caraterização dos Comportamentos Aditivos foi apontado como um fator de risco em sete das nove ilhas dos Açores; ou ainda no que concerne ao índice de consumo recente destas substâncias em que os Açores têm índices muito superiores ao restante país e, como tal, existe aqui o número e o pontapé de partida para esta iniciativa e é realmente esta preocupação quanto ao consumo destas substâncias.

A verdade é que sabemos que a questão das novas substâncias é algo que é difícil de acompanhar, uma vez que qualquer que seja a legislação a verdade é que com a velocidade com que os traficantes alteram estas drogas muitas vezes é algo muito rápido, que as próprias alterações da lei são difíceis de acompanhar. Dizer que a questão destas novas substâncias é algo que tem de nos preocupar a todos, porque a verdade é que cada vez mais jovens consomem estas substâncias pelo fácil acesso, pelo preço e, portanto, é algo que é de relevar.

Dizer que no âmbito do trabalho em comissão e também dos pareceres que foram emitidos, contrariamente àquilo que a Sra. Deputada Alexandra Manes estava a mencionar quanto à pertinência desta iniciativa, a verdade é que todos

reconheceram que esta era importante, que é importante para estas substâncias existir este acompanhamento e esta publicação da atualização das substâncias psicoativas e dizer que até no próprio parecer e, por exemplo, o parecer da própria associação ARRISCA reflete isso, e a importância e a pertinência que esta iniciativa tem.

Temos a plena consciência que não passa só por esta iniciativa ou por esta alteração. Há um trabalho que é necessário fazer e que é muito transversal.

A verdade é que também no âmbito do trabalho em comissão o Sr. Secretário da Saúde falou e abordou a questão da estratégia que o Governo pretende implementar no âmbito da prevenção, realmente a prevenção é a palavra chave para este flagelo, e que pretende implementar o tal programa transversal às várias áreas, desde o desporto, a saúde, a educação, é muito importante que assim seja. Também o poder local, porque a verdade é que no próprio relatório e estudo era mencionado que existia uma realidade muito específica em todas as ilhas e, como tal, é importante também envolver o poder local como disse o Sr. Secretário da Saúde e parece-nos que isto será uma boa medida para tentar inverter estes que têm sido números preocupantes. Também a questão da escola, porque a verdade é que nesse estudo de Caracterização de Comportamentos Aditivos tínhamos, por exemplo, a Terceira onde havia 32,5% de consumos na escola, no Faial 34%, a Graciosa 37% e nas Flores 77% dos nossos jovens consumiam droga na escola. Como tal, é importante que realmente esta estratégia seja uma estratégia transversal às várias áreas.

Algo que também na altura, aquando da saída destes resultados, também nos deve preocupar a todos é, sem dúvida, o sentimento que foi relatado por esse estudo por parte dos jovens quanto ao consumo destas substâncias como se fosse algo completamente normal. Isso é algo que realmente temos que inverter e este caminho da prevenção parece-nos que é importante.

Mas como disse, claro que isto não é uma única medida que vai resolver. Acho que é um todo, é um conjunto que vai desde a prevenção, desde a criminalização, desde o acompanhamento e os tratamentos aos toxicodependentes, à prevenção nas escolas, portanto, é um conjunto, é uma estratégia global que tem de ser tomada para tentarmos inverter estes números. A verdade é que esta é uma problemática complexa que nos preocupa a todos e acho que isso é transversal a todas as forças partidárias, que merece de todos nós a máxima atenção e um esforço de todos para que consigamos caminhar no caminho mais seguro para as famílias que estão a passar por este flagelo, torno a dizer, mas também aquelas que muitas vezes ficam com o receio que este problema lhes possa bater à porta.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra pelo Partido Socialista a Sra. Deputada Célia Pereira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Célia Pereira (*PS*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Trazer a esta Câmara iniciativas promotoras de prevenção e combate às dependências constitui um móbil agregador de interesses e de vontades. Porquanto, a prevenção e combate às dependências nas suas variadas formas e domínios, é um desafio imensurável e que a todos convoca.

Refira-se que, os comportamentos aditivos estão relacionados com fatores neurológicos, psicológicos e ambientais e acarretam danos físicos, cognitivos, psicológicos, familiares e sociais, a curto e a longo prazo. Pelo que, nunca é de mais sublinhar, trata-se de uma doença do sistema nervoso central, crónica. Uma doença da não vontade e sujeita a recaídas.

Importa, igualmente, referir que Portugal foi um país inovador, no que diz respeito ao reconhecimento da toxicod dependência como um problema de saúde, permitindo assim, abordagens e respostas mais adequadas.

Passar a tratar o toxicod dependente como um doente e não como um criminoso, nem sempre é evidente ou unânime. Ainda hoje, este facto deverá ser sempre lembrado quando, nesta Assembleia, pensarmos políticas públicas neste âmbito para não atribuímos juízos de valor e preconceitos a respostas cientificamente validadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: O modelo português baseia-se nos princípios do humanismo e que o Partido Socialista dos Açores desde sempre defende, nomeadamente de não deixar ninguém para trás, o pragmatismo, a centralidade no cidadão, uma intervenção integrada e na territorialidade.

Tem como pressupostos de base responder às necessidades dos indivíduos, perspetivadas de forma dinâmica no contínuo do seu ciclo de vida e intervir globalmente e de uma forma abrangente num contínuo que vai da promoção da saúde, prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção social.

A Região Autónoma dos Açores acompanha esta mudança de paradigma, nomeadamente do ponto de vista legal, e desde 2000 que o então Governo Regional, em articulação e cooperação com organizações da sociedade civil, tem vindo a investir na criação de diferentes estruturas e programas ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mais ou menos!

A Oradora: ... que operam em cinco eixos de intervenção - (1) Prevenção; (2) Tratamento; (3) Redução de Riscos e Minimização de Danos; (4) Dissuasão e (5) Reinserção Social – e tem, igualmente, investido na capacitação dos profissionais de saúde.

É preciso continuar a investir no combate às dependências, mas sem desvalorizar o trabalho que tem sido feito nos últimos anos, pelo Governo e pelos profissionais das várias instituições.

Este é um trabalho que não pode ser ignorado e que deve continuar com todo o vigor. A toxicodependência é uma problemática que deve ser encarada e nunca escondida ou varrida para debaixo do tapete.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: A exemplo, no domínio da **Prevenção:** os programas e ações de prevenção e de promoção da saúde, em particular no domínio das adições e dependências, levadas a cabo na Região, sobretudo pelas equipas de saúde escolar e IPSS parceiras, procuram atuar de forma integrada e monitorizada, contemplando a avaliação e a promoção de fatores protetores/indicadores positivos para além da avaliação e redução dos fatores de risco e de doença.

Como boa prática, refira-se o modo como se organizou a Saúde Escolar com um manual de Implementação homogéneo, alargado às escolas profissionais e CDIJ, e aplicado a toda a Região, com Planos Anuais de Atividades e Relatórios anuais por Unidade Orgânica de acordo com as temáticas obrigatórias, prioritárias e específicas (diagnosticadas pelo Sistema de Vigilância de Comportamentos de Risco). Ou, ainda, no trabalho sob vinculação familiar, escolar e social referência para a implementação do Programa Prevenir em Família e Comunidade dirigido à família e à criança.

No segundo domínio **também na área do tratamento, não partimos do zero;** há trabalho feito, que pode e deve ser melhorado: entre as estruturas implementadas e os programas e medidas desenvolvidas e em curso, é exemplo

de boa prática, a implementação de equipas, com respostas descentralizadas, de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências em todas as Unidades de Saúde de Ilha, de Santa Maria ao Corvo, no Centro de Aditologia do Hospital da Horta e nas IPSS Alternativa e ARRISCA em S. Miguel. Ou ainda, a implementação de duas Unidades de desabituação (Casas de Saúde S. Miguel e de S. Rafael).

As convenções com comunidades terapêuticas, a criação do Centro de Reabilitação Juvenil nos Açores. O alargamento dos programas de tratamento aos estabelecimentos prisionais da RAA (em parceria com a USIT na Terceira, a ARRISCA em S. Miguel e a USIF e Centro de Aditologia no Faial).

No terceiro domínio na Redução de Riscos e Minimização de Danos: uma referência às respostas desenvolvidas, que seguindo o modelo humanista, procura chegar aos consumidores que não querem ou não conseguem deixar de consumir, fornecendo-lhes informações de redução de riscos e danos bem como meios.

Há programas criticados e ainda hoje incompreendidos por muitos, mas que contribuíram ao longo dos anos para a diminuição de crimes contra o património, overdoses, e de casos de contágio por VIH, e Hepatites.

Também na vertente da dissuasão: a implementação de 3 Comissões de Dissuasão – Horta, Angra e Grupo Oriental – cujas equipas técnicas cobrem todo o arquipélago, foi um passo importante, mas há que reforçar esta intervenção.

Por último, no domínio da Reinserção Social: referência aos Centros de Dia, enquanto estruturas de apoio ao tratamento e à reinserção, essenciais ao projeto terapêutico, que visam a ressocialização, o desenvolvimento pessoal, a aquisição e o treino de competências sociais, através de atividades terapêuticas, educativas, formativas e ocupacionais (dois nas IPSS em S. Miguel). E as residências de transição, criadas em S. Miguel e Terceira, as empresas de

economia solidária, os apoios às IPSS para fazerem face aos custos sociais com a inclusão de pessoas em reabilitação em programas ocupacionais, PROSA, CTTS, entre outros.

Por fim, e transversais aos vários eixos, permitam-me ainda referir, dois pilares de intervenção: a implementação da Rede de Referenciação / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências e a criação das Redes Locais de Intervenção, em todos os 19 concelhos da Região Autónoma dos Açores.

A Região tem feito, ao longo das últimas duas décadas, um caminho árduo e tem, hoje, bons alicerces para uma atuação eficaz na prevenção e combate às dependências, nas suas múltiplas formas e dimensões, todavia este desafio hercúleo só será, passo a passo superado, se todos, como hoje, estivermos unidos nesse desígnio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, ao ouvir agora o relatório que foi apresentado das atividades recentes da Região relativamente a este problema constato que, infelizmente e por contraposição, a realidade demonstra que vivemos perante um dos maiores problemas da nossa sociedade, um problema que é transversal em termos étários, em termos sociais, em termos culturais e que corresponde a um dos

maiores dramas de famílias e de pessoas, com impacto na saúde, nas relações humanas, nas relações familiares, na sociedade, na economia, mas este discurso que acabei de referir está tão cansado quanto o tempo passa e quanto os dramas aumentam nas vidas das pessoas. É preciso passar à frente, passar à ação que tenha efeitos concretos na vida das famílias e das pessoas. É preciso agir, é preciso atuar e a criminalização é a forma, aquilo que está aqui em discussão, de ir atrás do problema, é preciso é que se vá à frente do problema, evitando-o e só se consegue isso através de políticas eficazes de prevenção. É esse o caminho que já assumimos e pretendemos concretizar.

No que respeita àquilo que foi aqui referido, nomeadamente no extraordinário trabalho que as instituições ligadas ao setor têm desenvolvido durante este tempo, devo anunciar que já determinei o aumento em 13% da comparticipação da Região, relativamente a estas instituições. Um aumento de 13%! Um aumento substancial que vai ao encontro daquilo que é a reivindicação dessas instituições e demonstra bem o empenho e o esforço que está a ser feito por este Governo no combate às dependências e, neste caso, ao tratamento promovido por essas entidades. Por isso, com este aumento de 13% estamos a dar a resposta àquilo que é necessário nesta ... Como? Não percebi.

Deputado Carlos Silva (PS): Com orçamento ou sem orçamento?

O Orador: Obviamente que é com orçamento, mas já vou explicar isso adiante. Terei oportunidade no devido tempo de explicar isso.

O senhor quer mandar umas bocas e tal, mas ...

Só para concretizar, já foi determinado que irá existir um aumento de 13% nas comparticipações relativamente a estas instituições.

No que diz respeito à intervenção a fazer é uma intervenção que todos temos a consciência que ainda deve ser mais intensa considerando o tempo de pandemia que vivemos e os efeitos que os consumos de estupefacientes têm na vida das pessoas.

Há uma maior propensão a esse tipo de desvio, de comportamento e de consumo, mas também ao nível dos efeitos que isso tem na saúde das pessoas e ao nível da saúde mental.

Por isso, esta intervenção que deve ser feita no combate às dependências também tem de ter uma ligação muito forte e precisa com a saúde mental.

No que diz respeito às Novas Substâncias Psicoativas de facto, por serem mais baratas, por serem facilmente criadas, por serem de fácil acesso, muitas vezes estão à distância de um clique de uma encomenda ou de um qualquer departamento, de uma qualquer casa que fabrica esse tipo de substâncias psicoativas, por tudo isto ainda é mais gritante a necessidade de intervir neste combate, porque as novas substâncias psicoativas são não só aquelas que são recém inventadas, são também aquelas que são recém sintetizadas, aquelas que estão recentemente disponíveis no mercado, mas também aquelas que têm um novo uso impróprio relativamente àquilo que é o uso normal, nomeadamente no caso dos fármacos psicoativos.

O que quer dizer que todo este manancial de substâncias novas psicoativas cria ainda mais a necessidade de uma intervenção que seja eficaz a este nível da prevenção.

Por outro lado, conforme já foi aqui referido por vários Srs. Deputados, a velocidade com que são criadas, com que são sintetizadas, com que são disponíveis no mercado estas substâncias, é mais rápida do que a própria lei, o que torna ainda mais difícil este combate. Por isso tudo se demonstra a necessidade do caminho ser o da prevenção.

Conforme também já foi aqui referido, os Açores infelizmente têm números altamente preocupantes. Em 2012, na população entre os 15 e os 34 anos nos Açores havia 1.1 de cidadãos que tinham feito este tipo de consumo; a nível nacional era 0.4; em 2016/2017, quando nos Açores era 1.1 em 2012, os Açores passou para 6.4, um aumento exponencial, quer dizer que de 2012 para 2016,

em quatro anos, há um aumento exponencial do consumo de Novas Substâncias Psicoativas, e se nos Açores era 6.4, a nível nacional era 0.5 de cidadãos que consumiram ao longo da vida substâncias psicoativas.

Nos últimos 12 meses se a nível regional tinham consumido 6.1 da população, a nível nacional é 0.4. Estamos a falar de números verdadeiramente alarmantes, verdadeiramente preocupantes daquilo que é o contexto regional do consumo de substâncias psicoativas.

São estes os números, é esta a realidade e é esta a realidade que temos de combater. Como tenho dito, este combate faz-se não atrás do problema com a criminalização, é um meio, é a forma que temos de minimizar danos, mas faz-se fundamentalmente indo à frente do problema com a prevenção, através do plano que já anunciei e que está, neste momento, já em construção, um plano multisectorial, multifatorial, envolvendo um conjunto de entidades de ação direta, eficaz, intensa e profunda neste problema, sobretudo com jovens, no desporto. Quando se fala no desporto este não é um plano que é dirigido apenas aos jovens desportistas e jovens atletas, também envolve os dirigentes, também envolve os técnicos, porque são eles muitas vezes que têm o contato direto, imediato, conhecem a situação e também têm que ter a formação adequada para intervir na prevenção de tudo isto. Mas também ao nível da cultura, conforme já foi aqui proposto também, neste Parlamento. A cultura também envolve jovens aos mais variados níveis dos respetivos dirigentes e formadores, envolvendo de uma forma particular o setor da educação e também o poder local.

O poder local muitas vezes conhece primeiro do que os profissionais ligados ao setor os problemas da toxicodependência. Se muitas vezes são autarcas de freguesia ou autarcas de câmara, mas sobretudo de freguesia, que conhecendo o problema estão tão preocupados que manifestam “temos um problema, temos um foco de drama nesta localidade” e também este envolvimento não só na

denúncia, mas também na formação dos autarcas ao nível do comportamento adequado a ter ao combate às dependências.

Obviamente que neste caminho da prevenção, mas sobretudo no caminho da ação, porque de palavras em muitas áreas estamos cansados e nesta particularmente. É importante que os resultados do combate às dependências que afligem e destroem pessoas e famílias tenha um efetivo resultado na vida das pessoas e das famílias.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este é um tema recorrente, legislatura após legislatura. É recorrente aqui como é noutros parlamentos por este mundo fora.

O flagelo não é só nosso, o flagelo anda pelo mundo fora e, Sr. Secretário, se de manhã não estive de acordo consigo, agora devo dizer que estou plenamente de acordo consigo.

Prevenir, prevenir, prevenir, prevenir e, depois de tudo isso, voltar a prevenir!

A criminalização, como está óbvio, não resolveu o problema até agora. Pode ser necessário, no caso das substâncias psicoativas, mas é, como o Sr. Secretário disse e muito bem, correr permanentemente atrás do prejuízo, sendo que o prejuízo anda muito mais depressa do que nós.

Desde que essa iniciativa foi aqui apresentada a primeira vez que nós já ouvimos uma série de entidades na Comissão de Assuntos Sociais, já foram inventadas mais 300 ou 400 e este é que é o drama deste processo das Novas Substâncias Psicoativas e, portanto, não há outra via que não seja a da prevenção.

Mas uma prevenção a sério, não seja essa espécie de, como dizem os franceses: “langue de bois” institucional, em que vimos aqui todos dizer umas conversas muito bonitas, arranjam os parangonas, temos uns estudos ... há um estudo de 2019 do SICAD, bem interessante, sobre o consumo de álcool, tabaco, drogas e outros comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores, que recomendo que leiam porque, de facto, a prevenção não é só para as substâncias ilícitas, a prevenção é preciso fazer também naquelas que são as substâncias lícitas e que também criam problemas transversais na sociedade açoriana, nomeadamente o álcool, e como disse o Sr. Deputado Pedro Neves, o uso e abuso de antidepressivos e outros medicamentos dessa natureza.

É preciso repensar e atacar nesta prevenção, é preciso repensar e prevenir os consumos dessas substâncias, ocupar a nossa juventude, ocupar as nossas crianças porque começam muito cedo (de acordo com esse estudo do SICAD de 2019), começam aos 13 anos, alguns até antes disso, mas é insignificante antes disso, mas aos 13 anos já é significativo e, portanto, convém repensar todas essas questões a partir deste diploma que vem um pouco correr atrás do prejuízo, como já aqui se disse.

Mas é preciso também repensar as questões relativas às drogas leves, nomeadamente a canábica, como disse a Sra. Deputada Alexandra Manes, porque não há que ter aqui tabus, há que olhar para esse problema com frontalidade e porque é que não havemos de pensar e olhar para as sociedades mais liberais, onde esse processo foi encarado de outra forma e fazê-lo também aqui com coragem, nesta Casa, nesta Região.

Porque, para isso, contem com o nosso apoio!

Deputado José Pacheco (CH): Não concordo! É um mito!

O Orador: Sr. Secretário, portanto, conte comigo para o apoiar naquilo que à prevenção diz respeito. Se for preciso mais do que 13%, pois que seja, temos aqui já para novembro o Orçamento da Região para o próximo ano, cá estaremos para o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria em que, em termos gerais, há um largo consenso nesta Assembleia e, aliás, conforme aconteceu também ao longo dos últimos anos e, portanto, gostaria apenas de dar aqui mais algumas informações relativamente àquela que é a nossa proposta, a proposta apresentada e que, em termos de metodologia, entendemos que teríamos efetivamente que o fazer em sede de anteproposta de lei, considerando as competências próprias da Assembleia da República.

Como referimos há pouco, temos a noção de que esta iniciativa, por si só, não resolve o problema. É mais um contributo, é mais um passo, mas que consideramos um passo importante na abordagem ao fenómeno das dependências, em concreto das Novas Substâncias Psicoativas, aqui na Região.

Reiteramos que, e como foi aqui também referido por várias bancadas, a aposta na prevenção é o cerne da política a seguir, em matéria de combate às dependências, nomeadamente com a forte intervenção nas escolas, como também tem apontado, e muito bem, o Sr. Secretário Regional. Salientando também o papel que o desporto tem, sobretudo o desporto nos escalões de

formação tem um papel fundamental na prevenção da entrada dos jovens em comportamentos desviantes e, nomeadamente, no mundo das dependências e, portanto, o desporto, as nossas associações, as filarmónicas, todas as outras instituições que ocupam os jovens de forma saudável têm aqui um papel muito importante a desempenhar e têm procurado desempenhar e têm de contar também com o forte apoio do Governo Regional e de todos nós, nesse trabalho e, naturalmente, é necessário o encaminhamento dos toxicodependentes para tratamento, o seu acompanhamento e a sua reinserção social e não esquecermos nunca o trabalho que tem de ser feito diariamente também no combate ao tráfico porque nós não podemos esquecer o importante trabalho que os órgãos de Polícia Criminal realizam no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes e é fundamental que o Governo Regional também transmita essa mesma necessidade aos responsáveis máximos pelos órgãos de Polícia Criminal na nossa Região.

Numa segunda abordagem, como referiu, e muito bem, o Sr. Deputado Pedro Neves, nós não conseguimos estar à frente dos traficantes, no que concerne à alteração da estrutura molecular destas substâncias, mas temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance e este é um passo importante para mostrar que queremos fazer tudo o que está ao nosso alcance.

Relembro também que todas as entidades ouvidas em sede de Comissão apontaram a necessidade efetiva de criminalizar as Novas Substâncias Psicoativas, no sentido de permitir uma atuação mais eficaz dos órgãos de Polícia Criminal. Atuação essa que depois se repercutirá em termos positivos também no nosso sistema de saúde e em toda a sociedade.

Por último, entendemos que é fundamental que a Região transmita uma mensagem muito forte em relação a esta matéria, quer ao nível daquelas que são as competências dos órgãos de governo próprio da Região, quer comunicando a

sua posição firme à Assembleia da República, neste caso, e a todas as entidades que operam neste domínio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Partido Socialista tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos, e isto não é preciso acrescentar aqui, que o Partido Socialista, ao longo dos últimos anos, fez o seu trabalho na parte das dependências e tanto assim, que na última intervenção que eu tive nesta Casa dissemos o número das reduções que foram feitas em relação aos consumos, quer do alcoolismo, quer mesmo de algumas substâncias.

O que está aqui em causa nesta Anteproposta de Lei para a Inclusão das Novas Substâncias Psicoativas, faz todo o sentido e faz todo sentido na medida em que, neste momento, os traficantes estão um passo à frente do legislador, não tenham qualquer dúvida.

Com o fim de se furtarem a que as substâncias que transacionam integrem as tabelas anexas à Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro (que é condição de punibilidades, nos termos do art.º 21.º, 24.º, 25.º e 26.º), alteram, como todos nós sabemos e já aqui foi dito, a composição molecular daquelas substâncias por forma a que elas deixem de integrar as referidas tabelas.

Assim, as mesmas substâncias psicotrópicas muitas vezes mais prejudiciais à saúde e com efeitos psicoativos muito mais graves, acabam por ser eles transacionados como substâncias lícitas.

Acresce ainda o facto, no que diz respeito às contraordenações aplicáveis ao traficante que não são suficientes, uma vez que para uma pessoa que ganha centenas de euros mensais na venda, tanto lhes faz pagar uma multa de quando em quando.

Acresce ainda o facto de se tratar de pessoas que nada tem em seu nome, o que resulta quase sempre na impossibilidade de serem executados coercivamente.

Tendo em conta que tudo isto está a ocorrer a uma velocidade incompatível com o tempo, em que normalmente se atualizam as referidas tabelas anexas, principalmente da tabela I à III (mais graves) impõe-se como única forma eficaz de combater esta nova vertente criminosa de necessidade de reduzir o período de alteração das referidas tabelas, introduzindo aquelas que ano a ano vão surgindo no mercado do consumo de substâncias psicoativas.

Assim sendo, e sem mais rodeios, esta Anteposta tem o acolhimento do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem, Sra. Deputada! Esteve muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão do PPM.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Há três aspetos que gostaria de referenciar nesta nossa iniciativa.

Em primeiro lugar que se trata, de facto, de um problema grave, nós não estamos a ganhar. Esta é uma batalha, esta é uma guerra em que estamos a perder.

Não estamos a conseguir diminuir resultados do consumo na Região Autónoma dos Açores e é inevitável que este Parlamento e o Governo Regional se empenhem em criar medidas que permitam inverter estes resultados.

Nesse sentido, é preciso ter em conta que esta é uma luta global, é uma luta que nós podemos fazer na Região Autónoma dos Açores, mas que evidentemente tem uma legislação nacional e tem uma série de ligações com um contexto nacional e internacional e, por isso, é necessário tomar medidas que possam, por exemplo, alterar um marco jurídico nacional.

E a verdade é que esta Assembleia tem essas competências de alterar a legislação nacional e de ter iniciativa também nesse âmbito. É uma competência que temos vindo a utilizar poucas vezes, mas que deveríamos utilizar com maior intensidade e mais vezes ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque muitas vezes, em muitas destas questões, é necessário mudar o marco jurídico, esse marco jurídico é nacional e nós, de facto, temos essa possibilidade de o fazer e temos de o fazer com mais regularidade e, por isso, esta é uma dessas iniciativas que surge nesse âmbito, tendo em conta que se trata de um marco jurídico nacional.

Depois também, referenciar que a proposta é muita específica, tem a ver sobretudo, como aqui já foi referenciado, a alteração das tabelas I a III, anexas ao presente diploma, são obrigatoriamente atualizadas de acordo com os relatórios anuais sobre as Novas Substâncias Psicoativas publicados pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência.

Ora, isto introduz a necessária flexibilidade, ou seja, nós, o país, a partir do momento em que tem acesso a estes relatórios e em que os relatórios estão cientificamente elaborados e tecnicamente bem elaborados é possível atualizar constantemente estes dados e colocá-los na legislação e depois implementar naquela que é a política prática que é implementada pelo Governo e também pelas diferentes entidades responsáveis nesta área.

Nesse sentido, esta legislação permite essa necessária flexibilidade e, portanto, essa necessária atualização.

Contamos com os relatórios, contamos com os estudos técnicos que nos permitem realizar essa atualização e, nesse sentido, também é muito importante e é um mecanismo que considero que responde a essa flexibilidade que já foi aqui referenciada por vários intervenientes em que há uma alteração profunda do contexto e nós, devidamente acompanhados pelos estudos técnicos, acompanhamos essa evolução.

Um terceiro ponto fundamental que eu quero aqui referenciar, para além da criminalização das Novas Substâncias Psicoativas e, portanto, da criação de um mecanismo flexível que permite responder com alguma eficácia e atualização ao novo contexto que é criado todos os anos, como aqui já foi referenciado, é também algo que aqui já foi referenciado também pelas diversas bancadas que eu também quero referir que é a questão da prevenção.

Esta batalha ganha-se sobretudo pela prevenção, prevenção, prevenção! É necessário multiplicar as ações de prevenção, nomeadamente nas nossas escolas, é necessário que estas ações cheguem aos nossos jovens, mas fundamentalmente também às famílias e é este trabalho que é preciso fazer, junto das famílias, junto das escolas, junto de outros organismos, dos clubes desportivos, das nossas filarmónicas, das nossas entidades relacionadas com a cultura e também com muitas outras atividades que são desenvolvidas na nossa Região, é possível chegar a muitas, muitas entidades e esse esforço de

prevenção, essas ações de prevenção têm de ser realizadas com um novo empenho, com mais motivação, com mais meios e, de facto, isto é algo que tem de ser feito.

Eu reconheço que também, no âmbito da gestão dos Governos anteriores, estas ações de prevenção foram realizadas, mas os resultados mostram que ainda não é o suficiente, que temos que multiplicar os nossos esforços e, por isso, eu considero que, sendo esta ação importante, é apenas uma das frentes de batalha, mas aquela que é essencial, aquela que é necessária ganhar é a batalha da prevenção.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sendo assim, informo a Câmara que o PSD enviou um ofício à Mesa a solicitar que seja requerida a declaração de urgência no processamento desta iniciativa junto da Assembleia da República e, portanto, isso será tido em conta aquando do envio, se a Anteproposta for aprovada, para a Assembleia da República, como é habitual nestes casos.

Vamos passar à votação. Vamos votar na generalidade esta Anteproposta de Lei:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 1/XII foi aprovada na generalidade com 55 votos a favor: 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e duas abstenções do BE.

Presidente: Muito obrigado.

Este diploma contém três artigos. Pergunto à Câmara se posso votá-los em conjunto?

Não havendo oposição, serão colocados à votação o 1.º, 2.º e o 3.º artigo do diploma:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 55 votos a favor: 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e duas abstenções do BE.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Alerto apenas que, em relação ao artigo 2.º que altera o Decreto-Lei, o n.º 5 e o n.º 6, eventualmente com o aditamento do n.º 4, que acabámos de aprovar, pois terão de ser renumerados.

Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 1/XII foi aprovada em votação final global com 55 votos a favor: 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e duas abstenções do BE.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira pede a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de registar a aprovação desta iniciativa, aqui no Parlamento e reiterar que temos a consciência de que não resolve o problema, mas é um contributo. Mais um contributo que este Parlamento dá no combate à toxicodependência e é um passo, um passo que reputamos de muito importante neste trabalho conjunto a fazer por todos nós, pelos órgãos de governo próprio da Região, pelos órgãos de soberania, pelas Forças e Serviços de Segurança, na prevenção e combate às dependências dos Açores, uma luta diária, travada por todos os açorianos e que tem também de ser travada por todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Não havendo, vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 3: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII - “Regime jurídico relativo à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A segurança no emprego e os demais direitos dos trabalhadores, reconhecidos na Constituição da República Portuguesa e na mais diversa legislação laboral, têm de ser entendidos como garantias inabaláveis num estado de direito democrático.

Nessa medida, exige-se aos governos que no exercício das suas funções, independentemente das medidas que decidam concretizar, tenham a preocupação e a sensibilidade para até ao limite das suas competências e das suas capacidades não ferir os seus concidadãos, designadamente no que às suas expectativas de vida diz respeito.

Infelizmente não foi com essa conduta presente que aquando do debate do Programa do Governo, em dezembro passado, o Governo Regional dos Açores, pela voz do Sr. Secretário Regional das Finanças, anunciou a intenção de proceder à extinção de empresas públicas regionais, nomeadamente da Azorina, da SDEA e da Sinaga, pretendendo desta forma ir além da reestruturação do Setor Público Empresarial Regional concretizada em 2018 e 2020 que abrangeu cerca de duas dezenas de entidades e num processo em que a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e demais colaboradores dessas empresas foi uma prioridade devidamente salvaguardada.

Não obstante, a natural legitimidade de opção política tomada por este Governo para concretizar a extinção das empresas anunciadas, tal declaração não foi como devia acompanhada, ou até antecedida de qualquer garantia de salvaguarda do futuro dos trabalhadores das mesmas, tendo inclusive e como já era esperado, motivado uma enorme preocupação junto destes e das suas famílias que viram de um momento para o outro, e sem aviso prévio, o seu futuro laboral e contexto familiar posto em causa.

Não é aceitável que este assunto seja tratado com a leviandade com que o foi, quando o que está em casa são pessoas e famílias, açorianos, que diretamente

dão o melhor de si no desempenho das suas funções, em prol do desenvolvimento da nossa Região.

Não é aceitável que cidadãos saibam, em primeira mão, através dos órgãos de comunicação social que a empresa onde trabalham vai ser extinta, enquanto que não lhe são asseguradas garantias sobre o seu futuro. Trata-se de uma atuação que converge para o desenvolvimento de uma ação governativa arrogante e que contrasta drasticamente com a muitas vezes proclamada humildade democrática.

Perante esta atitude e tendo presente as preocupações manifestadas por diversos intervenientes, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no exercício das suas competências e com a responsabilidade de partido mais representado nesta Assembleia, entregou neste Parlamento um Projeto de Decreto Legislativo Regional que agora debatemos e que promove um quadro legal com vista a assegurar a manutenção do direito ao trabalho, através da respetiva integração nos quadros da administração pública regional, dos colaboradores das empresas regionais que venham a ser extintas.

Uma iniciativa de maior abrangência, que não incide apenas sobre as intenções agora anunciadas pelo Governo, mas que é mais ambicioso ao garantir a salvaguarda do futuro dos trabalhadores das demais empresas que possam vir a ser extintas, sejam quais forem as soluções do Governo que em cada momento as venham concretizar.

Com esta proposta os trabalhadores do Setor Público Empresarial Regional, independentemente da natureza do vínculo que possuam, têm assegurada a sua integração na administração pública logo que venham satisfazendo necessidades permanentes.

Para o Partido Socialista um quadro de reestruturação e/ou extinção de empresas a proteção dos trabalhadores é fundamental e não pode ser sinónimo de despedimentos ou de incertezas. O PS entende que esta é também uma

oportunidade para este Parlamento se pronunciar de forma clara a favor da proteção laboral destes açorianos e da garantia do seu direito ao trabalho no presente e no futuro.

Com esta proposta procuramos contribuir para a solução. Não nos limitamos a apontar a lacuna. No Governo ou na oposição o Partido Socialista pauta a sua atuação política pela coerência das ações, pela responsabilidade e sempre na defesa intransigente dos interesses e dos direitos dos nossos concidadãos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Bastos e Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O presente projeto prevê na sequência da extinção das empresas públicas regionais não só a integração dos trabalhadores detentores de contratos de trabalho, como também dos prestadores de serviço e ao abrigo dos programas socioprofissionais.

Ora, nas três empresas públicas a extinguir – a SDEA, a Sinaga e Azorina – não existem prestadores de serviço.

Acresce que tendo como referência o Decreto Legislativo Regional que regula a extinção da Saudaço e o Decreto Legislativo Regional que regula a extinção da

SPRHI e da SATA, SGPS, SA, iniciativas do então Governo socialista, verificasse naquela oportunidade apenas foi preconizada a integração dos trabalhadores, entre aspas, detentores de contrato de trabalho com a empresa, art.º 6 em ambos os diplomas.

Pretende-se agora que o XIII Governo faça o que o XII não fez no passado com a agravante de uma parte da situação não existir.

No caso da extinção da SDEA o respetivo diploma de extinção não previu a integração de prestadores de serviços, simplesmente porque a empresa não os tinha. O mesmo se seguirá na Sinaga.

No caso da Azorina, para além dos contratos de trabalho sem termo, os recursos humanos são constituídos por contratos de trabalho a termo certo, contratos a termo incerto no quadro dos vários projetos LIFE, um contrato em comissão de serviço, no âmbito do projeto LIFE IP NATURA, a que acrescem vários colaboradores ao abrigo do programa Estagiar L e T, assim como quatro dos programas CTT'S.

Também não existem prestadores de serviço.

Conclui-se, em primeiro lugar, que não é verdadeira a afirmação contida na exposição de motivos de que essa “extinção ao invés da prática anteriormente seguida, não veio acompanhada da garantia de salvaguardada dos postos de trabalho existentes, o mesmo é dizer que essa poderá levar a despedimentos generalizados.” Fim de citação.

Isso porque tal como é do conhecimento geral, a opção do Governo é a reintegração desses trabalhadores na esfera da administração pública regional, através da celebração de acordos de cedência e de interesse público, numa primeira fase, até à celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado na sequência dos respetivos concursos públicos que serão abertos e que serão previstos nos diplomas de extinção das empresas. Tudo isso em cumprimento da lei e dos compromissos assumidos por este Governo.

Não está, nem nunca estiveram em causa despedimentos, muito menos generalizados, mas antes a racionalização dos serviços públicos e da administração pública que passa pela extinção de serviços com funções sobrepostas, pela fusão ou integração de serviços e pela racionalização de efetivos, matéria constante do Programa do XIII Governo.

Em conclusão, entende-se que tendo em vista uma melhor prossecução do interesse público e estando garantida a integração dos recursos humanos atualmente pertencentes às empresas públicas objeto de extinção na Administração Pública Regional, o presente Projeto de Decreto Legislativo Regional não merece apreciação positiva por parte do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra, pelo PSD, a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Branco, isto de facto não há nada como passar à oposição 24 anos depois para começar a saber o que é a humildade democrática todos os dias, porque finalmente nós agora vemos um Partido Socialista preocupado com os trabalhadores das empresas públicas e pegando novamente no exemplo da extinção da SPRHI o que o anterior Governo apresentou neste Parlamento não foi o diploma final que dele saiu, porque em boa hora vários partidos introduziram várias propostas de alteração para que sim os direitos dos trabalhadores ficassem salvaguardados, porque não era isto que o Governo do Partido Socialista estava a fazer. Por isso, causa-me alguma estranheza, Sr. Deputado Tiago Branco, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Como é que votou o Partido Socialista na altura, Sra. Deputada?

A Oradora: ... quando começa a sua intervenção a dizer que “esta medida salvaguarda os direitos dos trabalhadores, exige-se aos governos no exercício das suas competências” e acabei de citá-lo na intervenção que fez na tribuna.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas de facto para que se perceba e de forma detalhada do que é que estamos a falar neste momento e já estando a decorrer alguns processos de extinção de empresas por parte do Governo Regional, como sendo a SDEA, que este sim teve desde o seu início plasmado a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, e sim, pegando como exemplo no diploma final da extinção da SPRHI com o contributo de todos os partidos neste Parlamento, mas o Partido Socialista, e para que se perceba muito bem e especialmente em detalhe o que vem aqui fazer, é tentar usar a centralidade do Parlamento, que obviamente é muito importante, como mais uma forma de fazer propaganda, porque o que Partido Socialista neste momento quer que se faça e está a propor é que o Governo dos Açores faça exatamente aquilo que já está a fazer para que depois o Partido Socialista possa dizer que o Governo dos Açores está a fazer, porque o Partido Socialista é que propôs.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Manuel Ramos (PS): Era o que os senhores faziam!

A Oradora: Acho que não é a forma de usar um instrumento que a todos nós deve ser muito caro, que é exatamente a centralidade do Parlamento, ainda como fez hoje de manhã o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que deu um contributo muito positivo na sua intervenção, mas de facto vir aqui propor que o Governo faça exatamente aquilo que já está a fazer não me parece um bom princípio.

De facto, para terminar, o que este Governo mais tem feito é uma racionalização da administração pública, sim, mas sempre com a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e nunca, mas nunca, à custa de despedimentos, porque este Governo, sim, tem consciência ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A gente vai saber!

A Oradora: ... que as famílias em casa muitas delas dependem de boas políticas públicas também na salvaguarda dos diplomas da extinção de empresas públicas.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Venho a debate porque daquilo que foi dito até agora não percebi muito bem qual é que é o problema de entender a proposta que aqui é trazida.

O Sr. Secretário Regional esqueceu-se de referir, quando diz que se aplicam, para além dos contratados a termo e que fazem parte dessas empresas, também há avançados, ou têm prestações de serviços e também estão em programas de inserção socioprofissional, a parte importante desta previsão legal, desde que satisfaçam necessidades permanentes. Essa é uma condição necessária e, portanto, não se opera automaticamente a qualquer uma das pessoas que se

encontram em qualquer uma dessas circunstâncias. Esse elemento é importante e diz o povo e bem “quem não deve, não teme”.

Acredito e percebo que o Governo está a agir em conformidade e a fazer o que pode e o melhor que sabe para salvaguardar o interesse dos trabalhadores destas empresas agora em causa, mas a verdade é que não podemos estar a legislar *à la carte*. Portanto, as normas devem ser tanto quanto possíveis gerais e abstratas para poderem abarcar todas as situações previsíveis de hoje para o futuro. O que se tenta precaver aqui é exatamente, para além desta situação, aquelas que no futuro se venham a concretizar. Portanto, dessa parte penso que fica mais ou menos esclarecida qual é a intenção do nosso diploma e, portanto, não há grande razão para muitas dúvidas.

Relativamente à Sra. Deputada Sabrina Furtado devo dizer que são várias as medidas de alteração que outros partidos apresentaram para melhorar a proposta, são as suas palavras relativamente ao diploma trazido anteriormente e a propósito da SPRHI. Isso é revelador de uma outra coisa. É revelador que a humildade democrática do Partido Socialista se afere pela capacidade de acolher medidas propostas por outros partidos na altura que vieram com uma intenção pertinente e racional introduzir alterações que foram acolhidas. Não mais do que isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, quando se aponta um dedo ao Partido Socialista, a Sra. Deputada devia ter a noção (devia, pelo menos, lembrar-se) que quando está a apontar um dedo ao Partido Socialista tem três a apontar para si.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta um Projeto de Decreto Legislativo Regional que pretende criar um regime jurídico que estabeleça de facto critérios uniformes quanto à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção.

De facto, não há qualquer problema e aqui já manifestámos a nossa concordância com o objetivo de criar um quadro legal que regule, neste caso, essencialmente as questões ligadas à integração dos trabalhadores na administração pública após extinção de empresas públicas sem prejuízo de no ato concreto que regula a extinção de uma determinada empresa possam ser melhoradas as condições que aqui, já mínimas, são propostas.

Obviamente que se pode apontar, como já foi feito (e essa crítica é legítima), que o Partido Socialista quando era Governo não tinha algumas das medidas que aqui propõe. É verdade e é uma crítica que julgo que é justa e que não podemos também deixar de assinalar. É certo e sabido que o Bloco de Esquerda, apesar de ter feito propostas de alteração, nomeadamente à extinção da SPRHI que já foi aqui referida, algumas delas aprovadas nomeadamente no que diz respeito à integração de trabalhadores a contrato a prazo, foi aprovada, mas ainda assim tínhamos discordâncias que devido ao não serem assegurados direitos adquiridos dos trabalhadores das empresas extintas. Porque quando se cria empresas deste tipo, muitas vezes por motivos, alguns certamente legítimos, outros com os quais não concordamos, dependendo dos casos como é óbvio, depois a resolução do problema não pode de forma alguma ter como penalizados e como únicos penalizados os trabalhadores e esse é um princípio do qual nós não abdicamos.

Esta proposta na sua generalidade tem a nossa concordância, pois cria exatamente isso, um quadro de previsibilidade, um patamar mínimo para a integração dos trabalhadores das empresas extintas.

No entanto, alguns dos aspetos mais importantes são deixados para a extinção propriamente dita das empresas, nomeadamente no que diz respeito à contabilização do tempo de desempenho de funções para efeitos de integração e as regras para também atribuição da posição remuneratória.

Ora, todos percebemos que estas matérias são da mais elevada importância e que, na nossa opinião, deve ficar claro na legislação que esta matéria deve ser alvo de negociação com as estruturas sindicais com os representantes dos trabalhadores, porque efetivamente é provável que assim seja, mas na nossa opinião deve a legislação já prever que esse processo deve, pelo menos, ter essa garantia de que existirá um processo de negociação coletiva com os trabalhadores.

É verdade que a legislação já poderia, esta proposta já poderia efetivamente prever como é que isso se faria, mas também não nos choca que possa ser feito e até é uma prática que sempre saudamos e que é fundamental, está prevista como é óbvio na lei também, a negociação coletiva durante previamente estes processos.

Por outro lado, também no diploma, no que diz respeito aos trabalhadores em programas socioprofissionais, os chamados programas ocupacionais e outros do mesmo tipo (estágios) e também os prestadores de serviço, fala-se em avaliação das necessidades permanentes. Ora, esse é um velho problema que também nos causa sempre algumas preocupações, porque a avaliação do que é uma necessidade permanente em cada um dos casos é uma avaliação que, na nossa opinião, não pode ficar apenas a cargo da administração pública ou do Governo, neste caso, porque essa avaliação sendo apenas feita por uma parte está sujeita a um critério que pode ser justo em alguns casos, como pode ser arbitrário e

injusto noutros casos e sem possibilidade de contraditório por parte dos trabalhadores.

Esta é uma matéria que mais uma vez nós consideramos que deve ficar clara, tal como já propusemos anteriormente no que diz respeito à integração de precários na administração pública que está uma vez mais no orçamento, que será publicado em breve, deve ser uma matéria que seja decidida através de uma comissão arbitral paritária entre o Governo, com membros em igual número do Governo, e dos sindicatos. Isto para que haja efetivamente uma decisão que não seja única e exclusivamente do Governo e em que os trabalhadores não são tidos nem achados e não têm uma palavra para contradizer, para dar a sua opinião e para demonstrar que aquele posto de trabalho é efetivamente uma necessidade permanente e não uma necessidade transitória.

Não vou adiantar o debate na especialidade, como é óbvio, mas estes são princípios dos quais nós não abdicamos e achamos que devem ficar considerados nesta legislação se chegar obviamente à especialidade.

Continuamos, obviamente, a considerar essencial, em suma, que não sejam, de forma alguma, os trabalhadores de qualquer uma das empresas a vir a ser extintas no futuro aquelas que já foram anunciadas, nomeadamente a Sinaga, a Azorina e a SDEA que já foi até extinta pelo Governo Regional, a pagar os eventuais erros do passado ou do presente. Tem que existir regras, por um lado claras e, por outro, regras que protejam os trabalhadores e os seus direitos que não podem ser de forma alguma postos em causa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: _

Temos aqui uma proposta política do Partido Socialista que alcançará um dos seguintes objetivos: a ser aprovada o Partido Socialista irá dizer que foi ele que garantiu a salvaguarda dos postos trabalho; sendo rejeitada apontará o dedo e dirá “aqueles ali são maus! Cuidado, os vossos postos de trabalho podem estar em perigo.” Portanto, estamos numa encruzilhada política.

Pois bem, este é o lugar onde se discute política e em relação a esta matéria, por exemplo, dos programas de inserção socioprofissional, a que se dá o nome vulgarmente programas ocupacionais, o Governo desta coligação e desta maioria parlamentar já demonstrou ter sentido de justiça, já fizemos justiça no passado mês, com a aprovação de normas no orçamento regional para inclusão nos quadros da função pública de muitas pessoas que exercem funções em programas de inserção socioprofissional e que ao longo de vários anos estiveram a satisfazer necessidades permanentes dos serviços públicos da função pública.

Deputada Andreia Costa (PS): E isso foi a primeira vez que aconteceu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (CDS-PP): Isso não é verdade! Acontece em todos os orçamentos!

O Orador: E que ao longo de vários anos foram mantidos numa situação precária milhares de jovens, alimentados pela expectativa de serem incluídos nos quadros das empresas públicas ou da função pública a seguir às próximas eleições.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Apoiado!

O Orador: Portanto, foi esta a gestão de recursos humanos que o Partido Socialista ao longo dos vários anos foi implementando nesta Região. Pois bem!

Deputado Manuel Ramos (PS): Não apoiado!

O Orador: A proposta que temos em apreciação pretende criar um regime jurídico para o futuro, não só para estas três empresas que foram já anunciadas a extinguir, mas para qualquer outra que venha a ser extinta e prevê que sejam incluídos nos quadros da função pública não só todos aqueles que sejam funcionários dessas empresas, que estejam nos quadros dessas empresas, mas também quem preste serviços, ou quem esteja ao abrigo de programas socioprofissionais.

Pois bem, acabei de demonstrar que em relação a essa matéria esta maioria sabe ser justa e sabe avaliar ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Desde que?

O Orador: ... e, portanto, cremos que não será necessário a criação de um regime jurídico que vá condicionar a atuação do Governo Regional retirando-lhe a capacidade de avaliação empresa a empresa das necessidades dos recursos humanos das empresas públicas a integrar.

Portanto, Srs. Deputados, eu sei que é incomodativo ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é a centralidade do Parlamento!

O Orador: ... sei que é incomodativa esta argumentação, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não incomoda nada!

O Orador: ... mas nós não acompanhamos a vossa proposta e, portanto, vamos votar contra a vossa proposta exatamente por isto, porque durante vários anos mantiveram muitas pessoas, milhares de jovens em situação precária e agora querem garantir a essa gente um emprego ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A essa gente!?

O Orador: Qual é o problema?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Acho que não é o termo adequado!

O Orador: Peço desculpa, Sr. Deputado!

A essas pessoas! Tem razão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, querem garantir a essas pessoas a garantia de um emprego fixo, coisa que não fizeram enquanto podiam fazer, enquanto Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Essa gente!

Deputada Andreia Costa (PS): Estes trabalhadores!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Vou falar em nome desta gente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Devo dizer que esta iniciativa do Partido Socialista é, em primeiro lugar, o reconhecimento das culpas que o Partido Socialista teve neste setor em relação a manter numa situação de precariedade trabalhadores que eram afinal necessários e que respondiam a necessidades permanentes. Porque senão veja-se: no âmbito do artigo 2.º, o n.º 2 diz o seguinte: “O presente diploma aplica-se

igualmente aos colaboradores que em regime de prestação de serviços que satisfaçam necessidades permanentes.”

Então, afinal se estes trabalhadores, se estes jovens satisfaziam necessidades permanentes porque é que não foram integrados nas respetivas empresas?

Vs. Exas. porque é que não o fizeram, porque é que prejudicaram durante tantos anos estes trabalhadores, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa é que é a verdade!

O Orador: ... que afinal respondiam a necessidades permanentes?

Este articulado reconhece que afinal se mantinham nesta situação de precariedade trabalhadores que correspondiam a necessidades permanentes e isso só por si classifica bem a vossa proposta, esta vossa proposta.

Deputada Andreia Costa (PS): Era uma norma definitiva!

O Orador: Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto que também considero que é crucial abordar neste debate é a questão também de diferenciar situações no âmbito do Setor Público Empresarial Regional. É porque as empresas têm obviamente situações muito diferentes, muito diferentes e muito específicas, até tendo em conta o setor de atividade e a atividade que lhes cabe desenvolver. Nesse sentido há obviamente diferenças muito significativas, diferenças tão significativas que Vs. Exas. (Sr. Deputado Vasco Cordeiro, por exemplo, quando foi Presidente do Governo) não sentiram necessidade (curiosamente também extinguiu uma série de empresas públicas) de normalizar, de criar um regime unificado em relação a esta matéria.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Porque é que V. Exa. não sentiu essa necessidade durante o seu consulado e sente agora quando já não desempenha funções?

É também uma contradição evidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Imagine lá porquê?!

O Orador: É evidente em relação ao desempenho de V. Exa..

Por isso, Sr. Deputado, não tendo V. Exma. sentido esta necessidade ou não tendo considerado que era justo considerar e colocar numa mesma situação empresas que são específicas e que obviamente existem situações diferentes, não tendo V. Exa. sentido essa necessidade, é estranho que sinta agora esta necessidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Portanto, com o que é que ficamos?

Ficamos então com a confissão, “Eu confesso”, é uma espécie de “Eu confesso”. “Confesso que mantinha trabalhadores em situação precária que respondiam a necessidades permanentes,” primeiro ponto.

Segundo ponto, eu considero, “também confesso, que fiz mal ao não ter criado uma legislação deste tipo para quando eu próprio,” V. Exa teve a oportunidade de extinguir várias empresas públicas e que não considerou que este guarda-chuva fosse aplicável no seu caso.

Por isso, esta é uma confissão, confissão em relação à precariedade, uma confissão também em relação à metodologia que foi aplicada por V. Exa. no âmbito da instituição que levou a cabo.

É por isso, com estes argumentos e outros que já foram, entretanto, avançados que o PPM votará contra esta iniciativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN acredita da redenção. Acredita na redenção! E obviamente que o PS na altura em que era Governo não havia necessidade, agora vê essa necessidade e nós temos que acreditar na redenção.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): É uma questão de fé!

O Orador: Da mesma forma que também acreditamos que, se calhar, não é usar o argumento para dizer à partida “Ok, o Governo atual já está a fazer isso”, então meus senhores, se já está a fazer este decreto não vai pesar nada a não ser que supostamente o Sr. Representante da República vá vetar. Senão vetar, isto não pesa absolutamente nada. Então, não vejo à partida, se concordam com a ideia basilar relativamente aos nossos trabalhadores açorianos e à sua reintegração, qual será o problema dos partidos da coligação em votar contra um decreto que supostamente vem de uma redenção do próprio Grupo Parlamentar do PS.

Só temos é que votar favoravelmente para todos os nossos trabalhadores numa reintegração obviamente na função pública.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A administração pública regional não poderá, nem deverá ser uma espécie de comboio onde se vão acoplando carruagens atrás de carruagens para caber todas

as pessoas a quem 24 anos de poder fizeram promessas. Não pode! Não pode, nem deve!

Não pode, porque realmente as promessas que foram feitas pelo Partido Socialista ele é que as deveria ter cumprido; e não deve – dizia eu – porque para lá das promessas do Partido Socialista feitas a várias pessoas, existem pessoas a quem nunca foram feitas promessas, porque essas pessoas nunca tiveram proximidades ao Partido Socialista e essas pessoas hoje, alguns não queriam melhorar o seu emprego, até queriam era ter uma oportunidade de emprego. Essas pessoas hoje não têm emprego porque a economia regional não permite, não tem dimensão, não tem capacidade para criar emprego para todas essas pessoas e essas mesmas pessoas hoje estão atentas àquilo que são os atos de governação deste Governo no sentido de perceber se nas suas dificuldades as pessoas vão ser acudidas por esse mesmo Governo que, lá está, acoplando carruagem atrás de carruagem pode e condicionará com certeza a capacidade deste Governo de acudir às necessidades daquelas pessoas a quem nunca foram feitas promessas. Este para mim é o ónus da questão.

Este Governo obviamente terá que integrar todas as pessoas oriundas dessas empresas do setor regional público, mas apenas e só aquelas que são necessárias para o prosseguimento dos serviços que vão ser internalizados.

Deputado João Vasco Costa (PS): É o que diz o diploma!

O Orador: Tudo o resto lamentavelmente não poderá acontecer, porque obviamente se acontecesse estamos a condicionar o normal funcionamento de uma sociedade e, eu como liberal que também sou, acho que não poderão de forma nenhuma ser proporcionados direitos extraordinários a determinadas pessoas, retirando a capacidade da nossa economia de poder no fundo acudir a todas as pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, do PSD, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito sobre esta iniciativa legislativa do Partido Socialista, mas haverá lugar para dizer ainda mais alguma coisa.

Começarei exatamente por referir que este é um dos casos em que o criador se arrepende das criaturas, ou seja, quem durante sucessivos anos de governação com maioria absoluta fez proliferar empresas de natureza pública como se de cogumelos se tratassem, é a mesma entidade que hoje invoca o seu passado recente para nos dar conta de que no triénio de 2018 a 2020 conseguiu extinguir cerca de duas dezenas de entidades de natureza vária, incluindo as de natureza associativa, como se isso fosse uma virtude, como se tivesse sido alheia à criação, senão da totalidade, seguramente da maioria dessas entidades. Entidades que na maioria dos casos duplicavam tarefas, exerciam funções, asseguravam serviços, que tradicionalmente e na sua natureza intrínseca deveriam estar na administração pública e que poucas virtudes mais tiveram do que dar guarida a um conjunto de nomeações, em cujas administrações estiveram fiéis militantes e seguidores de um regime que nos antecedeu durante 24 anos ...

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era preciso era ter cartão!

O Orador: ... com um custo anual para o tesouro público regional de cerca de um milhão e 400 mil euros, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso era no seu tempo, quando era secretário!

O Orador: ... que contrastava com rendimentos baixos dos trabalhadores, mais do que isso, além de rendimentos baixos, a que acrescia a precariedade de muitos e muitos colaboradores dessas empresas, como de resto o Partido

Socialista reconhece e já aqui foi dito por oradores que me antecederam numa autêntica confissão ...

Deputado Manuel Ramos (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... dando conta de que existiam e existem nessas empresas, e elas não foram criadas pelo Governo da atual maioria, trabalhadores que asseguravam necessidades permanentes.

Os direitos dos trabalhadores, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso! Onde estão os direitos?

O Orador: ... como já foi demonstrado nos processos que estão em curso, estão devidamente acautelados, como não podia deixar de ser, por um Governo suportado por partidos que têm na sua matriz ideológica a defesa dos direitos dos trabalhadores, a defesa do social.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Naturalmente que isso está assegurado. Já fomos além disso, ou seja, além daquilo que nos obrigamos por intermédio nomeadamente do decreto legislativo que faz a extinção, por exemplo, da SDEA, esta maioria já tratou de reduzir a precariedade daqueles que nessa situação estavam há muito tempo, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: ... como foi por exemplo o caso dos professores, como será o caso de muitos outros colaboradores da administração pública regional na decorrência daquilo que foi uma disposição incluída no orçamento que em breve vigorará e, portanto, já mesmo nesses casos nós asseguramos aquilo que efetivamente corresponde ao princípio que defendemos que é de reduzir a precariedade, dar condições de mais dignidade aos trabalhadores, sejam eles da administração direta ou indireta da Região.

Portanto, para futuro naturalmente que o compromisso se mantém, porque quem já fez o que não era obrigado, certamente fará no futuro aquilo a que estará obrigado em diploma que cada vez que se tratar de extinguir uma

entidade dessas públicas naturalmente virá à apreciação e deliberação deste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Grande racionalidade essa!

O Orador: Queria terminar dizendo mais alguma coisa sobre a iniciativa do Partido Socialista, quando o próprio Partido Socialista, como autor da iniciativa, mas também o Sr. Deputado do PAN, questionam se já está a ser feito, porque é que não se há de fazer em diploma, eu diria que sendo das letras atrevo-me a fazer uma breve constatação da área da matemática que isto seria o elemento neutro da multiplicação. Portanto, não acrescenta nada ao que já está.

Termino, dizendo que o PS como se viu, confessa, faz a confissão do seu pecado de ter mantido dezenas e dezenas de colaboradores destas empresas em precaridade ao longo de muito tempo, não vindo aí mal nenhum ao mundo, porque a confissão e o arrependimento são o primeiro passo para se entrar no bom caminho, mas tenha pena ou há de condescender o Partido Socialista que dessa confissão resulta uma penitência e não peça a esta maioria para a cumprir. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada do Partido Socialista, Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sra. Deputada Sabrina Furtado, humildade democrática é a que nós tivemos quando precisamente aceitámos como para o caso do Projeto de Decreto Legislativo Regional para a extinção da SPRHI, como muitos outros diplomas, os contributos de todos aqueles que têm assento nesta Assembleia.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

A Oradora: É com a mesma humildade democrática que, apesar de termos sido o partido mais votado nas últimas eleições e sermos o maior grupo parlamentar nesta Assembleia, continuamos a propor, a chamar a atenção, a criticar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Daquilo que não fizeram!

A Oradora: Aquilo que os senhores talvez queriam é que nós nos sentássemos aqui, quietos, calados, para não interferir naquilo que é a vossa atuação. Isso não faremos! Nem hoje, nem até ao final desta legislatura.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

A Oradora: Este diploma, Sra. Deputada, prevê ser um regime jurídico e não específico efetivamente para cada situação.

Pretende dar estabilidade aos recursos humanos, previsibilidade e criar situações semelhantes para todas as empresas públicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aquilo que os senhores não fizeram!

A Oradora: Contou, como a senhora bem sabe, com o apoio de todos os sindicatos que foram ouvidos em sede de comissão. Por isso, não temos dúvidas que este é um bom regime jurídico.

Sr. Deputado Pedro Pinto, não concordo quando diz que este diploma limita a ação do Governo. Muito pelo contrário! Este diploma prevê que a sua regulamentação seja feita pelo Governo nos termos que achar melhor adequados. Portanto, também tivemos em consideração esta preocupação.

Agora, vir falar de casos concretos quando, como eu já pude dizer, este é um diploma que se quer genérico e com normas gerais e abstratas também não posso concordar. Nós quando prevemos a integração de pessoas em programas

ocupacionais não estamos a nos referir à empresa *a*, *b* ou *c*. Estamo-nos a referir àquelas empresas que têm este tipo de pessoas a cumprir com necessidades permanentes nas empresas. Portanto, não vamos aqui confundir os termos.

A verdade é que, Sr. Secretário Regional, quando diz e também reiterou que nós estávamos a fazer um diploma que tem em conta prestadores de serviços ... Nós temos que ter isso em consideração, porque há empresas que os têm a trabalhar e a colaborar com elas. Portanto, sendo este um regime jurídico obviamente que tem de ter em consideração todos os casos.

Depois também não posso partilhar consigo quando vem referir que nós tentámos alarmar com a questão que o Governo ia fazer despedimentos generalizados. Vamos lá ver uma coisa: o Sr. Deputado Alonso Miguel na apresentação do programa do Governo a 4 de novembro disse e vou citar: “É com este fundamento que procederemos à extinção da Azorina através de um processo de internalização das suas atribuições no âmbito da Secretaria Regional com quem partilha na íntegra as mesmas competências, bem como garantiremos a consequente integração de todos os seus recursos humanos.” Quem disse isso foi o Sr. Secretário Regional, mas a verdade é que a 5 de janeiro, dois meses depois, o Sr. Secretário Regional disse e passo a citar numa notícia do *Açoriano Oriental* que não foi desmentida: “Não haverá alteração de vínculos. Quem está nos quadros da Azorina, ficará nos quadros da tutela, em relação aos restantes vínculos laborais terá de ser feita uma reavaliação das necessidades permanentes e poderá verificar-se se serão integrados ou não.” Quem lançou o alarme foi o Sr. Secretário Regional, não fomos nós ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

... e a nossa preocupação foi exatamente nesse sentido. Perante o anúncio público, inequívoco de que poderiam haver despedimentos, o Partido Socialista

chegou-se à frente e apresentou um diploma precisamente para evitar esta situação, indo ao encontro das expectativas dos sindicatos que também vieram a terreiro criticar esta postura do Governo, como também veio ao encontro daquelas que eram as preocupações dos próprios funcionários das empresas cuja extinção estava aqui em causa.

Portanto, aquilo que nós não conseguimos compreender ...

Sras. e Srs. Deputados!

É um velho hábito!

Aquilo que nós não podemos aceitar é que agora nos venham acusar de arrogância, de prepotência, quando efetivamente aquilo que hoje os partidos que apoiam este Governo o que querem efetivamente esconder é que nestes poucos mais de seis meses de governação aumentou o desemprego, ...

Vozes de alguns Deputados do PSD: Não é verdade!

A Oradora: ... aumentou o número de pessoas em programas ocupacionais e aquilo que está aqui em causa é a defesa deste que é o maior Governo da história da autonomia repleto de nomeações, ou agora como querem dar o novo nome de avenças políticas, cujas verbas que são utilizadas para este tipo de despesa poderiam estar a ser gastas efetivamente para resolver os problemas dos açorianos, das famílias, das empresas e das nossas associações.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas palavras da Sra. Deputada Ana Luís o PS chegou-se à frente. Foram as palavras da Sra. Deputada Ana Luís. O PS chegou-se à frente. Foram exatamente essas as palavras. Chegou-se à frente para resolver um problema que deixou.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Que criou!

O Orador: Que deixou, Sra. Deputada! Que deixou!

O que é pena é que foi preciso chegarmos ao ponto de extinguir empresas do Setor Público Empresarial Regional para descobrirmos que havia trabalhadores em regime de contratação a empresas de trabalho temporário a resolver necessidades permanentes dessas empresas do Setor Público Empresarial Regional há muitos anos. E são esses que o Partido Socialista no passado não integrou e agora quer que se integre.

Espero que resolvam! Espero que o Partido Social Democrata, o CDS, o PPM e a coligação do Governo resolvam esse problema das pessoas, por razões muito simples. É que ainda existem nas empresas públicas que não vão ser extintas e algumas que nunca vão ser extintas trabalhadores nessas circunstâncias.

Deputado João Vasco Costa (PS): Fizeram! O senhor sabe que fizemos! Fizemos ao longo dos anos!

O Orador: Eu nem sequer vou dizer, mas há trabalhadores nessas circunstâncias há mais de 20 anos, Sra. Deputada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Isto é que é alarmante! Há mais de 20 anos já governava o Partido Socialista.

Há mais de 20 anos que há pessoas, as mesmas pessoas, que mal conhecem os seus patrões, recebem ordens diretamente dos seus chefes nas empresas públicas onde trabalham e não foram ainda integrados. Já deviam ter sido há anos, porque há anos que a própria lei natural obriga que isto seja feito, Sra. Deputada.

Esta é que é a questão! É que os senhores não fizeram, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Fizemos!

O Orador: ... criaram um problema e querem agora resolver de um dia para o outro com um decreto que nem sequer resolve o problema da maior parte das pessoas. Só aquelas que têm vínculo com entidades externas, que prestam serviços a uma entidade externa ficticiamente, mas que na verdade estão resolvendo necessidades permanentes nas empresas públicas. E este é que é o problema, Sra. Deputada! São centenas por esses Açores fora.

Deputada Ana Luís (PS): Olhe que não!

O Orador: Eu nem sequer vou aqui fazer aquela conversa que já fiz uma vez ao Sr. Deputado Miguel Costa. O senhor sabe que eu sei, o senhor sabe aquilo que eu sei, porque a bom da verdade o Sr. Deputado Miguel Costa noutras funções até tentou resolver uma parte desse problema quando foi confrontado com ele, nomeadamente pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez para tentar perceber e tentar também dissertar um pouco sobre os motivos (e tendo já todas as bancadas falado) pelos quais essa proposta vai ser rejeitada.

As bancadas à direita não aprovarão esta proposta devido a um problema concreto, que é o problemas dos trabalhadores precários das empresas públicas, porque em todo o resto, ou em quase tudo, nos outros aspetos desta proposta ela em pouco difere do que foi apresentado já por este Governo no que diz respeito à SDEA, ou seja, o problema que aqui está de fundo é no que diz respeito aos trabalhadores precários, sejam aqueles ao abrigo de contrato de prestação (o

vulgo recibo verde), seja os trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais. Este é que é o problema de fundo, porque em tudo o resto a diferença é manifestamente pouca.

Este Governo que tem muitas vezes dito que quer efetivamente combater a precariedade, o que está dizer ao não concordar com estas questões, com estes artigos relativos à precariedade é que a solução que o Governo apresenta para a precariedade é mandar os trabalhadores para o desemprego, é mandar os trabalhadores para a rua. Assim, se resolve a precariedade porque deixam efetivamente de ser precários, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Deve ser o Sr. Arnaldo Machado!

O Orador: ... passam à situação de maior precariedade que existe, que é a situação de desemprego. É este o motivo pelo qual esta proposta vai ser rejeitada, a não ser que seja por algum tipo de sectarismo, que não acredito. O motivo é não quererem integrar os trabalhadores precários nas empresas que venham a extinguir. Esse é o verdadeiro motivo.

Numa das intervenções falou-se nos custos das empresas públicas, das suas administrações e temos ouvido também membros do Governo, nomeadamente o Sr. Secretário, falar também desses custos e na questão da extinção da SDEA também foi referido.

Seria interessante, no entanto, já que os custos são importantes, que os custos da extinção das empresas não caíam sobre os mesmos de sempre. Neste caso, já sabemos que para este Governo serão os precários a pagar partes destes custos.

Em segundo lugar, seria interessante perceber, já que se criticaram os salários dos administradores que estavam anteriormente nas empresas públicas, quais são os salários dos administradores das empresas públicas nomeados por este Governo.

No outro dia vi um novo administrador que vai receber um salário de 5.600 euros por mês. Qual é a diferença relativamente aos administradores das empresas anteriores, do anterior Governo?

Pior! Neste caso, este Presidente do Conselho de Administração vai presidir a um conselho de administração, cujo presidente anteriormente era administrador executivo da GlobalEDA, - e desminta-me se estiver errado, tendo em conta as informações que são públicas no *Jornal Oficial* e no site da EDA ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Bastos e Silva*): Deve ser o Sr. Arnaldo Machado!

O Orador: ... – esse administração da GlobalEda anteriormente era o administração executivo da EDA, agora já não é, vai ter a GlobalEda um presidente que não acumula e, portanto, vai haver mais um salário a pagar para um conselho de administração.

Se estiver errado, Sr. Secretário, desminta-me, porque essa informação não está – como direi – totalmente clara, mas é aquilo que se depreende relativamente à informação que é pública.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Bastos e Silva*): O senhor é que tem de dizer ao que é que vem!

O Orador: Por isso, seria interessante também perceber quais são esses novos salários que os administradores nomeados pelo Governo da coligação está a introduzir. Também seria interessante perceber qual é o custo daquela afirmação que foi sonante do Sr. Secretário Regional da Saúde, que aqui não está, mas que julgo que tem também marcado a prática deste Governo, que é que o presidente dos conselhos de administração tem de existir uma lealdade e confiança política.

Seria importante perceber quanto é que custaram as indemnizações a todos os administradores exonerados por este Governo, porque elas foram devidas e foram pagas e seria muito interessante saber quanto é que custaram essas

exonerações, porque preocupações com os custos temos todos, por isso, a bem da transparência seria muito importante perceber quanto é que isso custou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Este debate e quem está a ouvir este debate ficou ouvindo alguns Srs. Deputados com algumas ideias que não correspondem em nada à realidade.

Vamos aos factos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A realidade sobre os juros de mora!

O Orador: Disseram alguns Srs. Deputados que era agora que íamos combater a precariedade, que íamos assegurar a integração e a estabilidade dos funcionários públicos e que estavam há muitos anos em contrato, em prestação de serviços e em programas ocupacionais.

É bom dizer, em nome da verdade, que em 2020 com o orçamento da Região e em anos anteriores aquilo que está incluído no orçamento de 2021, estava incluído no orçamento de 2020 e esteve incluído nos orçamentos dos anos anteriores. Portanto, o combate à precariedade, a aposta na estabilidade e na integração dos funcionários públicos nos mesmos termos que agora é promovida não é uma medida de agora, é uma medida inovadora, iniciada pelo Governo anterior, mantida pelo Governo anterior, repetida pelo Governo anterior e aprovada inclusive, alargando aos programas ocupacionais na primeira revisão do orçamento de 2020.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Não vale a pena tentar reescrever a história. Essencialmente eu acho que os senhores terão os méritos daquilo que irão fazer, mas não assumam méritos de fazer aquilo que já era feito e que apenas fizeram e bem em continuar com o que já era feito, assumindo como novo, assumindo como inovador aquilo que é uma política e bem de continuidade ao que estava feito. E isto, é sim, um princípio de humildade, porquê quem procura assumir como novo e assumir uma nova realidade e uma nova atitude que não é mera repetição de legislação que já existia não está a valorizar o debate desta Assembleia e não está a valorizar a sua própria posição como uma oposição construtiva.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então para que é esta proposta?

O Orador: Por isso, ao contrário do que foi aqui dito, não foram os senhores que vieram aqui tentar integrar trabalhadores que estavam há muito anos em precariedade, porque é bom lembrar que a legislação aprovada pelo anterior Governo em janeiro de 2020 integrava todos aqueles que estavam em contrato há pelos menos dois anos, ou que estavam em programas ocupacionais, ou contratos de prestação de serviço há três anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: É verdade!

O Orador: Por isso, não há nenhum trabalhador que estivesse nessa situação que não tenha sido integrado em 2020. Essa teoria que tentam aqui defender para quem está a ouvir e não conhece a realidade não corresponde em nada à realidade.

E vamos àquilo que é essencial, a uma segunda contradição. Porque é bom assumir as próprias contradições e tivemos aqui uma contradição absoluta entre aquilo que disse e bem o Governo e aquilo que disseram alguns deputados de três partidos que compõem o Governo.

O Sr. Secretário disse que nas três empresas que pretendiam extinguir não havia trabalhadores em prestação de serviço, não havia trabalhadores em contrato e por isso, achava na sua opinião, que esta iniciativa legislativa não tinha sentido.

Os Srs. Deputados que intervieram do PPM, do PP e do PSD vieram dizer que o que queriam com esta proposta era resolver problemas que não tinham resolvido.

Então, em que é que ficamos?

Os senhores disseram uma coisa e disseram exatamente o seu contrário.

O que ficou aqui demonstrado é que esta proposta não visa resolver situações de precariedade que existam, porque como foi assumido ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então a proposta não serve para nada!

O Orador: ... nestas empresas que estão extintas não há situações de precariedade. O que fica aqui é uma iniciativa e um princípio legislativo para o futuro ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM: Ah!

O Orador: ... que assegura estabilidade, que assegura orientação e que é um princípio geral que deve ficar.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, há duas coisas que concluímos também deste debate. A primeira é que afinal a preocupação com a integração, a preocupação com o combate à precariedade não se iniciou agora. Em segundo, é que estas três empresas que vão ser extintas não tinham, nenhuma delas, trabalhadores em recibo verde, nem tinham trabalhadores em programas ocupacionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Retire a proposta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então para que é esta proposta?

Deputada Andreia Costa (PS): Escutem!

O Orador: É esta a realidade também deste debate e, por isso, termino como comecei: ...

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Pedro do Nascimento Cabral (PSD):
Então retire a proposta!

O Orador: ... um princípio de construirmos um futuro melhor para a nossa Região é assentarmos a nossa ação naquilo que fazemos e não a desmerecer aquilo que os outros fizeram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Diz a Sra. Deputada Ana Luíis que se chegou à frente. Ela que tantas vezes se chegou atrás, mas devo dizer o seguinte e ouvindo também agora a intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ávila. Isto não é chegar-se à frente, isto é uma invasão de campo, porque Vs. Exas. em relação à precariedade mantiveram um enorme conjunto de situações não só nas empresas públicas, como no âmbito da administração regional que não resolveram e nós estamos a resolver. Vs. Exas. agora chegam-se à frente, aparecem no campo, deixaram o jogo a perder por 5-0 e nós estamos a ganhar por 6-5 e os senhores entram, fazem uma invasão de campo, tocam na bola e dizem “Fomos nós que ganhámos”.

Deputado João Vasco Costa (PS): Por mais que grite não é verdade!

O Orador: Foram Vs. Exas. que nos deixaram na situação de precariedade muitos e muitos trabalhadores e vem agora o Sr. Deputado Sérgio Ávila numa contradição gritante dizer o seguinte. Diz o Sr. Deputado Sérgio Ávila: “Afinal o que nós estamos a propor não se aplica, porque não existe gente a desempenhar funções, necessidades permanentes.”

Então o que lhe digo é se é assim retire a proposta, se reconhece a sua inutilidade retire a proposta.

Depois, V. Exa. que esteve tantos anos à frente do Governo ... à frente não... lado a lado, um pouco atrás do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. É mesmo um lapso! Não quis ser maldoso!

Agora é que esta preocupação lhe surgiu Sr. Deputado, a si e ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Foi assim uma coisa que surgiu do acaso, do dia para a noite ou tem a ver com responsabilidades que Vs. Exas. deixaram no âmbito da administração pública e também no Setor Público Empresarial?

Vs. Exas. o que têm que fazer é assumir as vossas responsabilidades, chegar-se à frente nesse sentido, de assumir aquelas que são as vossas responsabilidades e que nós agora estamos a resolver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, do Partido Socialista, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor corre o risco de apanhar um jeito na coluna. Veja lá! Ainda lhe dá um entorse!

Gostaria só de contribuir para este debate fazendo duas ou três referências que me parecem adequadas nesta fase da discussão desta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que ele me faz lembrar uma fábula de La Fontaine, *O lobo e o cordeiro*. Neste caso eu sou o cordeiro.

E então para quem não se recorda da fábula havia um lobo que estava a beber num riacho mais acima de um cordeiro. Às tantas vira-se para o cordeiro e diz-lhe assim:

- Ah, estás a prejudicar e a sujar a água que eu estou a beber!

E o cordeiro responde-lhe:

- Mas eu estou mais abaixo. Não é possível eu estar a sujar a água.

- Então se não foste tu, foi teu pai!

É essa, no fundo, a moral deste debate. Não interessa porquê, não interessa como, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca ouvi esta fábula!

O Orador: O senhor é um homem culto, mas pelos vistos ainda precisa de se cultivar mais.

... interessa é votar contra e se não é por causa daquilo que está em discussão, é por causa daquilo que aconteceu antes.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, aquilo que está em causa neste momento e aquilo que essa proposta ou projeto de decreto legislativo regional traduz é, conforme já foi referido pelo Sr. Deputado Sérgio Ávila e pela Sra. Deputada Ana Luís, a coerência do Partido Socialista hoje com os instrumentos que tem à sua disposição, com aquilo que enquanto Governo e com os instrumentos que tinha à sua disposição fez. E sobre isso não há mínima dúvida. Basta confrontar o orçamento de 2021 com o orçamento de 2020, por exemplo, para perceber que aquilo em que se encora a grande promessa do atual Governo de lutar contra a precariedade afinal mais não é do que é a cópia e a repetição daquilo que já vez detrás. Perdão: a cópia e a repetição, não! Porque há alguns

trabalhadores que foram excluídos, nomeadamente aqueles que eram dos programas ocupacionais dos hospitais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Em terceiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que não vê qualquer utilidade nesta iniciativa, porque efetivamente entende que a iniciativa não tem substância concreta.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, melhor comprovativo de que esta é uma lei geral e abstrata não poderia existir, porque efetivamente ela dirige-se para fixar (no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista) uma norma, um procedimento e a regra na Região Autónoma dos Açores em relação àquilo que venha a acontecer em termos da extinção de empresas públicas.

Deputado João Vasco Costa (PS): E é assim que deve ser!

O Orador: Há uma última questão nessa componente. Ouvi vários Srs. Deputados intervirem e dizerem: “Ou falta, ou não falta, ou precisamos...”.

Bom, mas então se assim é, é possível apresentar propostas de alteração até ao termo do debate. Se o problema não é de discordância com os princípios, mas sim com falhas dessa formulação, pois muito bem, avancem as propostas de alteração e cá estaremos para ajuizá-las.

Por último, eu gostaria de tocar num assunto e tocar apenas, mas estou disponível para aprofundá-lo se assim entenderem que foi referido pelo Sr. Deputado Joaquim Machado e julgo que também foi referido por outros Srs. Deputados que tem a ver com os salários das empresas públicas.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Gostava só de vos dizer o seguinte. O salário definido pelo Governo Regional do Partido Socialista para qualquer uma das empresas públicas que os senhores decidiram manter, à exceção da EDA e da Sata (por motivos que me parecem óbvios) é inferior, e os seus administradores têm menos benesses, do que algumas das entidades que Vs. Exas. já nomearam.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

O Orador: E um exemplo concreto é a célebre Comissão de Luta contra a Pandemia.

A Comissão de Luta contra a Pandemia gasta mais em remunerações ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E muito bem!

O Orador: ... do que qualquer uma das empresas públicas, à exceção da EDA e da Sata, cujos salários foram definidos pelo Governo do Partido Socialista e que os senhores decidiram manter.

Muito bem! Estão vamos discutir também essa parte. Vamos discutir, por exemplo, por razão é que há atribuição de direitos à habitação, porque razão é que há um conjunto de outras benesses recentes ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos ver o Cordeiro de manhã e o Cordeiro da tarde!

O Orador: ... que não fazem qualquer sentido.

Os senhores querem criar a ideia de que ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Já termino mesmo, Sr. Presidente.

... antes os governos do Partido Socialista pagavam balúrdios à entidades que nomeavam.

A vossa prática desmente completamente essa afirmação.

Os senhores, com toda a legitimidade porque são Governo, mas gastam mais em remunerações e em outras benesses de cariz concreto para nomeados politicamente do que alguma vez gastaram os Governos do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos ver o Cordeiro da manhã e o Cordeiro da tarde!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu já estive aqui à procura. Não conheço esse fábula, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Acho que acabou de a inventar!

Mas devo-lhe dizer que conheço outra fábula. Conhecem a fábula do Pedro e do lobo?

E essa fábula foi a que o povo açoriano lhe foi dizendo: “Olhe, não continue por esse caminho! Tenha mais humildade. Deixe a arrogância!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: A fábula não diz isso!

O Orador: Deixe a prepotência! Foi sendo avisado, avisado, avisado!”

Ouçã, eu estou a adaptar a fábula e o que é que aconteceu?

Vieram as eleições e o lobo comeu, Sr. Deputado. O lobo comeu, Sr. Deputado. V. Exa. não ouviu os avisos repetidos em relação aos vícios do Governo que V. Exa. liderava.

Quero dizer-lhe o seguinte: V. Exa. diz que os senhores têm muito mais despesa com nomeações do que nós alguma vez tivemos. Não! Isso é falso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah, isso é que é verdade!

O Orador: Digo-lhe uma coisa: os recibos verdes por Vs. Exas. eram nomeações políticas, porque se eram de facto necessidades permanentes então Vs. Exas. abriam concurso, as pessoas concorriam em igualdade de oportunidades e ficava aquele que era mais qualificado e o que os senhores fizeram foi abrir recibos verdes e colocar e escolher a dedo as pessoas que colocavam na administração e nas empresas públicas regionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Faça as contas!

Depois era também um trampolim para entrarem sem concurso na administração pública regional. O que eu lhe quero dizer é que essas práticas têm que ser alteradas e nós ainda estamos a pagar com essa herança que Vs. Exas. deixaram. Agora façam as contas desse tipo de nomeações políticas que estavam escondidas, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para lá vamos!

O Orador: ... que eram subterrâneas, faça as contas e vai verificar que as nomeações políticas e a despesa que as mesmas significavam eram incrivelmente altas e que nada têm a ver com o que Governo Regional está a fazer atualmente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: Devo também dizer-lhe, Sr. Deputado, V. Exa. extinguiu muitas empresas do Setor Público Empresarial Regional e porque é que não se lembrou de criar esta legislação universal?

Porque é que V. Exa. não o fez?

Lembro-me em debates que tive com V. Exa a dizer, V. Exa. disse, que cada caso é um caso e agora V. Exa. quer criar uma legislação que não atende à especificidade de cada empresa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: V. Exa. se estivesse agora, não desse lado, mas deste lado, diria que este tipo de iniciativa não faz nenhum sentido. Que não faz nenhum sentido!

Eu tenho a certeza absoluta que o diria!

Aliás, como é que teve agora essa ideia brilhante?

Como é que não se lembrou antes?

Como é que não se lembrou o ano passado?

Há 2 anos?

Há 3 anos?

Há 4 anos

Deputado Tiago Branco (PS): O senhor vai votar contra só porque não nos lembrámos antes?!

O Orador: Há 5 anos?

Há 6 anos?

Como é que V. Exa não teve essa ideia há mais tempo?

Devo dizer também, Sr. Presidente, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão termine a sua intervenção. Falta-lhe pouco tempo.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente, mas o que é importante é que se respeite aqui nesta Assembleia. Não interrompi nunca nenhuma intervenção do Partido Socialista. Nunca nesta sessão.

Anteriormente cometi uns pecadinhos, mas não é o caso desta. Ultimamente nesta legislatura.

Devo dizer para terminar esta minha intervenção é que Vs. Exas. não conseguem explicar o inexplicável. Dizia o Sr. Deputado Sérgio Ávila: “Bem, mas afinal esta legislação nós não temos ninguém nessa situação.”

Então se não têm ninguém nessa situação, porque é que apresentam o diploma? Porque é que apresentam o diploma para uma situação concreta, que Vs. Exas. fazem referência?

Portanto, a vossa proposta não tem “nem pés, nem cabeça”, não faz sentido e mais! Não tem nada a haver com a vossa prática anterior ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é que era bom!

O Orador: ... e não garante nada.

Se há uma inversão de rumo também nesta matéria, de acabar com a precariedade de muitos trabalhadores no âmbito da administração regional e também no âmbito do Setor Público Empresarial Regional quem está a fazê-lo somos nós e estamos a fazê-lo com êxito e com justiça.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve, porque é recorrente esta forma de fazer um ataque à saúde e à comissão da pandemia com os valores. São bastas as vezes que em surdina, por escrito e também aqui em apartes essa questão é colocada.

Desta vez foi assumida pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Deputado Vasco Cordeiro. Só para dizer e para que fique claro que esta comissão não é realmente um custo para a Região, é um investimento na saúde dos açorianos e na salvação da pandemia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Não fossem eles com o seu trabalho árduo e permanente não seriam estes os resultados.

Deputado Francisco César (PS): Que façam recomendações para São Miguel!

O Orador: Não fossem eles com o seu trabalho, outros seriam certamente os resultados, para mal da saúde e da vida dos açorianos.

Devo dizer que conforme está estabelecido o valor da remuneração é equiparado a diretor regional e subdiretor regional. Não é nada disto que os senhores têm dito e como bem sabem todos – e os açorianos também sabem – que qualquer um médico que tenha o sucesso que, por exemplo, o Dr. Gustavo Tato Borges tem até em termos internacionais, quais são os vencimentos.

Seguramente muito superiores àqueles que são os vencimentos dos diretores regionais e, por isso, muitos médicos não vêm para vida pública, porque recebem muito mais na sua vida como médicos do que na vida pública.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Mas já que estamos a falar em saúde e em custos com a pandemia, devo dizer que só com um parecer jurídico (um parecer jurídico!) sobre o *habeas corpus* o Governo que o senhor presidiu gastou 23 mil e 600 euros;...

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Que vergonha!

O Orador: ... só com honorários no âmbito destes processos da pandemia o seu Governo gastou 35 mil euros; pergunto: 58,600 para casos perdidos e no combate que os senhores escolheram fazer à pandemia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Tudo isto, sem falar nos 3 milhões de euros de máscaras que os senhores pagaram adiantado. Quem é que paga 3 milhões de euros adiantado para máscaras que não serviram de nada e estão fechadas num armazém. É esta a diferença entre este Governo e esse Governo no combate à pandemia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados!

Permitam-me que continue. Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral tem a palavra, faça favor.

Peço desculpa, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não tinha me apercebido. Para uma interpelação tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já esgotou o seu tempo? É a pergunta.

Presidente: Já, sim senhor. Já esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Uma vez que estamos aqui a falar de fábulas e já foram referidas algumas fábulas, algumas mais conhecidas do que outras menos conhecidas, eu falo da fábula do lobo e do cordeiro novamente, do lobo que estava neste lado da bancada e do cordeiro que passou para este lado da bancada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Manuel Ramos (PS): Olhe a arrogância!

O Orador: E isto exemplifica de uma forma perfeita a postura que foi a governação do Partido Socialista nos últimos 20 anos. É preciso não comparar aquilo que é incomparável e o que se passa precisamente no que diz respeito à apresentação deste diploma é uma má consciência e é efetivamente o reconhecimento de que a vossa governação não tratou como devia tratar dessas situações no que diz respeito aos trabalhadores, por exemplo, ocupacionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É este remorso e esta má consciência que Vs. Exas. agora querem atirar para cima deste Governo Regional dos Açores, do XIII Governo Regional dos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para limpar uma casa que vocês deixaram absolutamente abandonada e absolutamente votada ao abandono destes trabalhadores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Reconhecer, como reconheceu aqui o Sr. Secretário das Finanças, que nesse caso concreto não havia trabalhadores precários para a apresentar e fundamentar um diploma que visa para situações futuras, não é argumento que mereça qualquer tipo de provimento, porque sabem Vs. Exas. que noutras empresas que Vs. Exas. criaram e mantiveram ao longo desses anos em que foram Governo na Região Autónoma dos Açores existem situações difundidas e dispersas em várias empresas públicas regionais. E mais!

Isto agravado pela circunstância de haver vários presidentes de conselhos de administração, que são pagos efetivamente por este Governo Regional, que não tiveram o pingão de humildade de colocar o seu lugar à disposição aquando da mudança do Governo. Nem um pingão de humildade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

São vários os exemplos daqueles que se mantêm, foram nomeados pelo Governo Regional do Partido Socialista e que se mantêm ainda principescamente pagos por este Governo Regional dos Açores.

Onde estavam os cargos de confiança política de então?

Não, agora o que existe é um cargo de manutenção do poder pelo poder, uma vez que é este Governo Regional que tem de pagar a fatura.

Efetivamente o que existe e o que é preciso daqui salientar é esta triste comparação que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez com a nomeação da comissão da pandemia e os ordenados que estão a ser pagos, as despesas que estão a ser pagas.

Como disse aqui e muito bem, Sr. Secretário da Saúde e do Desporto, este não é um encargo para a Região Autónoma. É um investimento nos Açores e um investimento na saúde dos açorianos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e os resultados que temos obtido até agora, em oito das nove ilhas dos Açores e com local devidamente identificado na ilha de São Miguel merece precisamente os encargos que essa comissão está a ter ao nível do Governo Regional.

Acima de tudo isto está a saúde dos Açores e dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Leia o *Açoriano*!

O Orador: Como tal, Exmo. Sr. Presidente, para terminar, mantendo a fábula mais comum que é “o faz o que eu, não faças o que eu faço”, este diploma irá merecer naturalmente a rejeição por parte do Partido Social Democrata.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste diploma. Recordo que estamos a discutir e vamos votar o projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII, “Regime Jurídico relativo à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção.”

Fazer o debate na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sr. Secretário, para o anúncio da votação.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII, iniciativa do PS, foi reprovado na generalidade com 29 votos contra - 21 do PSD; 3 do CDS-

PP; 2 do Chega; 2 do PPM; 1 da Iniciativa Liberal; 28 a favor – 25 do PS; 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda.

Sr. Deputado Tiago Branco, para uma declaração de voto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista naturalmente votou favoravelmente a sua proposta que pretendeu criar no âmbito desta Assembleia um quadro legal para proteger os trabalhadores das empresas que venham a ser extintas por este Governo.

Portanto, essa foi a nossa preocupação. Lamentamos que tenha havido uma coligação que a tenha recusado, que tenha sido insensível a essa matéria, mas o que efetivamente nós pretendemos ... e foram os próprios trabalhadores das empresas que vieram ter connosco preocupados, porque não tinham informações do Governo Regional sobre aquilo que ia ser feito à sua vida.

O Partido Socialista usou as suas competências, no seguimento dessas diligências, para apresentar nesta Assembleia como deve ser um regime jurídico para acautelar estas e as situações idênticas que se verifiquem no futuro a trabalhadores destas empresas.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Não havendo, vamos encerrar os nossos trabalhos para um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.
Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 26 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto quatro da nossa Agenda.

(Pausa)

Como dizia, vamos entrar no ponto quatro da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII - “Cria o “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O CDS apresenta um Projeto de Decreto Legislativo Regional para a criação do “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde.

Após as audições em comissão o CDS decidiu introduzir algumas alterações que em nosso entender visam melhorar a iniciativa original e adequá-la à realidade açoriana.

Com esta proposta pretende-se criar um enfermeiro que se dedique a um conjunto de famílias e seja o gestor de saúde dessas famílias integrado na unidade de saúde de ilha.

Há unidades de saúde de ilhas que estão organizadas em unidades de saúde familiar, outras que ainda não estão organizadas em unidades de saúde familiar e, portanto, cria-se o enfermeiro de família no Sistema Regional de Saúde e obviamente que a sua atuação vai depender daquela que é a organização do Serviço Regional de Saúde em cada ilha. Mas o objetivo é muito claro: é ter aqui um gestor de saúde responsável por um conjunto de famílias e que irá sinalizar aos restantes elementos da equipa multidisciplinar de saúde as necessidades de tratamento e as necessidades em saúde.

Portanto, basicamente é isto que se apresenta e é isto que se propõe.

A proposta de alteração de substituição integral que apresentamos enquadra-se naquilo que foi a audição quer do sindicato, quer da Ordem dos Enfermeiros. Portanto, introduzimos na redação da proposta inicial aquelas que nos parecem ser as alterações necessárias e suficientes para a melhor concretização deste objetivo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Recordo que o CDS deu um Projeto de Decreto Legislativo Regional que, no fundo, é uma substituição integral deste diploma e é sobre ela que devemos incidir o nosso debate e eventuais propostas de alteração.

De acordo também com uma praxe parlamentar que está acordada, pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não estava à espera que o Sr. Deputado Pedro Pinto fosse assim tão rápido, mas muito rapidamente quero dizer apenas que o PAN obviamente vai apoiar esta iniciativa, porque sem dúvida que isto vai fortalecer e robustecer obviamente o nosso Serviço Regional de Saúde.

Logo é meritório. Obviamente todas as vertentes dos nossos profissionais de saúde que eles sejam contemplados pela maior justiça e também o nosso utente. Esse utente tem de ser obviamente salvaguardado por esta Assembleia e por todos os nossos enfermeiros que fazer um trabalho meritório para a Região.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, do Chega, se faz favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Saudar esta iniciativa. Tudo o que venha a favor da saúde dos açorianos e até algumas destas funções poderão ser feitas por um enfermeiro, não necessariamente por um médico, e aqui o enfermeiro ter um papel ativo, dinâmico.

Tudo o que possa vir melhorar ... e há outras iniciativas que vão aparecer também que estão na comissão.

Tudo isto é positivo. Isto, sim, é trabalhar em prol dos Açores. “Prá frente é que é caminho!” Que assim seja, porque nós precisamos, sim, de enfermeiros e o Sr. Secretário Regional da Saúde que não nos falte depois os ditos, que são os enfermeiros, vamos precisar deles.

Nós precisamos de uma boa saúde, ainda hoje falámos de saúde, nas questões da toxicodependência. Infelizmente, muitas vezes têm que insistir. Outros

profissionais de saúde, outros profissionais noutras áreas e aqui dar os parabéns pela iniciativa que certamente todos nós iremos acompanhar.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O decreto-lei n.º 118/2014 estabelece os princípios e o enquadramento da atividade do enfermeiro de família no âmbito das unidades familiares de prestação de cuidados de saúde primários. A lei já existe, pô-la em prática tem sido bastante difícil!

O enfermeiro de família, como elemento integrante de uma equipa transdisciplinar, assume a responsabilidade pela prestação de cuidados de enfermagem globais, numa visão holística, nas diferentes etapas da vida, com predominância na promoção da saúde, na prevenção da doença e no processo de reabilitação.

As atividades desenvolvidas pelo enfermeiro de família permitem uma maior autorresponsabilização dos utentes e famílias pelo seu estado de saúde, com conseqüente aumento da literacia em saúde, da autonomia e da qualidade de vida, maximizando os ganhos em saúde.

O “Enfermeiro de Família” pretende pôr em prática o trabalho com um conjunto de famílias geograficamente definido e não somente indivíduos isolados. Pretende-se que o Enfermeiro de Família atue na comunidade garantindo deste modo a facilidade de acesso, a continuidade e a globalidade dos cuidados.

Com a criação do Enfermeiro de Família pretende-se alterar o paradigma centrado na cura passando para a prevenção,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... ou seja, reorientar os cuidados de saúde da unidade de saúde para a comunidade.

Para que esta iniciativa apresentada pelo CDS tenha sucesso é preciso criar sinergias!

A reunião que o Sr. Secretário da Saúde já teve com os diversos representantes da enfermagem, com o intuito de se criar um grupo de trabalho, já é um exemplo bastante positivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O sucesso deste projeto depende do diálogo entre todos os intervenientes, e principalmente da vontade política, o que não aconteceu em 2015.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Em que após um projeto piloto de sucesso iniciado em 2010 e citando as palavras do seu antigo Presidente da Ordem dos Enfermeiros, o meu colega Tiago Lopes, se me permite, dizia ele: “No fundo podíamos ter um enfermeiro de família por cada Família Açoriana até ao final deste ano [digo 2015] e não temos por falta de coragem política.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem razão!

A Oradora: O diálogo entre pares é fundamental, não esquecendo as Escolas de Enfermagem, uma vez que as necessidades atuais e futuras em determinadas especialidades terá de ser repensada. Urge a abertura de vagas em especialidades, nomeadamente de Enfermagem Comunitária e de Saúde Pública; e não menos importante a área da Saúde Mental, e outras que se

venham a considerar determinantes para o sucesso deste projeto e consequentemente para a melhoria de todos os açorianos.

Os açorianos merecem.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: A figura do Enfermeiro de Família encontra na Região Autónoma dos Açores raízes como não são encontradas em qualquer outra parte ou outra região do país.

Com uma experiência piloto iniciada em 2011/2012 no Centro de Saúde de Vila Franca do Campo, a figura do Enfermeiro de Família materializou e potenciou o desenvolvimento daquele que é chamado o modelo dinâmico de avaliação e de intervenção familiar.

Fruto da experiência desenvolvida e dos resultados obtidos na Região, em articulação com a Ordem dos Enfermeiros, foi realizado um trabalho com vista a individualizar as competências e as funções do Enfermeiro de Família face às detidas pelo enfermeiro prestador de cuidados gerais.

Nesse sentido, conforme foi dito, foi publicado o Decreto-Lei n.º 118/2014 que estabeleceu os princípios e o enquadramento da atividade do Enfermeiro de

Família no âmbito das unidades funcionais da prestação de cuidados de saúde primários.

Nessa sequência e na senda de uma reorganização dos cuidados de saúde primários na Região, em 2015 foram criados núcleos de saúde familiar, consagrando nos mesmos, e através de uma circular normativa da Direção Regional da Saúde, princípios informadores que auxiliaram posteriormente na construção do que em 2018 se materializou através da publicação do regulamento n.º 428/2018 por parte da Ordem dos Enfermeiros, no qual se definiu o perfil de competências específicas do enfermeiro especialista em enfermagem comunitária na área da enfermagem de saúde familiar.

Portanto, relativamente àquilo que foram as declarações em 2015 houve trabalho feito posteriormente no sentido de consolidar o trabalho que havia sido realizado anteriormente e esse trabalho foi feito, como a Sra. Deputada Ana Qental muito bem referiu, em conjunto com a Ordem dos Enfermeiros.

Não obstante, com a revisão da carreira de enfermagem e da carreira especial de enfermagem em maio de 2019 foi criada também a categoria de enfermeiro especialista.

Portanto, atenta a toda esta evolução no que concerne à enfermagem e à prestação de cuidados de saúde familiar efetivamente faz todo o sentido que se procure estabelecer os princípios e o enquadramento da atividade do Enfermeiro de Família no âmbito das unidades portadoras de cuidados de saúde no Serviço Regional de Saúde.

Todo o sentido faz também e fazem também as propostas de alteração apresentadas pelo CDS-PP ao projeto de Decreto Legislativo Regional que temos em apreço inicialmente apresentado, atendendo a que a versão inicial se baseava em pressupostos com cerca de 10 anos.

Por saber fica de que modo irão ser aplicados os 25 mil euros inscritos no Plano para 2021 na ação respeitante a esta matéria, atendendo ao pouco que se sabe

irão sustentar a criação de mais um grupo de trabalho para a elaboração de uma estratégia e de um plano. Portanto, nesse sentido eram necessários mais esclarecimentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional recebe com agrado esta proposta do Grupo Parlamentar subscritor, do Grupo Parlamentar do CDS-PP no caso, relativamente à criação do Enfermeiro de Família pela importância da criação desta figura, mas também de resto pela importância geral da carreira, da atividade dos enfermeiros para a saúde em geral e também e sobretudo para a concretização da estratégia deste Governo ao nível da saúde.

Entendemos que é essencial para concretizar as reformas que pretendemos implementar e para cumprimento do próprio Programa do Governo a criação do Enfermeiro de Família que, estando previsto ao nível do projeto piloto em 2015, é agora, em 2021, que vai ser criado. Isto é importante.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Dizia eu que a concretização desta figura é importante para a inversão do paradigma da intervenção ao nível da saúde. É importante centrar cada vez mais na prevenção, nos cuidados primários e na proximidade.

Ora, o Enfermeiro de Família tem uma relevância extraordinária a este nível: na prevenção, nos cuidados primários e também na proximidade, centrando na família e na comunidade a atuação preventiva na saúde.

Mais do que a relação e o binómio profissional de saúde/doente, pretendemos cada vez mais implementar uma relação profissional de saúde/cidadão. Mais do

que curar a doença é importante prevenir a doença e é nessa perspetiva da prevenção, de atuar a montante que entendemos que se deve iniciar um processo de alteração de todo o paradigma da saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Obviamente que isto não é um processo que veja os seus resultados no imediato, não é um processo que veja os resultados a curto prazo, nem sei se a médio prazo, mas só pensado a longo prazo, iniciando esse caminho é que se consegue alcançar os propósitos que levam a esta perspetiva diferente da intervenção na saúde.

Esta perspetiva da importância do Enfermeiro de Família ao nível da prevenção, mas também ao nível do acompanhamento na doença que também é uma das dimensões que é importante termos consciência da relevância do Enfermeiro de Família.

Para isso foi criado, conforme de resto tinha anunciado em sede de comissão, um grupo de trabalho que envolve os profissionais do setor. As decisões do Governo têm de ser partilhadas envolvendo aqueles que estão no terreno. Este grupo de trabalho tem um prazo curto de três meses. Não estamos perante aqueles grupos de trabalho que muitas vezes são a desculpa para não se fazer. Este grupo de trabalho é o fundamento ...

Penso que não tem ninguém aqui com algum problema de saúde que precise de alguma intervenção de momento... Ouvi uns suspiros profundos! Mas está tudo de saúde, pelo menos visivelmente.

O Enfermeiro de Família não está criado, mas há profissionais de saúde aqui na câmara.

Continuando, dizia eu, que o grupo de trabalho pretende envolver os profissionais de saúde do setor aqueles que conhecem e que muitas vezes são aqueles que reivindicam e que têm a perspetiva de intervir na construção daquilo que diz respeito à sua própria carreira. Por isso, entendemos essencial a

criação deste grupo de trabalho que tem um prazo de três meses determinado, a própria norma prevê que tenha um prazo de regulamentação, e o que pretendemos é que antes de terminar esse período já tenhamos concluído tudo aquilo que levará à regulamentação do Enfermeiro de Família.

Obviamente que para construirmos tudo isso são necessários enfermeiros. É necessário que cada vez mais o Serviço Regional de Saúde esteja capacitado de enfermeiros, é necessário um esforço para contratação de enfermeiros e, conforme já referi, o Serviço Regional de Saúde está deficitário de enfermeiros. Como também já dei o exemplo, no ano passado foram formados cerca de 80 enfermeiros na Região e nenhum deles foi contratado infelizmente pelo Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... o que se demonstra muito pernicioso num ano como aquele que vivemos onde ainda é mais exigente dos profissionais de saúde.

Devo dizer, que por exemplo, em 2019, há dois anos atrás, pelos números que são oficiais do Serviço Regional de Estatística, eram 1.618 enfermeiros no serviço público de saúde. 1.618!

Em 2021, agora, são 1.613. Há uma diminuição e mesmo assim este Governo, desde que tomou posse, já autorizou e já contratou 60 enfermeiros.

Ora, não fossem esses 60 enfermeiros aquela diferença de 1.618 para 1.613 seria ainda mais intensa, o que quer dizer é que houve um esforço enorme para contratar enfermeiros neste período, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em cinco meses contratou-se já e autorizou-se a contratação de 60 enfermeiros dentro de 234 profissionais de saúde que foram contratados neste período, o que significa bem o esforço enorme que este Governo está a fazer para dotar o Serviço Regional de Saúde de profissionais que deem ainda mais força a este serviço.

Sendo certo que temos a dificuldade enorme de estarmos em pandemia e a pandemia exige ainda mais. Temos profissionais exaustos, conforme os representantes do setor têm demonstrado, temos profissionais de saúde exaustos, cansados de testagens, de vacinação, de estar sempre na linha da frente e, por isso, é necessário que haja cada vez mais contratação de profissionais de saúde, especialmente dos enfermeiros, para que possamos refrescar o setor, fazer descansar aqueles heróis que têm estado na linha da frente durante todo este tempo.

Sobre este aspeto gostaria de aproveitar a oportunidade para esclarecer que aquando da minha intervenção noutra ponto da ordem de trabalhos fiz referência à necessidade do orçamento ser publicado exatamente para contratar enfermeiros para o processo de vacinação e testagem e parece que gerou aqui alguma celeuma na câmara, talvez por desconhecimento, mas eu vou ler o artigo do orçamento que prevê exatamente isto, é o artigo 12.º, “Contratação de prestação de serviços”, “Os órgãos máximos de gestão dos serviços e estabelecimentos de saúde do Serviço Regional de Saúde podem autorizar com dispensa de quaisquer formalidades a celebração de contratos de aquisição de serviços, designadamente da modalidade de tarefa ou avença, com pessoal de enfermagem, trabalhadores de apoio administrativo e profissionais de saúde das áreas da medicina e farmácia que se revelem estritamente necessários para implementar e executar o processo de vacinação à doença Covid-19 de toda a população da Região Autónoma dos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... bem como manter os procedimentos de testagem à referida doença.”

Por isso, o que é que está em causa?

Está em causa uma fórmula específica de contratação, sem formalidades, conforme decorre de todos os outros processos, para que possamos combater a

pandemia. Estamos a falar de uma contratação específica para a vacinação, uma contratação específica para a testagem e com esta norma específica é que podemos contratar e acelerar o processo de vacinação. Por isso, quando na minha intervenção desta manhã referi que o processo de vacinação estava condicionado por falta de enfermeiros e por falta de ser publicado o orçamento, estava a referir-me exatamente a esta norma, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque se não fosse necessária esta norma excecional no orçamento ela não estaria prevista no orçamento e é dessa norma que depende a contratação de enfermeiros para a vacinação. É, por isso, dessa norma, que estamos à espera para avançar com o processo de vacinação. Estamos a falar de um assunto específico de contratação de enfermeiros para a vacinação que depende da publicação do orçamento, conforme referi no artigo 12.º do orçamento.

Outra coisa e bem diferente é a contratação de enfermeiros para fortalecer cada vez mais, para renovar cada vez o Serviço Regional de Saúde, e nessa parte já contratámos 60 enfermeiros em cinco meses.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não estava naturalmente para intervir neste debate, nem nesta questão, mas a história não se apaga e como estava desse lado há uns anos atrás, ainda não estava ali, estava ali, onde estava o Sr. Deputado António Lima, depois é que fui para ali, em 2009. Quer o Sr. Deputado Tiago Lopes, quer a Sra. Deputada Ana Qental, referenciam 2015 como o Enfermeiro de Família. Eles estão profundamente enganados.

O Enfermeiro de Família foi criado no Canadá, como sabem, no final da década de 80, do século passado, e começou em Portugal continental em 2007,...

Deputado Carlos Silva (PS): Essa coligação não está bem informada!

O Orador: ... mais precisamente em Trás-os-Montes, Mesão Frio, Bragança, Freixo de Espada à Cinta, começou a implementar-se nessa altura.

Em 2009, uma proposta nesta Casa, feita por mim e pelo Grupo Parlamentar do CDS, começou em 2009 a questão do Enfermeiro de Família nos Açores, não começou em 2015, Sr. Deputado. Foi em 2009, nesta Casa, e vou-me abster de não fazer o comentário que o senhor sabe tão bem como eu, depois veio a ser sucessor na Ordem dos Enfermeiros de quem lá estava, porque é que não avançou o Enfermeiro de Família nos Açores e porque é que inventaram uma espécie de projeto piloto para o Enfermeiro de Família não avançar nos Açores. Por isso, os Açores perderam estes anos todos, Sr. Enfermeiro, ... Sr. Deputado, peço desculpa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, com a consideração que lhe tenho e à Sra. Deputada Ana Qental, não podia deixar de dizer isto. A história não se apaga, nem se escreve da maneira que a Ordem dos Enfermeiros quis escrever na altura, nem que os Srs. Enfermeiros querem escrever. A história escreve-se só de uma maneira. É a realidade e a realidade é esta: começou em 2009 na Região Autónoma dos Açores. Porque não avançou, vou-me abster de explicar, mas tinha de fazer este inciso de esclarecimento nesta Casa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente do Governo.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes, do Partido Socialista.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, o senhor omitiu um aspeto importante na sua intervenção. Este Governo Regional em bom rigor não fez ainda qualquer esforço em contratar enfermeiros. Aliás, ainda há pouco o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto afirmou que não pode contratar, porque o Plano e Orçamento ainda não foi publicado. Portanto, mais uma vez, num curto espaço de tempo, o Sr. Secretário contradiz-se a si próprio.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Acabei de explicar!

O Orador: Em bom rigor, Sr. Secretário, os enfermeiros contratados até ao momento foram-no na sequência de procedimentos concursais públicos e através da contratação de carácter excepcional prevista na resolução de Conselho de Governo n.º 60 de março no ano anterior.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não é verdade!

O Orador: Portanto, são do Governo anterior, Sr. Secretário. Conforme consta na proposta do CDS-PP, o Enfermeiro de Família é o profissional a quem foi atribuído o título de profissional de especialista em enfermagem comunitária na área da saúde familiar. Existe aqui, portanto, a necessidade de formação destes profissionais.

Fazendo a comparação, já que o Sr. Secretário considerou que as remunerações dos membros da Comissão Especial de Acompanhamento da Luta contra a Pandemia por Covid-19 são um investimento e atendendo a que estes elementos desta comissão o Sr. Presidente auferem uma remuneração mensal equiparada ao cargo de diretor regional, os vogais a remuneração equiparada ao cargo de subdiretor regional, para além disso cada um deles tem direito a um montante fixo a título de despesas de representação no montante de 1.200€ mensais acrescidos do pagamento das despesas com viagens, com alojamento, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Vai recuperar isso!

O Orador: ... inter-ilhas, de ida e volta para o continente sempre que estas se mostrem necessárias ao desempenho das respetivas funções. Mas mais! Recentemente com a publicação do Despacho n.º 916/2021 é reconhecida ao Presidente da Comissão o direito à habitação fornecida pela administração regional na ilha Terceira.

Portanto, considera o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto que é o maior investimento na criação de mais um grupo de trabalho depois de toda a evolução que o projeto do Enfermeiro de Família teve na Região Autónoma dos Açores em detrimento de investir na formação destes profissionais?

É a pergunta que tenho a colocar ao Sr. Secretário.

Obrigado.

Deputada Sandra Faria (*PS*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Não estava para intervir, mas devido a esta intervenção agora do Sr. Deputado Tiago Lopes ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor inscreveu-se, mas prescindiu quando o Deputado Tiago Lopes inscreveu-se!

O Orador: Sim, sim, mas eu tinha ficado esclarecido com a intervenção do Sr. Vice-Presidente e agora sou obrigado a vir a terreiro por causa de algumas coisas que foram ditas por parte do Sr. Deputado do Partido Socialista nesta última intervenção.

Centrando naquilo que é essencial eu gostava de dizer o seguinte: eu tive oportunidade de acompanhar ao longo destes anos a atividade do então Deputado Artur Lima e agora Vice-Presidente do Governo em relação a esta luta para que fosse criado e depois operacionalizado o Enfermeiro de Família.

Ora, este esforço foi um esforço constante e é sempre de assinalar quando alguém que se encontra num determinado lado do hemiciclo, depois passa para o outro lado, mantém a coerência no âmbito do desenvolvimento, dos projetos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também tem de manter a coerência!

O Orador: Não percebi o aparte.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está rijo do ouvido!

O Orador: O que eu estava a dizer é que como é evidente é importante concretizar aqueles projetos em que se acredita – e o ex-Deputado Artur Lima acreditou neste projeto, defendeu legislatura após legislatura – e agora um dos grupos parlamentares que apoia o Governo está a concretizá-lo e mais do que isso, o Governo Regional já disse que apoia também a iniciativa e é uma iniciativa muito, muito importante.

Há pouco dizia o Sr. Vice-Presidente que é pena que não tivesse sido implementada há uns anos, há 11 anos, há 12 anos, 13 anos. Era muito importante, porque agora já dispúnhamos de uma outra rede de cuidados, já dispúnhamos de um conjunto muito maior de enfermeiros que se fixavam com outras condições na nossa Região e obviamente tinha-se ganho tempo e tínhamos agora outras condições.

Deputado João Vasco Costa (PS): Se calhar tinha-se adivinhado a pandemia!

O Orador: Não foi feito assim, não foi operacionalizado. Eu acredito que neste momento nós temos as condições para que isto se possa fazer e se possa concretizar.

Foi aqui referenciada a questão da formação. Essa é uma questão essencial. Está aqui previsto um mecanismo de transição até que os enfermeiros obtenham a formação que é necessária para desempenhar estas funções, mas obviamente - e aí concordo com o Sr. Deputado - é necessário também preparar as verbas necessárias e os mecanismos para acelerar a formação, para que esta medida possa ser concretizada com profissionais devidamente formados nesta área e para desempenhar estas funções.

Portanto, era esta a retrospectiva que eu gostava de fazer e também uma justiça histórica que deve ser feita aqui ao Sr. Vice-Presidente Artur Lima que se bateu durante muitos e muitos anos por esta causa e eu acredito que agora vai ser finalmente concretizada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar explicar mais uma vez e esclarecer aquilo que parece que são algumas confusões que o Sr. Deputado Tiago Lopes tem.

Deputado Miguel Costa (PS): Não precisa do orçamento para isso!

O Orador: Eu expliquei na minha intervenção inicial, mas ou porque o Sr. Deputado não me ouviu, certamente por isso, porque não me ouviu, mas expliquei tudo, a diferença entre a contratação dos profissionais de saúde para reforçar o Serviço Regional de Saúde e temos feito; e expliquei que estamos condicionados no ano 2021 a contratar excepcionalmente profissionais de saúde para o processo da pandemia. São duas coisas distintas. Eu expliquei isso de uma forma clara e o senhor naquela permanente tentativa de se dirigir ao Secretário da Saúde nos termos em que o senhor se dirige disse que eu me contradisse.

Eu não me contradisse. O que eu disse foi exatamente o mesmo. Eu não confundi as coisas. Uma coisa é contratação de profissionais de saúde de acordo com as regras normais para reforçar o Serviço Regional de Saúde; coisa diferente é contratação específica de profissionais de saúde para o processo da pandemia que depende do orçamento, do artigo 12.º do orçamento.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado Tiago Lopes sabe!

O Orador: Eu tinha explicado tudo isso e vou voltar explicar.

Quanto ao grupo de trabalho. O grupo de trabalho não tem quaisquer custos para a Região. Já também dei os exemplos dos custos que o Governo anterior teve no combate à pandemia com parcerias, com pareceres, com consultorias, com honorários, com máscaras. Já expliquei tudo isso. Neste caso não tem qualquer custo para a Região o grupo de trabalho. Está esclarecido sobre esse assunto.

Quanto à outra questão, esclareço que desde que sou Secretário Regional (e reitero o que disse) foram contratados e autorizados a contratar 60 enfermeiros,

...

Deputado João Vasco Costa (PS): Onde estão abertos os concursos?

O Orador: ... sete deles decorriam de processos do Governo anterior, 53 foram iniciados por este Governo e com a minha autorização. Por isso, o Serviço Regional de Saúde tem neste momento mais 60 enfermeiros, 53 dos quais ... Estamos a falar da contratação de profissionais de saúde para reforçar o Serviço Regional de Saúde com as regras normais de contratação e isso não depende deste orçamento, são processos ...

O que depende deste orçamento ... Tanto não depende, que contratei.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh, Sr. Secretário, é isso mesmo!

O Orador: Mas eu vou explicar outra vez, mais devagarinho! A culpa é minha!

Deputado Manuel Ramos (PS): Ninguém o percebe!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Peço-vos calma! Vamos ouvir o Sr. Secretário Regional. Os senhores estão em permanentes apartes e em diálogo com ele. Não é possível desta forma!

Faça favor, Sr. Secretário.

O Orador: Vou repetir.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é preciso!

O Orador: A contratação de profissionais de saúde que temos feito, por exemplo, já disse que no ano anterior 80 enfermeiros saíram das escolas de enfermagem, nenhum foi contratado. Nós contratámos, desde que tomámos posse, 60 enfermeiros, contratámos dentro das regras normais de contratação.

No entanto, para o processo de vacinação e para a pandemia não temos condições para de uma forma mais ágil, mais rápida contratar, porque há uma norma no orçamento, que é o artigo 12.º do orçamento, que prevê contratação excepcional e sem formalidades de enfermeiros para a vacinação e testagem. É disso que estamos a falar. São coisas diferentes.

Eu, neste momento, não posso contratar de uma forma rápida, sem formalidades, enfermeiros para a vacinação porque o orçamento ainda não foi

publicado. É só isso. Não posso contratar, por isso não contratei. O que eu quero é contratar para acelerar a vacinação, para que consigamos garantir que aquilo que é a dinâmica neste momento instalada num processo tão exigente como esse seja ainda mais incrementada em benefício da saúde dos açorianos. Porque a única preocupação é esta: contratámos e vamos contratar cada vez mais enfermeiros para reforçar o Serviço Regional de Saúde. Estamos a fazê-lo. Não estamos impedidos pelo orçamento.

Agora, contratar enfermeiros para a vacinação estamos sim. Por exemplo, os enfermeiros que estão nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, enfermeiros que estão nas IPSS's, enfermeiros que não fazem parte do serviço, para contratar em avença, em tarefa, de uma forma mais rápida, não tenho meios para fazer ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não precisa do orçamento para fazer isso!

O Orador: ... e a forma mais rápida é através do orçamento. Este orçamento que ainda não foi publicado, esteve na Comissão de Economia durante um mês, não foi publicado, mas será publicado e logo que seja publicado vamos contratar mais, e mais, e mais enfermeiros para vacinar, vacinar, vacinar, para que os açorianos estejam cada vez mais protegidos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Não precisa dessa norma e o senhor sabe disso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa, do PSD.

Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado João Bruto da Costa use da palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Nós estamos aqui a debater um importantíssimo diploma apresentado pelo CDS-PP, dando corpo à história e ao histórico de intervenção política a favor dos açorianos por parte do CDS-PP e infelizmente, infelizmente mesmo, temos aqui uma espécie de atitude do Partido Socialista de tentar desviar o debate, por um lado, e de criar aqui um ruído – perdoem-me a expressão, não encontro outra, Sr. Presidente, peço desculpa de a usar - mesquinho ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E logo o senhor!

O Orador: ... em torno da questão da saúde nos Açores e do combate à pandemia.

Este ruído e estas sinalizações que o Partido Socialista faz à Comissão Especial de Luta contra a Pandemia, ainda há pouco pelo Sr. Líder Parlamentar Vasco Cordeiro relativamente ao vencimento daquele que é um dos maiores especialistas do país em saúde pública, reconhecido em todo o país e que está a prestar um belíssimo serviço aos Açores; e agora através do Sr. Deputado Tiago Lopes, muito preocupado com os direitos que assistem a qualquer funcionário daquela especialização que presta um serviço aos açorianos, não é mais do que uma tentativa de política baixa do Partido Socialista de criar uma espécie de aversão populista contra a Comissão Especial de Luta contra a Pandemia, que é lamentável e é deplorável politicamente da vossa parte.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Aquilo que eu pedia em nome do Grupo Parlamentar do PSD é que os enfermeiros dos Açores, os profissionais de saúde dos Açores que estão numa luta incansável, de sol a sol, esgotados muitos deles a dar tudo o que podem para ajudar os açorianos na saúde pública e a salvar vidas não merecem esta política baixa que o Partido Socialista está a fazer de criar uma aversão artificial e populista contra a Comissão de Luta contra a Pandemia que está a ajudar os açorianos a salvar vidas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto do CDS-PP.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos debatendo um projeto de Decreto Legislativo que visa implementar no Serviço Regional de Saúde o Enfermeiro de Família e constatamos que por parte do Partido Socialista não há interesse nenhum em debater este tema, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Há todo o interesse!

O Orador: ... um tema que finalmente tem uma contribuição positiva e muito válida da Ordem dos Enfermeiros, contrariamente ao que aconteceu em 2009 depois de várias conversações, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... talvez o Sr. Deputado Tiago Lopes se recorde ...

Peço desculpa, eu não tenho a experiência política do Sr. Vice-Presidente do Governo, eu sou um bocadinho mais desajeitado.

Portanto, se em 2009 inicialmente havia apoio da Ordem dos Enfermeiros para a implementação do Enfermeiro de Família na Região Autónoma dos Açores e depois retirou esse apoio, não percebemos como é que o Partido Socialista em 2021 não está interessado, hoje, em debater o Enfermeiro de Família, mas a debater outras questões paralelas da saúde e da vacinação dos açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Há lugar a esse debate e vamos tê-lo e se quiserem podemos tê-lo, mas da vossa parte ainda não ouvi uma palavra sobre o Enfermeiro de Família, quando ainda para mais o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou duas proposta de alteração.

Portanto, seria interessante falarmos desta proposta, que é para servir mais e melhor os açorianos, termos ganhos de saúde para os açorianos, mas se é de dinheiro, se é de vencimentos que querem falar, também estamos cá para esse debate.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, do Bloco de Esquerda, tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O projeto de Decreto Legislativo Regional que o Grupo Parlamentar do CDS-PP nos traz cria o Enfermeiro de Família no Serviço Regional de Saúde é uma iniciativa que atenta melhorar qualitativamente e quantitativamente a prestação de cuidados de saúde dos açorianos e açorianas. Cremos que promoverá avanços em lacunas que existem na resposta que deve ser dada pelo Sistema Regional de Saúde, na prestação de cuidados de saúde primários.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que esta iniciativa é uma mais-valia para as respostas que urgem para a saúde na nossa Região e, por isso, votará favoravelmente esta proposta.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado José Ávila pede a palavra para?

Tem a palavra então o Sr. Deputado José Ávila para uma interpelação à Mesa. Faça favor, Sr. Deputado.

Temos de melhorar essa sua localização, porque eu, de facto, peço desculpa, mas não o consigo ver daqui.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, muito obrigado, por me dar a palavra mesmo nesta dificuldade que temos aqui.

Eu queria de facto fazer uma interpelação à Mesa, porque eu estava um pouco distraído no debate anterior e foi insinuado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto que o orçamento estaria na Comissão de Economia há cerca de um mês.

Isso não é verdade. Os serviços podem atestar essa questão.

Os primeiros documentos do orçamento chegaram à comissão no dia 5 de maio, mas a totalidade dos documentos só chegou na sexta-feira passada.

Com os quadros completos de todos os documentos, como sabem, há quadros que pertencem às orientações a médio prazo que estão entroncadas com as do plano, também o orçamento é exatamente a mesma coisa, portanto, os documentos completos só chegaram à Comissão de Economia na sexta-feira passada. É verdade que começaram a chegar mais cedo, no dia 5 de maio chegam os primeiros documentos à nossa comissão, mas de facto não nos podem acusar de não ter desenvolvido os trabalhos que estão inerentes à redação final, porque foram chegando, fomos fazendo também um esforço no sentido de ir realizando os trabalhos de modo a fazer o nosso trabalho e a entregar totalmente a documentação nos serviços.

É verdade que os partidos também foram consultados, também tivemos que dar algum tempo a cada um dos partidos para se pronunciarem sobre essas matérias, mas vir aqui acusar a Comissão de Economia de ter os documentos há 30 dias ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi nada disso!

Deputada Andreia Costa (PS): Foi, sim senhor!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi nada disso! É só *fait divers*!

O Orador: ... acho que é uma questão que fica muito mal ao Sr. Secretário, mas lamento ter que lhe dizer isso, porque é verdade que não somos perfeitos, as coisas às vezes não se desenvolvem da maneira como nós queremos, mas isso foi uma acusação que não posso deixar passar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Ávila.

Está registada a sua interpelação e o Sr. Secretário pede a palavra para?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Uma interpelação.

Presidente: Para prestar esclarecimentos.

Tem a palavra para prestar esclarecimentos.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Na mesma medida em que a Mesa e o Sr. Presidente foram interpelados pelo Sr. Deputado José Ávila, eu interpelo no sentido de esclarecer aquilo que foi referido, é exatamente nesse pressuposto.

Para dizer que não insinuei, apenas referi.

Deputada Andreia Costa (PS): Não! Afirmou!

O Orador: O Plano e Orçamento foi aprovado há cerca de um mês. Ainda não está publicado e esteve até agora na Comissão de Economia.

Deputada Ana Luís (PS): Não senhor!

Presidente: Srs. Deputados! Vamos permitir que o Sr. Secretário ...

O Orador: Se me permitem eu vou esclarecer para evitar qualquer dúvida.

Pela minha experiência parlamentar um diploma depois de ser aprovado vai para a comissão respetiva para efeitos de redação final. Foi só nesse pressuposto genérico de que normalmente é assim. Não teve qualquer outro intuito que não fosse esse.

Deputada Andreia Costa (PS): Então está enganado!

O Orador: O que pretendo referir aqui é que há uma norma no orçamento da Região que prevê a possibilidade extraordinária e excecional de podermos contratar fora das formalidades legais. Foi só isso. Estamos apenas a aguardar isso.

Mas o Sr. Deputado José Ávila esclareceu a situação, está esclarecida na perspetiva naquilo que é a defesa do trabalho da Comissão de Economia, sobre o qual não me envolvo, apenas quero dizer que da parte da Secretaria da Saúde

e do Desporto o que pretendemos é ter um orçamento o mais rapidamente possível em vigor para podermos contratar enfermeiros. É só isso, não é mais do que isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Eu queria dizer a este propósito, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que esta proposta de Decreto Legislativo Regional ou estas propostas estão a levar a duração que é normal levar neste tipo de diplomas e também queria dizer – e quando quiserem falar sobre isso este acho que não é o sítio próprio, nós podemos melhorar, e muito, estes procedimentos – que ninguém, nem partidos políticos, nem Governo Regional podem assacar culpas uns aos outros, porque há responsabilidades repartidas neste processo e que isso fique bem claro.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, peço desculpa, o senhor já estava inscrito antes da interpelação. Peço desculpa.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Porque esta é uma matéria que é importante para a iniciativa que nós temos em apreço, Sr. Secretário Regional da Saúde, após a sua contradição e tentativa de explicação das contratações de enfermeiros sinto aquilo que muitos açorianos e açorianas expressam: é efetivamente muito difícil perceber aquilo que V. Exa. diz.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): E insiste! Isto é que é nível!

O Orador: Daí que lhe faça uma pergunta muito simples: o Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto disse na sua audição na Comissão de Assuntos Sociais que os 25 mil euros inscritos em plano para 2021 seriam para a constituição de um grupo de trabalho para definir uma estratégia e um plano para o Enfermeiro de Família. Há pouco disse que a Região não vai gastar nada com o grupo de trabalho. Afinal, para que se destinam os 25 mil euros inscritos no plano para 2021?

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não querem é discutir o essencial!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu só vou fazer aqui uma intervenção no sentido que as bancadas têm de se respeitar mutuamente e isso significa que é preciso respeitar a bancada do CDS-PP que apresenta aqui um diploma, como a vossa própria bancada já reconheceu, da maior importância e V. Exa. está a colocar questões indevidamente a quem não é o proponente da proposta, que é o CDS, e o Governo está a ser interpelado sobre um assunto que não está em debate e isto significa um comportamento que, ...

Deputado Berto Messias (*PS*): O que é que o senhor fez em relação aos trabalhadores das empresas em extinção?

O Orador: ... na minha perspetiva, não é correto.

Se o Sr. Deputado quiser insistir faça-o, estamos numa democracia, embora não corresponda àquilo que está escrito no Regimento, ...

Deputado Miguel Costa (*PS*): Há uma hora o senhor fez precisamente isso!

O Orador: ... ou seja, as perguntas, numa interpelação, são feitas ao proponente e o proponente é o CDS-PP, não é o Governo e o tema não é esse. O tema é a criação do Enfermeiro de Família. Esse é que é o tema. Ao fazer-se isso é a pior coisa que se pode fazer do ponto de vista parlamentar. É também uma falta de respeito em relação à bancada parlamentar que apresenta aqui um tema que considera que é importante, ou que durante muitos anos se debateram pela criação do Enfermeiro de Família, e de repente um grupo parlamentar, neste caso o Partido Socialista, decide criar um outro debate fora do Regimento e colocando perguntas a quem não é o autor do diploma.

É um desrespeito, é uma má prática parlamentar e da minha parte quero deixar aqui o meu protesto ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista por este tipo de comportamento, que considero que não é o adequado e que não respeita as diversas bancadas e, neste caso, não respeita a importância do diploma que está a ser discutido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes do Partido Socialista.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, atenta a proposta, a iniciativa que nós temos aqui em apreço, no seu artigo 7.º diz na norma transitória que “transitoriamente até à existência de número suficiente de enfermeiros detentores do título de enfermeiro especialista em enfermagem comunitária na área de saúde familiar é atribuído pela Ordem dos Enfermeiros as funções de Enfermeiro de Família

defendidas no presente diploma são exercidas preferencialmente por enfermeiros detentores do título de enfermeiro que venham a exercer estas funções desde 2015 ou por enfermeiros com título de enfermeiro especialista nos restantes domínios de especialização.” O artigo 8.º, a regulamentação, diz que o Governo Regional “regulamenta o presente diploma no prazo de 120 dias.”

Portanto, tal e qual como o Sr. Deputado há pouco referiu, a componente formativa é extremamente importante para a consolidação, evolução e o desenvolvimento da figura do Enfermeiro de Família na Região, daí que a questão é pertinente.

Para que são destinados os 25 mil euros inscritos em plano para 2021 naquilo que diz respeito à estratégia e plano para a criação do Enfermeiro de Família aqui na Região?

É isso que nós gostaríamos de saber.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já tive a oportunidade de esclarecer esta questão, mas eu percebo que da parte do Sr. Deputado Tiago Lopes o propósito não é esclarecer é dizer que o Secretário se contradiz, é fazer a acusação que se contradiz, é fazer a acusação que os açorianos não o percebem ...

Eu já expliquei por várias vezes a diferença entre a contratação de profissionais de saúde nos termos das regras gerais, expliquei de uma forma clara, exaustiva, e também expliquei aquilo que depende deste orçamento para podermos

contratar enfermeiros para o processo de vacinação. Já expliquei isso três, quatro vezes.

Mas também já aprendi na vida que não é por muito que expliquemos às pessoas que elas percebem, mas também isso depende muito da vontade das pessoas perceberem. Não faço referência às capacidades de ninguém, à vontade. Obviamente que o Sr. Deputado já revelou por mais do que uma vez que não tem vontade de perceber aquilo que eu digo. A responsabilidade é sua, não me vou pronunciar sobre isso.

Obviamente que os 25 mil euros é um valor que está previsto para implementar-se o Enfermeiro de Família.

Deputado João Vasco Costa (PS): São para quê?

O Orador: No que diz respeito ao grupo de trabalho os respetivos membros não são remunerados, não sendo remunerados aqueles 25 mil euros não são para isso, como é óbvio, como eu também já expliquei, não é uma remuneração do grupo de trabalho. No entanto, estes 25 mil euros estão previstos para a eventualidade de ser feita alguma diligência, alguma contratação ou algo que seja necessário neste período. São 25 mil euros, porque entendemos que dificilmente haverá necessidade de gastar mais do que isso neste orçamento que vai vigorar durante seis meses, de junho a dezembro, mas está previsto aquele valor. Se não for necessário gastar, não será gasto e há muito para gastar na saúde dos Açores e para investir na saúde dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas neste caso concreto está ali para isto. No que diz respeito ao grupo de trabalho, vai trabalhar, tem 90 dias para regulamentar aquilo que o diploma prevê que seja em 120.

Estamos aqui, ao contrário daquilo que muitas vezes os açorianos estão habituados, a trabalhar com tempos que vão antes daquilo que normalmente estão previstos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem lá fora nos está a ouvir há de fazer uma pergunta: mas afinal estão todos a favor de que se crie a figura do Enfermeiro de Família ou estão uns contra?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem visto!

O Orador: É porque eu julgo que o que vai resultar da votação é que afinal estão todos a favor e ainda bem.

Depois a pergunta será, a outra pergunta de ordem prática será, se estão todos a favor, então há outra pergunta que urge saber: existe número suficiente de enfermeiros para fazer face àquela que é uma necessidade, que é o Enfermeiro de Família?

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é que é o busílis!

O Orador: Essa é que é a pergunta que lá fora, quem está fora destas paredes está interessado em saber: se vai ser aprovado e se existe os quadros de enfermeiros suficientes para fazer face a essa necessidade, tudo o resto sinceramente andamos aqui num discurso vazio em que os açorianos estão-se nas tintas, perdoem-me a expressão, se há melhor oratória, melhor argumentação ou lá o que quer que seja. O que interessa saber é: o assunto está decidido?

Acho que sim, toda a gente concorda. Tudo o resto, sinceramente, é mesmo só o efeito de abotoar o botãozinho do casaco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos iniciar a votação.

Vamos começar pela votação deste projeto de Decreto Legislativo Regional, votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII, iniciativa do CDS-PP, foi aprovado por unanimidade na generalidade.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS, dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os primeiros quatro artigos ...

Sra. Deputada Ana Luís tem a palavra para? Participar no debate.

Faça favor, Sra. Deputada.

Peço desculpa, não abri as inscrições. Tem razão.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS apresentou uma proposta de substituição integral ao seu DLR com uma série de alterações ao diploma que vão ao encontro daquilo que foi o parecer escrito da Ordem dos Enfermeiros, no sentido de conformar quer em termos de nomenclatura, quer em termos de ser mais específico em termos de algumas funções com aquilo que é a legislação mais recente.

Nesse sentido, o Partido Socialista também apresentou nessa sequência duas propostas de alteração, uma ao artigo 6.º, outra ao artigo 5.º, também com o mesmo objetivo, aliás, a do artigo 5.º é mesmo só manter a mesma palavra ‘transdisciplinar’ e não ‘multidisciplinar’ e a do artigo 6.º também é um mero melhoramento, tal como foi feito também pelo CDS no sentido de que este diploma efetivamente corresponda àquilo que é a legislação mais recente que existe e também para ir ao encontro daquilo que foi o *apporte* extremamente importante que a Ordem dos Enfermeiros nos deu, quer ao nível da audição que se fez em comissão, mas também ao nível do parecer que por iniciativa da Ordem fez chegar à nossa comissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para o debate na especialidade.

Não havendo, vamos então iniciar as votações.

Os primeiros quatro artigos do diploma não foram alvo de nenhuma proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Vamos então votar os quatro artigos, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1, do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 5.º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea h), do n.º 1, do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 6.º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação os artigos 7.º, 8.º e 9.º do diploma em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação esses três artigos, 7.º, 8.º e 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, para o anúncio da votação.

Secretário: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII, iniciativa do CDS-PP, foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Muito obrigado.

Está assim encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma declaração de voto, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente ao fim de 12 anos esta iniciativa vê a luz do dia. É um dia de felicidade para os açorianos.

Apenas fomos o veículo para a materialização desta iniciativa que estamos convencidos que irá trazer ganhos em saúde para todos os açorianos.

Bem hajam.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções para declarações de voto.

Penso que será para uma interpelação o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado.

Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Está concedido e considerando a nossa hora encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos. Bom jantar.

Até amanhã.

Eram 19 horas e 33 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 801/XIV (PAN) – Procede à sexta alteração ao Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro - n.º 53/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 11;

Assunto: N.º 131/XIV/1.^a (PAN) – Lei de Bases do Clima - n.º 55/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 446/XIV/1.^a (PCP) – Estabelece as Bases da Política de Ambiente e Ação Climática - n.º 56/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 526/XIV/2.^a (PEV) – Lei-Quadro da Política Climática - n.º 57/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 577/XIV/2.^a (PS) – Aprova a Lei de Bases da Política do Clima - n.º 58/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 578/XIV/2.^a (BE) – Lei de Bases do Clima - n.º 59/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 598/XIV/2.^a (PSD) – Lei de Bases do Clima - n.º 60/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 605/XIV/2.^a (Ninsc CR) – Define as Bases da Política Climática -
n.º 61/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 609/XIV/2.^a (Ninsc JKM) – Lei de Bases da Política Climática -
n.º 62/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17;

Assunto: N.º 821/XIV (BE) – Proíbe a utilização de aviões para pulverização aérea e restringe o uso de equipamentos de pulverização de jato transportado em zonas sensíveis, aglomerados habitacionais e vias públicas (Quarta alteração à Lei n.º 26/2013, de 11 de abril) - n.º 64/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 24.

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 87/XIV (ALRAM) – Sobre a atribuição de Subsídio de Insularidade - n.º 54/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 21

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 11;

Assunto: N.º 90/XIV (GOV) – Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, implementando medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção - n.º 65/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 05 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 27;

Assunto: N.º 88/XIV (GOV) – Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1024, relativa aos dados abertos e à reutilização de informação do setor público - n.º 66/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 19.

3- Projeto de Resolução:

Assunto: N.º 1234/XIV (PS) – Recomenda ao Governo que inicie um processo de revisão do Regulamento (UE) 2018/302, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de fevereiro - n.º 63/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 04 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 17.

4- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova o regime jurídico aplicável à proteção e à conservação da flora e da fauna selvagens e dos habitats naturais das espécies enumeradas nas Convenções de Berna e de Bona - n.º 18/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 04 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 10;

Assunto: Cria a tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à internet em banda larga - METD – (Reg. DL 963/XXII/2021) - n.º 19/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 20;

Assunto: Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção – MJ – (Reg. DL 960/XXII/2021) - n.º 20/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 05 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 25;

Assunto: Aprova o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura - MC - (Reg. DL 932/XXII/2021) - n.º 21/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 25;

Assunto: Estabelece o regime e define o modelo de governação para a promoção da inovação de base tecnológica através da criação de Zonas Livres Tecnológicas – METD - (Reg. DL 867/XXII/2021) - n.º 22/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 05 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 05 – 27.

5- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 23/XII

Assunto: [Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 05 – 13

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 06 – 28.

6- Projetos de Resolução:

N.º 56/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo a regulamentação para a movimentação de peças e obras-de-arte entre os Museus e Núcleos Museológicos da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 57/XII

Assunto: [Investimento e capacitação para uma agricultura sustentável](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 06 – 04;

N.º 58/XII

Assunto: [Criação de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento e fiscalização da execução dos fundos europeus na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 06 – 11;

N.º 59/XII

Assunto: [Estratégia Regional de Recuperação das Aprendizagens](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

7- Requerimentos:

Assunto: [Omissões e indefinições sobre o Terceira Tech Island](#)

Autores: Berto Messias, Andreia Cardoso, Sérgio Ávila, Tiago Lopes e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 13

Referência: 54.02.03 – N.º 104/XII;

Assunto: [Carta resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a solicitação de vacinas aos Estados Unidos da América](#)

Autores: Berto Messias, João Vasco Costa, Manuel Ramos, Tiago Branco, Vilson Gomes e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 105/XII;

Assunto: [Caminhos Rurais, Florestais e Agroturísticos do Pico - Planos anuais de investimentos dos Serviços Florestais do Pico – Novas Vias – 2010-2020](#)

Autores: Marco Costa, Carlos Freitas e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27

Referência: 54.03.06 – N.º 106/XII;

Assunto: [Insistência na solicitação da correspondência trocada entre a Secretaria Regional da Saúde e Desporto e entidades tuteladas com as Santas Casas da Misericórdia e Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região no âmbito do processo de vacinação](#)

Autores: Berto Messias, João Vasco Costa, Manuel Ramos, Tiago Branco, Vilson Gomes e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 107/XII;

Assunto: [Histórico das cedências e aquisições realizadas no âmbito dos diversos serviços externos da Direção Regional da Cultura](#)

Autores: Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 28

Referência: 54.07.00 – N.º 108/XII;

Assunto: [Quem são, quantos são e onde estão os professores e os alunos dos Açores](#)

Autores: Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 28

Referência: 54.01.00 – N.º 109/XII;

Assunto: [Intervenção nos cursos de água para resolver problema com vários anos respeitante a enxurradas na localidade das Grotas \(Feteira\) e na Rua do Lameiro Grande \(Feteira/Flamengos\)](#)

Autor: Carlos Ferreira (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 29

Referência: 54.03.07 – N.º 110/XII;

Assunto: [Perguntas não respondidas em sede de discussão do Plano e Orçamento 2021](#)

Autora: Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 29

Referência: 54.02.00 – N.º 111/XII;

Assunto: [Irregularidades no âmbito do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais \(RJAAC\)](#)

Autores: António Lima e Aurora Ribeiro (BE)

Data de Entrada: 2021 – 04 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 112/XII;

Assunto: [Processo de Vacinação COVID-19](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 113/XII;

Assunto: [Apoio extraordinário às famílias](#)

Autores: Célia Pereira, Ana Luís, Maria Isabel Teixeira, Rodolfo Franca e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 114/XII;

Assunto: [Inatividade do Conselho Regional da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#)

Autores: Carlos Silva e Andreia Costa (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 115/XII;

Assunto: [Zona envolvente ao Aeroporto de Santa Maria](#)

Autora: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04

Referência: 54.03.01 – N.º 116/XII;

Assunto: [Reparação do reservatório de abastecimento de água à lavoura no Pinheiro, Freguesia de São Mateus](#)

Autores: Manuel Ramos e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04

Referência: 54.02.04 – N.º 117/XII;

Assunto: [Resultados do inquérito ao processo de vacinação nas IPSS dos Açores](#)

Autores: Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria, Miguel Costa, Ana Luís e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 05

Referência: 54.02.00 – N.º 118/XII;

Assunto: [Decreto Regulamentar Regional cria exceções não previstas no Decreto Legislativo Regional que interdita o uso no espaço público de herbicidas com glifosato](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 119/XII;

Assunto: [Programas de Ocupacionais na Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06

Referência: 54.10.00 – N.º 120/XII;

Assunto: [Obras de recuperação no âmbito dos danos causados nos Portos da Região Autónoma dos Açores, pelo Furacão Lorenzo](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06

Referência: 54.10.00 – N.º 121/XII;

Assunto: [Atraso na publicitação dos avisos para as candidaturas na área agrícola](#)

Autores: Manuel Ramos, Andreia Costa, Carlos Silva, Maria Isabel Teixeira, José Gabriel Eduardo e Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 122/XII;

Assunto: [Capacidade operacional dos Serviços Florestais do Pico \(1\)](#)

Autores: Marco Costa, Carlos Freitas e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 07

Referência: 54.03.06 – N.º 123/XII;

Assunto: [Conselho da Diáspora Açoriana](#)

Autora: Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 124/XII;

Assunto: [Governo extingue o GACS mas cria Centro de Multimeios](#)

Autores: Berto Messias, Bárbara Chaves, José Eduardo, José Contente, Lubélio Mendonça e Valdemira Gouveia (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 13

Referência: 54.02.00 – N.º 125/XII;

Assunto: [Dados sobre o processo de vacinação COVID-19](#)

Autores: José Contente, Ana Luís, Célia Pereira, Maria Isabel Teixeira, Rodolfo Franca e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 05 – 13

Referência: 54.02.00 – N.º 126/XII.

8- Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Relatórios da Inspeção Regional do Ambiente](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.08.00 – N.º 69/XII;

Assunto: [Correspondência entre Instituições Particulares de Solidariedade Social/Santas Casas da Misericórdia dos Açores com a Secretaria Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 71/XII;

Assunto: [Nova Escola das Capelas – Contradições de Secretária da Educação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.02.02 – N.º 72/XII;

Assunto: [Decisão relativa às candidaturas no âmbito do Regime Jurídico de apoios às Atividades Culturais \(RJAAC\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 73/XII;

Assunto: [Cópias dos ofícios a solicitar a devolução de verbas atribuídas a clubes desportivos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 75/XII;

Assunto: [Despesas do Serviço Regional de Saúde com trabalho extraordinário](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 76/XII;

Assunto: [Despesas do Serviço Regional de Saúde no setor privado e social de saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 77/XII;

Assunto: [Recursos Humanos no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 79/XII;

Assunto: [Programa Estagiar interrompidos por iniciativa da entidade de acolhimento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 82/XII;

Assunto: [Número de ativos integrados em Programas Ocupacionais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 83/XII;

Assunto: [Eletrificação da Fajã da Caldeira do Santo Cristo e da Fajã dos Tijolos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.01.05 – N.º 85/XII;

Assunto: [Dificuldades na exportação de gado vivo a partir da ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 23

Referência: 54.02.04 – N.º 87/XII;

Assunto: [Medidas extraordinárias COVID-19](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 04 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 100/XII;

Assunto: [Desigualdade de tratamento institucional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 66/XII;

Assunto: [Gastos com remunerações de gestores públicos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 05 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 93/XII;

Assunto: Requerimento oral, nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Regimento da ALRAA – Plenário 26.03.2021

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11

Referência: 54.02.07 – N.º 97/XII;

Assunto: [Gabinete de Apoio à Comunicação Social](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12

Referência: 54.02.00 – N.º 70/XII;

Assunto: [Desigualdade de tratamento entre agricultores II](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12

Referência: 54.06.08 – N.º 81/XII.

9- Informações:

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 15 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII (PS) – “Regime jurídico relativo à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 22;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 15 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XII (BE) – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho (Adaptação do Código do Trabalho à Região”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 22;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º 49/XII (BE) – “Justiça e equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica dos Açores”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 22;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º 53/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – “Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 22;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 51/XII (CDS-PP) – “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadorias nos Açores”

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 20 dias, do Projeto de Resolução n.º 45/XII (PS)-“Prorrogação do prazo de candidatura ao Vale ME Digital Açores e ao Vale Exportar Açores”

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27;

Assunto: Envio de cópia do Voto de Pesar, aprovado por unanimidade na reunião do dia 8 de abril de 2021, pelo falecimento de Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho

Proveniência: José Leonardo Goulart da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 32/XII (PAN) – “Aquisição de veículos terrestres e marítimos de apoio aos Vigilantes da Natureza”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 29;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 34/XII (PSD) – “Remoção de amianto dos edifícios escolares”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 04 – 29;

Assunto: Pedido de suspensão de mandato/substituição temporária por motivo relevante (motivos de saúde), nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 1 de maio de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Mário Tomé, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação

da suspensão do mandato do Deputado Mário Tomé, a vaga continuará a ser preenchida pela candidata do círculo eleitoral do Pico, Marta Matos, com efeitos a partir de 1 de maio de 2021, inclusive

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 52/XII (PAN) – “Atualização do inventário das espécies notáveis dos Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 05;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII (PS) – “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 42/XII (PS) – “Prorrogação Extraordinária do Estagiar L e T”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11.

10- Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução do Conselho de Ministros que - Aprova a estratégia nacional para o mar 2021-2030 – PCM \(MM\) – \(Reg. R 865/XXII/2021\) – Audição n.º 17/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 04;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 759/XIV \(IL\) – Elimina o dia de reflexão e modifica os períodos de votação – Audição n.º 42/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XII \(PAN\) – Criação da Figura do Provedor Regional do Animal](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII \(PPM\) – Cria a Figura do Provedor do Animal na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XII \(PSD/CDS-PP/PPM\) – Regime dos requerimentos parlamentares](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 24/XII \(PPM/CDS-PP\) – Criação do Canal Parlamento/Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 25/XII \(PAN\) – Reavaliação técnica da classificação de Zona de Alto Risco na Ponta da Fajã, no Concelho das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 32/XII \(PAN\) – Aquisição de veículos terrestres e marítimos de apoio aos Vigilantes da Natureza](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 34/XII \(PSD\) – Remoção de amianto dos edifícios escolares](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2021 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que “Altera os períodos transitórios previstos na Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, e determina a aprovação de medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Emanuel Rego Silva possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 277/20.5T8RGR-A

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Bruno Filipe de Freitas Belo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12;

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Flávio da Silva Soares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado João Luís Bruto da Costa Machado da Costa](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Manuel Gregório de Ávila](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12;

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Miguel António Moniz da Costa

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 05 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 757/XIV \(Deputada não inscrita Cristina Rodrigues\) – Reforça a participação política dos grupos de cidadãos eleitores - Audição n.º 41/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 04 – 28;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 84/XIV \(GOV\) – Aprova a nova Lei Orgânica das Bases da Organização das Forças Armadas - Audição n.º 47/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 85/XIV \(GOV\) – Altera a Lei de Defesa Nacional - Audição n.º 48/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 793/XIV \(PCP\) – Altera a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas \(2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho\) - Audição n.º 49/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 792/XIV \(PCP\) – Altera a Lei da Defesa Nacional \(2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho\) - Audição n.º 51/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 21/XII \(IL\) – Recomenda ao Governo a avaliação da situação dos trabalhadores independentes](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII \(PS\) – Regime jurídico relativo à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 10;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 87/XIV \(ALRAM\) – Sobre a atribuição de subsídio de insularidade - Audição n.º 54/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XII \(BE\) – Altera o DLR n.º 19/2006/A, de 2 de junho \(Adaptação do Código do Trabalho à Região\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 05 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Regulamenta o regime jurídico da segurança do ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento \(UE\) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019 – Audição n.º 16/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII \(CDS-PP\) – Cria o “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 39/XII \(CDS-PP\) – Apoio aos estudantes deslocados](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 43/XII \(PS\) – Medidas de apoio à qualificação dos jovens que não estudam, não trabalham, nem frequentam formação \(NEET\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 54/XII \(PSD/CDS-PP/PPM\) – Pela consagração da igualdade de direitos do “Programa Regressar”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre a Anteposta de Lei n.º 1/XII \(PSD/CDS-PP/PPM\) – Inclusão das novas substâncias psicoativas no regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 1/XII – Pela realização de obras que melhorem as condições da Escola Luísa Constantina](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 36/XII \(CH\) - Recomenda ao Governo Regional dos Açores um aumento mensal de 30% no Complemento Regional de Pensão para os idosos](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 38/XII \(PSD\) – Medidas de apoio aos artesãos dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 40/XII \(PSD\) – Captação de água para a agropecuária na freguesia da Lomba de São Pedro](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 27;

Assunto: [Da audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da Empresa Portos dos Açores, S.A.](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 28;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 782/XIV \(PSD\) – Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e entre estas e o continente - Audição n.º 45/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 04 – 30;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 83/XIV \(GOV\) – Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva \(UE\) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas - Audição n.º 46/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 05 – 03;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 52/XIV \(GOV\) – Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025 - Audição n.º 52/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 05 – 05;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 45/XII – Prorrogação do prazo de candidatura ao Vale ME Digital Açores e ao Vale Exportar Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 05 – 14.

11- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 16, 17, 18, 19 e 20.

As redatoras, Ana Machado e Sara Azevedo

